Piotr Kropotkin

2ª edição

A CONQUISTA DO PÃO

Rizoma Editorial


3
anos
b p i
2.1



BPI – Biblioteca Pública Independente

www.bpi.socialismolibertario.com.br

MAL-BH – Movimento Anarquista Libertário

www.socialismolibertario.com.br

A CONQ UISTA DO PÃO

Piotr Kropotkin

1892

Traduzido e não revisado

Maio 2006

Nossas Riquezas

1

A humanidade caminhou grande trecho desde aquelas remotas idades durante as quais o homem vivia das casualidades da caça e não deixava a seus filhos mais herança do que um refúgio sob as penas, pobres instrumentos de sílex e a natureza, contra a que tinham que lutar para seguir sua mesquinha existência. No entanto, nesse confuso período de milhares e milhares de anos, o gênero humano acumulou inacreditáveis tesouros. Roturó o solo, desecó os pântanos, fez trochas nos bosques, abriu caminhos; edificou, inventou, observou, pensou; criou instrumentos complicados, arrancou seus segredos à natureza, domou o vapor, tanto que, ao nascer, o filho do homem civilizado encontra hoje a seu serviço um capital imenso, acumulado por seus predecessores. E esse capital lhe permite obter riquezas que superam aos sonhos dos orientais em seus contos das mil e uma noites.

Ainda são mais pasmosos os prodígios realizados na indústria. Com esses seres inteligentes que se chamam máquinas modernas, cem homens fabricam com que vestir a dez mil homens durante dois anos. Nas minas de carvão bem organizadas, cem homens extraem

cada ano combustível para que se esquentem dez mil famílias num clima rigoroso. E se na indústria, na agricultura e no conjunto de nossa organização social só aproveita a um pequeñísimo número o labor de nossos antepassados, não é menos verdadeiro do que a humanidade inteira poderia gozar uma existência de riqueza e de luxo sem mais do que com os servos de ferro e de aço que possui. Somos ricos, muitíssimo mais do que cremos. Ricos pelo que possuímos já; ainda mais ricos pelo que podemos conseguir com os instrumentos atuais; infinitamente mais ricos pelo que pudéssemos obter de nosso solo, de nossa ciência e de nossa habilidade técnica, se se aplicassem a tentar o bem-estar de todos.

2

Somos ricos nas sociedades civilizadas. Por que há, pois, essa miséria em torno nosso? Por que esse trabalho penoso e embrutecedor das massas, Por que essa insegurança do manhã (até para o trabalhador melhor retribuído) no meio das riquezas herdadas do ontem e apesar dos poderosos meios de produção que dariam a todos o bem-estar a mudança de algumas horas de trabalho cotidiano? Os socialistas o disseram e repetido até a saciedade. Porque tudo o necessário para a produção foi açambarcado por alguns em decorrência desta longa história de saques, guerras, ignorância e opressão em que viveu a humanidade antes de aprender a domar as forças da natureza. Porque, amparando-se em

pretendidos direitos adquiridos no passado, hoje se apropriam dois terços do produto do trabalho humano, dilapidando-os do modo mais insensato e escandaloso. Porque reduzindo às massas no ponto de não ter com que viver um mês ou uma semana, não permitem ao homem trabalhar senão consentindo em deixar-se tirar a parte do leão. Porque lhe impedem produzir o que precisa e lhe forçam a produzir, não o necessário para os demais, senão o que maiores benefícios promete ao acaparador. Contemple-se um país, civilizado. Taláronse os bosques que antanho o cobriam, se desecaron os pântanos, saneou-se o clima: já é habitável. O solo, que em outros tempos só produzia grosseiras ervas, fornece hoje ricas mieses. As rochas, reprovadas sobre os vales do Meio dia, formam sacadas por onde trepam as vinhas de dourado fruto. Plantas silvestres que antes não davam senão um fruto áspero ou umas raízes não comestíveis, foram transformadas por reiterados cultivos em saborosas hortaliças, em árvores carregadas de frutas extraordinárias. Milhares, de caminhos com base de pedra e férreos carriis sulcam a terra, furam as montanhas; nos abruptos desfiladeiros assobia a locomotiva.

Os rios se fizeram navegáveis; as costas sondadas e esmeradamente reproduzidas em mapas, são de fácil acesso; portos artificiais, trabajosamente construídos e resguardados contra os furores do oceano, dão refúgio aos navios. Horádanse as rochas com poços

profundos; labirintos de galerias subterrâneas se estendem ali onde há carvão que sacar ou minerais que recolher. Em todos os pontos onde se entrecruzan caminhos brotaram e crescido cidades, contendo todos os tesouros da indústria, das artes e das ciências. Cada hectare de solo que lavramos em Europa, foi regada com o suor de muitas raças; cada caminho tem uma história de servidão pessoal, de trabalho sobrehumano, de sofrimentos do povo. Cada légua de via férrea, cada metro de túnel, receberam sua porção de sangue humano.

Os poços das minas conservam ainda frescas as impressões feitas na rocha pelo braço do barrenador. De um a outro pilar puderam assinalar-se as galerias subterrâneas pela tumba de um mineiro, arrebatado na flor da idade pela explosão de grisú, o afundamento ou a inundação, e fácil é adivinhar quantas lágrimas, privações e misérias sem nome custou cada uma dessas tumbas à família que vivia com o exíguo salário do homem enterrado sob os entulhos. As cidades; enlaçadas entre si com carriis de ferro e linhas de navegação, são organismos que viveram séculos. Cavai seu solo, e encontrareis enfiadas sobrepostas de ruas, casas, teatros, circos e edifícios públicos. Aprofundai em sua história, e vereis como a civilização da cidade, sua indústria, seu gênio, cresceram lentamente e madurado pelo concurso de todos seus habitantes antes de chegar a ser o que são hoje.

E ainda agora, o valor de cada casa, de cada ateliê, de cada fábrica, de cada armazém, só é produto do labor acumulado de milhões de trabalhadores sepultados sob terra, e não se mantém senão pelo esforço de legiões de homens que habitam nesse ponto do balão. Que seria dos docks de Londres, ou dos grandes bazares de Paris, se não estivessem situados nesses grandes centros do comércio internacional? Que seria de nossas minas, de nossas fábricas, de nossos estaleiros e de nossas vias férreas, sem o cúmulo de mercadorias transportadas diariamente por mar e por terra? Milhões de seres humanos trabalharam para criar esta civilização da que hoje nos gloriamos. Outros milhões, disseminados por todos os âmbitos do balão, trabalham para sustentá-la. Sem eles, não ficariam mais do que entulhos dela dentro de cinquenta anos. Até o pensamento, até a invenção, são fatos coletivos, produto do passado e do presente. Milhares de inventores prepararam o invento de cada uma dessas máquinas, nas quais admira o homem seu gênio. Milhares de escritores, poetas e sábios trabalharam para elaborar o saber, extinguir o erro e criar essa atmosfera de pensamento científico, sem a qual não tivesse podido aparecer nenhuma das maravilhas de nosso século. Mas esses milhares de filósofos, poetas, sábios e inventores, não falam sido também inspirados pelo labor dos séculos anteriores? Não foram durante sua vida alimentados e sustentados, assim no físico como no moral por legiões de

trabalhadores e artesãos de todas classes? Não adquiriram sua força impulsiva no que lhes rodeava? Certamente, o gênio de um Seguin, de um Mayer e de um Grove, fizeram mais por lançar a indústria a novas vias que todos os capitais do mundo. Estes mesmos gênios são filhos de indústria, igual que da ciência, porque foi necessário que milhares de máquinas de vapor transformassem, ano após ano, à vista de todos, o calor em força dinâmica, e esta força em som, em luz e em eletricidade, antes de que essas inteligências geniais chegassem a proclamar a origem mecânica e a unidade das forças físicas.

E se nós, os filhos do século XIX, ao fim compreendemos esta idéia e soubemos aplicá-la, é também porque para isso estávamos preparados pela experiência cotidiana. Também os pensadores do século passado a tinham entrevisto e enunciado, mas ficou sem compreender, porque o século XVIII não tinha crescido como nós, junto à máquina de vapor. Pense-se nas décadas que tivessem decorrido ainda em ignorância dessa lei que nos permitiu revolucionar a indústria moderna, se Watt não tivesse encontrado em Soho trabalhado hábeis para construir com metal seus planos teóricos, aperfeiçoar todas suas partes, e aprisionando-o dentro de um mecanismo completo fazer por fim o vapor mais dócil do que o cavalo, mais manejável do que o água. Cada máquina tem a mesma história: longa história de noites em alvo e de miséria; de desilusões

e de alegrias, de melhoras parciais achadas por várias gerações de obreiros desconhecidos que vinham adicionar ao primitivo invento essas pequenas nonadas sem as quais permaneceria estéril a idéia mais fecunda.

Ainda mais: cada nova invenção é uma síntese resultante de mil inventos anteriores no imenso campo da mecânica e da indústria. Ciência e indústria, saber e aplicação, descoberta e realização prática que conduz a novas invenções, trabalho ou cerebral e trabalho manual, idéia e labor dos braços, tudo se enlaça. Cada descoberta, cada progresso, cada aumento da riqueza da humanidade, tem sua origem no conjunto do trabalho manual e cerebral, passado e presente. Então, que direito assiste a ninguém para apropriar-se a menor partícula desse imenso tudo e dizer: Isto é meu e não vosso?

3

Mas sucedeu que tudo quanto permite ao homem produzir e acrecentar suas forças produtivas foi açambarcado por alguns. O solo, que precisamente saca seu valor das necessidades de uma população que cresce sem cessar, pertence hoje a minorias que podem impedir e impedem ao povo o cultivá-lo ou lhe impedem o cultivá-lo segundo as necessidades modernas. As minas, que representam o trabalho de muitas gerações e seu valor não deriva senão das necessidades da indústria e a densidade da população, pertencem também a uns poucos, e esses poucos limitam a extração

do carvão, ou a prohiben em sua totalidade se encontram uma colocação mais vantajosa para suas capitais. Também a maquinaria é propriedade só de alguns, e ainda que tal ou qual máquina representa sem dúvida alguma os aperfeiçoamentos contribuídos por três gerações de trabalhadores, não por isso deixa de pertencer a alguns patronos; e se os netos do mesmo inventor que construiu, cem anos tem, a primeira máquina de fazer encaixes se apresentassem hoje numa manufatura de Basilea ou de Nottingham e reclamassem seus direitos, lhes gritariam: ¡Marchai-vos de aqui; esta máquina não é vossa! E se quisessem tomar posse dela, lhes fuzilariam. Os transportes ferroviários, que não seriam mais do que inútil ferro velho sem a densa população de Europa, sem sua indústria, seu comércio e suas mudanças, pertencem a alguns acionistas, ignorantes quiçá de onde se encontram os caminhos que lhes dão rendas superiores às de um rei da Idade Média. E se os filhos dos que morreram a milhares cavando as trincheiras e abrindo os túneis se reunissem um dia e fossem, andrajosos e famintos, a pedir pão aos acionistas, encontrariam as bayonetas e a metralla para dispersá-los e defender os direitos adquiridos.

Em virtude desta organização monstruosa, quando o filho do trabalhador entra na vida, não acha campo que cultivar, máquina que conduzir nem mina que acometer com o zapapico, se não cede a um amoo a maior parte do do que ele produza. Tem que vender

sua força para o trabalho por uma ração mesquinha e insegura. Seu pai e seu avô trabalharam em desecar aquele campo, em edificar aquela fábrica, em aperfeiçoá-la. Se ele obtém permissão para dedicar-se ao cultivo desse campo, é a condição de ceder a quarta parte do produto a seu amoo, e outra quarta ao governo e aos intermediários. E esse imposto que lhe sacam o Estado, o capitalista, o senhor e o negociante, irá crescendo sem cessar. Se se dedica à indústria, se lhe permitirá que trabalhe a condição de não receber mais do que o terço ou a metade do produto, sendo o resto para aquele a quem a lei reconhece como proprietário da máquina. Clamamos contra o barão feudal que não permitia ao cultivador tocar a terra, a menos de entregar-lhe o quarto da colheita. E o trabalhador, com o nome de livre contratação, aceita obrigações feudais, porque não encontraria condições mais aceitáveis em nenhuma parte. Como tudo é propriedade de algum amoo, tem que ceder ou morrer-se de fome. De tal estado de coisas resulta que toda nossa produção é um contrasentido. Ao negócio não lhe comovem as necessidades da saciedade; seu único objetivo é aumentar os benefícios do negociante. De aqui as contínuas flutuações da indústria, as crises em estado crônico. Não podendo os obreiros comprar com seu salário as riquezas que produzem, a indústria procura mercados fora, entre os acaparadores das demais nações Mas em todas partes encontra competidores, já que a evolução de

todas as nações se realiza no mesmo sentido. E têm que estourar guerras pelo direito de ser donos dos mercados.
Guerras pelas posses em Oriente, pelo império dos mares, para impor direitos aduaneiros e ditar condições a seus vizinhos, ¡guerras contra os que se sublevam! Não cessa em Europa o ruído do canhão; gerações inteiras são assassinadas; os Estados europeus gastam em armamentos o terço de seus orçamentos. A educação também é privilégio de minúsculas minorias. Pode falar-se de educação quando o filho do obreiro se vê obrigado à idade de treze anos a baixar à mina ou ajudar a seu pai nos labores do campo? Enquanto os radicais pedem maior extensão das liberdades políticas, muito cedo advertem que o hálito da liberdade produz com rapidez o levantamento dos proletarios e então mudam de camisa, mudam de opinião e retornam às leis excepcionais e ao governo do sabre. Um vasto conjunto de tribunais, juízes, verdugos, polizontes e carcereiros, é necessário para manter os privilégios. Este sistema suspende o desenvolvimento dos sentimentos sociais.
Qualquer compreende que sem retitude, sem respeito a si mesmo, sem simpatia e apoios mútuos, a espécie tem que degenerar. Mas isso não lhes importa às classes diretoras, e inventam toda uma ciência absolutamente falsa para provar o contrário. Disseram-se coisas muito bonitas a respeito da necessidade de compartilhar o que se possui com aqueles que não têm nada. Mas quando se lhe

ocorre a qualquer pôr em prática este princípio, em seguida se lhe adverte que todos esses grandes sentimentos são bons nos livros poéticos, mas não na vida. Mentir é envilecerse, rebaixar-se, dizemos nós, e toda a existência civilizada Se trueca numa imensa mentira. ¡E nos habituamos, acostumando a nossos filhos a praticar como hipócritas uma moralidade de duas caras!

O simples fato do acaparamiento estende assim suas conseqüências à vida social. A menos de perecer, as sociedades humanas vem-se obrigadas a voltar aos princípios fundamentais: sendo os meios de produção faz coletiva da humanidade, voltam ao poder da coletividade humana. A apropriação pessoal deles não é justa nem útil. Tudo é de todos, já que todos o precisam, já que todos trabalharam na medida de suas forças, e é impossível determinar a parte que pudesse corresponder a cada um na atual produção das riquezas. ¡Tudo é de todos! Tenho aqui a imensa maquinaria que o XIX criou; tenho aqui milhões de escravos de ferro que chamamos máquinas que escovam e serram, tecem e enfiam para nós, que descompõem e recompõem a primeira matéria e forjam as maravilhas de nossa época.

Ninguém tem direito a apoderar-se de uma só dessas máquinas e dizer: É minha; para usar dela, me pagareis um tributo por cada um de vossos produtos. Como também não o senhor da Idade Média tinha direito para dizer ao lavrador: Esta colina, esse prado, são

meus, e me pagareis por cada gavilla de trigo que pegueis, por cada montão de heno que formeis. Basta dessas fórmulas ambíguas, tais como o direito ao trabalho, ou a cada um o produto íntegro de seu trabalho. O que nós proclamamos é o direito ao bem-estar, o bem-estar para todos.

O bem-estar para todos

1

O bem-estar para todos não é um sonho. É possível, realizável, depois do que fizeram nossos antepassados para fazer fecunda nossa força de trabalho. Sabemos que os produtores, que mal formam o terço dos habitantes nos países civilizados, produzem já o suficiente para que exista certo bem-estar no lar de cada família. Sabemos, ademais, que se todos quantos esbanjam hoje os frutos do trabalho alheio se vissem obrigados a ocupar seus lazeres em trabalhos úteis, nossa riqueza cresceria em proporção múltipla do número de braços produtores. E em fim, sabemos que, na contramão da teoria do pontífice da ciência burguesa (Malthus), o homem acrecienta sua força produtiva com muita mais rapidez do do que ele mesmo se multiplica. Quanto maior número de homens há num território, tanto mais rápido é o progresso de suas forças produtoras.

Hoje, à medida que se desenvolve a capacidade de produzir, aumenta numa proporção surpreendente o número de vadios e

intermediários. Ao revés do que se dizia em outros tempos entre socialistas, de que o capital chegaria a reconcentrarse bem cedo em tão pequeno número de mãos, que só seria mister desapropriar a alguns milionários para entrar em posse das riquezas comuns, cada vez é mais considerável o número dos que vivem a costa do trabalho alheio. Em França não há dez produtores diretos por cada trinta habitantes. Toda a riqueza agrícola do país é obra de menos de sete milhões de homens, e nas dois grandes indústrias das minas e dos tecidos cuéntanse menos de dois milhões quinhentos mil obreiros. Qual é a cifra dos exploradores do trabalho? Em Inglaterra (sem Escócia e Irlanda), um milhão trinta mil obreiros, homens, mulheres e meninos, fabricam todos os tecidos; um pouco mais de meio milhão explodem as minas, menos de meio milhão lavram a terra, e os estatísticos têm que exagerar as cifras para obter um máximum de oito milhões de produtores para vinte e seis milhões de habitantes. Em realidade, são de seis a sete milhões de trabalhadores quem criam as riquezas enviadas às quatro partes do mundo. E quantos são os rentistas ou os intermediários que adicionam a suas rendas as que se adjudicam fazendo pagar ao consumidor de cinco a mais vinte vezes do que pagaram ao produtor? Os que detentan o capital reduzem constantemente a produção, impedindo produzir. Não falemos desses toneles de ostras arrojados ao mar para impedir que a ostra chegue a ser um alimento da plebe e deixe de ser uma

guloseima própria da gente acomodada; não falemos dos mil e mil objetos de luxo tratados do mesmo modo que as ostras.

Recordemos tão só como se limita a produção das coisas necessárias a todo mundo. Exércitos de mineiros não desejam mais do que extrair todos os dias carvão e enviá-lo a quem tiritan de frio. Mas com freqüência a terceira parte ou dois terços disso exércitos vem-se impedidos de trabalhar mais de três dias por semana, para que se mantenham altos os preços.

Milhares de tecelões não podem manejar os teares, ao passo que suas mulheres e seus filhos não têm senão harapos para cobrir-se e as três quartas partes dos europeus não contam com vestido que mereça tal nome. Centenas de altos fornos, milhares de manufaturas permanecem regularmente inativos; outros não trabalham mais do que a metade do tempo, e em cada nação civilizada há sempre uma população de uns dois milhões de indivíduos que pedem trabalho e não o encontram. Milhões de homens seriam felizes com transformar os espaços incultos ou mau cultivados em campos cobertos de ricas mieses. Mas esses valentes obreiros têm que seguir parados porque os possuidores da terra, da mina, da fábrica, preferem dedicar os capitais a empréstimos aos turcos ou egípcios, ou em ações de ouro da Patagônia, que trabalhem para eles os fellahs egípcios, os italianos emigrados do país de seu nascimento ou os coolies chineses.

Esta é a limitação consciente e direta da produção. Mas há também uma limitação indirecta e inconsciente, que consiste em gastar o trabalho humano em objetos inúteis em absoluto, ou destinados tão só a satisfazer a néscia vaidade dos ricos. Baste citar os milhares de milhões gastados por Europa em armamento, sem mais fim do que conquistar mercados para impor a lei econômica aos vizinhos e facilitar a exploração no interior; os milhões pagos cada ano aos servidores públicos de todo fuste, cuja missão é manter o direito das minorias a governar a vida econômica da nação; os milhões gastados em juízes, cárceres, polícias e tudo esse embrulho que chamam justiça; em fim, os milhões empregados em propagar por meio da imprensa crias nocivas e notícias falsas, em proveito dos partidos, dos personagens políticos e das companhias de exploradores.

Ainda se gasta mais trabalho inutilmente aqui para manter a quadra, a perrera e a servidão doméstica do rico; ali para responder aos caprichos das rameras de alto copete e ao depravado luxo dos viciosos elegantes; em outra parte, para forçar ao consumidor a que compre o que não lhe faz falta ou impor-lhe com reclamos um articulo de má qualidade; além para produzir substâncias alimentícias nocivas em absoluto para o consumidor, mas proveitosas para o fabricante e o expendedor. O que se desperdiça desta maneira bastaria para duplicar a produção útil, ou para criar manufaturas e fábricas que bem cedo inundaria os armazéns com todas as

provisões de que carecem dois terços da nação. De aqui resulta que dos mesmos que em cada nação se dedicam aos trabalhos produtivos, a quarta parte pelo menos se vêem obrigados com regularidade a um desemprego de três ou quatro meses por ano, e outra quarta parte, se não a metade, não pode produzir com seu labor outros resultados que divertir aos ricos ou explodir ao público. Mas para que o bem-estar chegue a ser uma realidade, é preciso que o imenso capital deixe de ser considerado como uma propriedade privada, do que o acaparador disponha a seu desejo. É mister que o rico instrumento da produção seja propriedade comum, a fim de que o espírito coletivo saque dele os maiores benefícios para todos. Impõe-se a expropriação. O bem-estar de todos como fim; a expropriação como meio.

2

A expropriação: tal é o problema proposto pos a história ante nós os homens de fins do século XIX. Devolução à comunidade de tudo o que sirva para conseguir o bem-estar. Mas este problema não pode resolver-se pela via legislativa. O pobre e o rico compreendem que nem os governos atuais nem os que pudessem surgir de uma revolução política seriam capazes de resolvê-lo. Sente-se a necessidade de uma revolução social, e nem a ricos nem a pobres se lhes oculta que essa revolução está próxima. Durante o curso deste último meio século se comprovou a evolução nos espíritos; mas

comprimida pela minoria, isto é, pelas classes possuidoras, e não tendo podido tomar corpo, é necessário que aparte por meio da força os obstáculos e que se realize com violência por meio da revolução.
De onde virá a revolução? Como se anunciará? É uma incógnita. Mas os que observam e meditam não se equivocam: trabalhadores e exploradores, revolucionários e conservadores, pensadores e homens práticos, todos confessam que está chamando a nossas portas. Todos estudamos muito o lado dramático das revoluções, e pouco sua obra verdadeiramente revolucionária, ou muitos de entre nós não vêem nesses grandes movimentos mas que o aparelho cênico, a luta dos primeiros dias, as barricadas. Mas essa luta, essa escaramuza primeira, terminam muito cedo; só depois da derrota dos antigos governos começa a obra real da revolução. Incapazes e impotentes, atacados por todas partes, cedo se os leva o sopro da insurreição. Em poucos dias deixou de existir a monarquia burguesa de 1848, e quando um carro de aluguel levava A Luis Felipe de França, a Paris já não lhe importava um apito o ex rei.
O governo de Thiers desapareceu em poucas horas, o 18 de março de 1871, deixando a Paris dono de seus destinos. E no entanto, 1848 e 1871 não foram mais do que insurreições. Ante uma revolução popular, os governantes se eclipsam com surpreendente rapidez. Recordemos a Comuna. Desaparecido o governo, o exército já não

obedece a seus chefes, vacilante pela onda do levantamento popular. Cruzando-se de braços, a tropa deixa fazer, ou com a culata em alto se une aos insurrectos. A polícia, com os braços caídos, não sabe se deve colar ou se gritar « Vive a Commune!» E os agentes de ordem público se metem em suas casas « a esperar o novo governo» . Os orondos burgueses lían a mala e se põem a bom arrecado. Só fica o povo. Tenho aqui como se anuncia uma revolução:

Proclame-se a Comuna em várias grandes cidades. Milhares de homens estão nas ruas, e vão pela noite aos clubs improvisados, perguntando-se: « Que vamos fazer?» , e discutindo com ardor os negócios públicos. Todo mundo se interessa neles; os indiferentes da véspera são quiçá os mais zelosos. Por todas partes muita boa vontade, um vivo desejo de assegurar a vitória. Prodúcense as grandes abnegações. O povo deseja só marchar adiante. De seguro que terá vinganças satisfeitas. Mas isso será um acidente da luta e não a revolução. Os socialistas governamentais, os radicais, os gênios desconhecidos do jornalismo, os oradores efectistas, correm à prefeitura, aos ministérios, para tomar posse das poltronas abandonadas. Admíranse ante os espelhos ministeriais e estudam o dar ordens com uma gravidade à altura de sua nova posição. ¡Lhes faz falta um fajín vermelho, um kepis galoneado e um ademanes magistral para impor-se ao ex parceiro de redação ou de ateliê! Os outros se metem entre papelotes com a melhor vontade de

compreender alguma coisa. Redigem leis, lançam decretos de frases sonoras, que ninguém se cuidará de executar.

Para dar-se ares de uma autoridade que não têm, procuram a canção das antigas formas de governo. Eleitos ou aclamados, reúnem-se em parlamentos ou em conselhos da Comuna. Ali se encontram homens pertencentes a dez, a vinte escolas diferentes que não são capelas particulares, como costuma dizer-se, senão que correspondem a maneiras diversas de conceber a extensão, o alcance e os deveres da revolução. Posibilistas, colectivistas, radicais, jacobinos, blanquistas, forçadamente reunidos, perdem o tempo em discutir. As pessoas honradas se confundem com os ambiciosos, que só pensam em dominar e em desprezar à multidão da qual surgiram. Chegando todos com idéias diametralmente opostas, vêem-se obrigados a formar alianças fictícias para constituir maiorias que não duram nem um dia; disputam, tratam-se uns a outros de reaccionários, de autoritários, de bribones; são incapazes de entender-se a respeito de nenhuma medida séria, e propenden a perder o tempo em discutir necedades; não conseguem fazer mais do que dar a luz proclamas altisonantes, tudo se toma pelo sério, enquanto a verdadeira força do movimento está na rua.

Durante esse tempo, o povo sofre. Páranse as fábricas, os ateliês estão fechados, o comércio se estanca. O trabalhador já não cobra nem ainda o mesquinho salário de antes. O preço dos alimentos

sobe. Com essa abnegação heróica que sempre caracterizou ao povo, e que chega ao sublime nas grandes épocas, tem paciência. 1é quem exclamava em 1848: « Pomos três meses de miséria ao serviço da República» , enquanto os deputados e os membros do novo governo, até o último polícia, cobravam com regularidade suas pagas. O povo sofre. Com sua ingênua confiança, com a candidez da massa que acredita em os que a conduzem, espera que se ocupem dele lá acima, na Câmara, na Prefeitura, no comitê de Saúde pública. Mas lá acima se pensa em toda classe de coisas, exceto nos sofrimentos da multidão.

Quando a fome rói a França em 1793 e compromete a revolução; quando o povo se vê reduzido à última miséria, ao passo que os Campos Elíseos se vêem cheios de magníficas carruagens, onde exhiben as mulheres suas luxuosas galas, ¡Robespierre faz questão de os Jacobinos em fazer discutir sua memória a respeito da constituição inglesa! Quando o trabalhador sofre em 1848 com a paralisação geral da indústria, o governo provisório e a Câmara discutem a respeito das pensões militares e o trabalho durante esta época de crise. E se algum cargo deve fazer-se à Comuna de Paris, nascida sob os cânones dos prusianos, e que só durou setenta dias, é o não ter compreendido que a revolução comunera não podia triunfar sem combatentes bem alimentados e que com seis reais diários não se podia ao mesmo tempo bater-se nas muralhas e

manter a sua família.

3

O povo sofre e pergunta: « Que fazer para sair do atoleiro?» Reconhecer e proclamar que cada qual tem antes de mais nada o direito de viver, e que a sociedade deve repartir entre todo mundo, sem exceção, os meios de existência de que dispõe. Fazer de sorte que, desde o primeiro dia da revolução, saiba o trabalhador que uma nova era se abre ante ele; que daqui por diante ninguém se verá obrigado a dormir embaixo das pontes, junto aos palácios, a permanecer jejum enquanto tenha alimentos, a tiritar de frio cerca dos comércios de peles. Seja tudo de todos, tanto em realidade como em princípio, e produza-se ao fim na história uma revolução que pense nas necessidades do povo antes de ler-lhe a cartilha de seus deveres. Isto não poderá realizar-se por decretos, senão tão só pela tomada de posse imediata, efetiva, de tudo o necessário para a vida de todos; tal é a única maneira em verdade científica de proceder, a única que compreende e deseja a massa do povo. Tomar posse, em nome do povo sublevado, dos celeiros de trigo, dos armazenem atestados de roupa e das casas habitáveis. Não esbanjar nada, organizar-se em seguida para encher os esvaziamentos, defrontar a todas as necessidades, satisfazê-las todas; produzir, não já para dar benefícios, seja a quem for, senão para fazer que viva e se desenvolva a sociedade. Basta dessas fórmulas

ambíguas, como o « direito ao trabalho» , tenhamos o valor de reconhecer que o bem-estar deve realizar-se a toda costa. Quando os trabalhadores reclamavam em 1848 o « direito ao trabalho» , organizábanse ateliês nacionais ou municipais e se enviava aos homens a fatigar-se nesses ateliês por duas pesetas diárias. Quando pediam a organização do trabalho, respondíanles: « Paciência, amigos; o governo vai ocupar-se disso, e aí tendes hoje duas pesetas. ¡Descansai, rudes trabalhadores, que farto vos afanastes toda a vida!» E enquanto, apuntábanse os cânones, convocábanse até as últimas reservas do exército, desorganizábase aos próprios trabalhadores por mil meios que se conhecem como a palma da mão os burgueses. E quando menos o pensavam, dijéronles: « ¡Ou ides colonizar o África, ou vos metralhamos!»

¡Muito diferente será o resultado se os trabalhadores reivindicam o direito do bem-estar! Por isso mesmo proclamam seu direito a apoderar-se de toda a riqueza social; a tomar as casas e instalar-se nelas com arranjo às necessidades de cada família; a tomar os víveres acumulados e consumí-los de sorte que conheçam a hartura tanto como conhecem a fome. Proclamam seu direito a todas as riquezas, e é mister que conheçam o que são os grandes gozes da arte e da ciência, farto tempo açambarcados pelos burgueses. E quando afirmam seu direito ao bem-estar, declaram seu direito a decidir eles mesmos o que tem de ser seu bem-estar, o que é preciso para

assegurá-lo e o que daqui por diante deve abandonar-se como desprovido de valor. O direito ao bem-estar é a possibilidade de viver como seres humanos e de criar os filhos para fazer-lhes membros iguais de uma sociedade superior à nossa, ao passo que o direito ao trabalho é o direito a continuar sempre sendo um escravo assalariado, um homem de labor, governado e explodido pelos burgueses do manhã. O direito ao bem-estar é a revolução social; o direito ao trabalho é, no máximo, um presídio industrial.

O comunismo anarquista

1

Toda sociedade que rompa com a propriedade privada se verá no caso de organizar-se em comunismo anarquista. Teve um tempo em que uma família de aldeanos podia considerar o trigo que cultivava e as vestimentas de lã tecidas em casa como produtos de seu próprio trabalho. Ainda então, esta crença não era do tudo correta. Tinha caminhos e pontes feitas em comum, pântanos desecados por um trabalho coletivo e pastos comuns cercados por cercas-vivas que todos custeavam, Uma melhora nas artes de tecer ou no modo de tintar os tecidos, aproveitava a todos; naquela época, uma família camponesa não podia viver senão a condição de encontrar apoio na cidade, no município.

Os italianos que morriam de cólera cavando o canal de Suez, ou de

anemia no túnel de San Gotardo, e os americanos ceifados pelas granadas na guerra abolicionista da indústria algodonera em França e em Inglaterra não menos do que as jovens que se voltam cloróticas nas manufaturas de Manchester ou de Ruan ou o engenheiro autor de alguma melhora na maquinaria de tecer. Situando-nos neste ponto de vista geral e sintético da produção, não podemos admitir com os colectivistas que uma remuneração proporcional às horas de trabalho contribuídas por cada um na produção das riquezas, possa ser um ideal, nem sequer um passo adiante para esse ideal. Sem discutir aqui se realmente o valor de mudança das mercadorias se mede na sociedade atual pela quantidade de trabalho necessário para produzí-las (segundo o afirmaram Smith e Ricardo, cuja tradição seguiu Marx), baste-nos dizer que o ideal colectivista nos pareceria irrealizável numa sociedade que considerasse os instrumentos de produção como um patrimônio comum. Baseada neste princípio, veríase obrigada a abandonar no ato qualquer forma de salário. Estamos convictos de que o individualismo mitigado do sistema colectivista não poderia existir junto com o comunismo parcial da posse por todos do solo e dos instrumentos do trabalho. Uma nova forma de posse requer uma nova forma de retribuição. Uma forma nova de produção não poderia manter a antiga forma de consumo, como não poderia moldar-se às formas antigas de organização política. O salário nasceu da apropriação pessoal do solo e dos

instrumentos para a produção por parte de alguns. Era a condição necessária para o desenvolvimento da produção capitalista; morrerá com ela, ainda que se trate de disfarçá-la sob a forma de « bônus de trabalho» . A posse comum dos instrumentos de trabalho trará consigo necessariamente o goze em comum dos frutos do labor comum.

Sustentamos, não só que é desejável o comunismo, senão que até as atuais sociedades, fundadas no individualismo, vêem-se obrigadas de contínuo a caminhar para o comunismo. O desenvolvimento do individualismo, durante os três últimos séculos, explica-se, sobretudo, pelos esforços do homem, que quis prevenir-se contra os poderes do capital e do Estado. Creu por um momento –e assim o pregaram os que formulavam seu pensamento por ele– que podia libertar-se por completo do Estado e da sociedade. « Mediante o dinheiro –dizia– posso comprar tudo o que precise.» Mas o indivíduo tomou mau caminho, e a história moderna lhe conduz a confessar que sem o concurso de todos não pode nada, ainda que tivesse obstinadas de ouro suas arcas. Junto a essa corrente individualista vemos em toda a história moderna, por uma parte, a tendência a conservar tudo o que fica do comunismo parcial da antigüidade, e por outra a restabelecer o princípio comunista nas mil e mil manifestações da vida.

Quanto os municípios dos séculos X, XI e XII conseguiram

emancipar-se do senhor laico ou religioso, deram imediatamente grande, extensão ao trabalho em comum, ao consumo em comum. A cidade era a que fretava navios e despachava caravanas para o comércio longínquo, cujos benefícios eram para todos e não para os indivíduos; também comprava as provisões para seus habitantes. As impressões dessas instituições se mantiveram até o século XIX, e os povos conservam religiosamente a recordação delas em suas lendas. Tudo isso desapareceu. Mas o município rural ainda luta por manter os últimos vestígios de, esse comunismo, e o consegue enquanto o Estado não verte sua abrumadora espada na balança. Ao mesmo tempo surgem, sob mil diversos aspectos, novas organizações baseadas no mesmo princípio da cada um segundo suas necessidades, porque sem certa dose de comunismo não poderiam viver as sociedades atuais.

A ponte, por cujo passo pagavam em outro tempo os transeuntes, fez-se de uso comum. O caminho que antigamente se pagava a tanto a légua, já não existe mais do que em Oriente. Os museus, as bibliotecas livres, as escolas gratuitas, as comidas comuns para os meninos, os parques e os jardins abertos para todos, as ruas empedradas e alumiadas, livres para todo mundo; o água enviada a domicílio e com tendência geral a não ter em conta a quantidade consumida, tenho aqui outras tantas instituições fundadas no princípio de « Tomai o que preciseis» . Os bondes e transportes

ferroviários introduzem já o bilhete de adubo mensal ou anual, sem ter em conta o número de viagens, e recentemente toda uma nação, Hungria, introduziu em sua rede de transportes ferroviários o bilhete por zonas, que permite percorrer quinhentos ou mil quilômetros pelo mesmo preço. Depois de de isto não falta muito para o preço uniforme, como ocorre no serviço postal. Em todas estas inovações, e outras mil, há a tendência a não medir o consumo. Há quem quer percorrer mil léguas, e outro somente quinhentas. Essas são necessidades pessoais, e não há razão alguma para fazer pagar a um dupla que a outro só porque seja mais duas vezes intensa sua necessidade. Há também a tendência a pôr as necessidades do indivíduo acima da avaliação dos serviços que tenha prestado ou que preste algum dia à sociedade. L1égase a considerar a sociedade como um todo cada uma de cujas partes está tão intimamente paquerada as demais, que o serviço prestado a tal ou qual indivíduo é um serviço prestado a todos. Quando ides a uma biblioteca pública –por exemplo, as de Londres ou Berlin-, o bibliotecário não vos pergunta que serviço destes à sociedade para dar-vos o livro ou os cem livros que lhe peçais, e se é necessário, ajuda-vos a procurá-los no catálogo. Mediante um direito primeiramente único, a sociedade científica abre seus museus, jardins, bibliotecas, laboratórios, e dá festas anuais a cada um de seus membros, já seja um Darwin ou um simples aficionado.

Em São Petersburgo, se perseguis um invento, ides a um ateliê especial, onde vos oferecem lugar, um banco de carpinteiro, um torno de mecânico, todas as ferramentas necessárias, todos os instrumentos de precisão, contanto que saibais manejá-los, e se vos deixa trabalhar tudo o que agradeis. Aí estão as ferramentas; interessai a amigos por vossa idéia, associai-vos a outros amigos de diversos ofícios se não preferis trabalhar sós; inventai a máquina ou não inventeis nada, isso é coisa vossa. Uma idéia vos conduz, e isso basta. Os marinhos de uma falúa de salvamento não perguntam seus títulos aos marinheiros de um navio náufrago; lançam sua embarcação, arriscam sua vida entre as ondas furibundas, e algumas vezes morrem por salvar a uns homens a quem não conhecem sequer. E para que precisam conhecê-los? « Lhes fazem falta nossos serviços, são seres humanos: isso basta, seu direito fica assentado. ¡Salvemo-los!»

Que amanhã uma de nossas grandes cidades, tão egoístas em tempos correntes, seja visitada por uma calamidade qualquer –por exemplo, um lugar– e essa mesma cidade decidirá que as primeiras necessidades que se têm de satisfazer são as dos meninos e os velhos, sem informar-se dos serviços que tenham prestado ou prestem à sociedade; é preciso antes de mais nada mantê-los, cuidar aos combatentes independentemente da valentia ou da inteligência demonstradas por cada um deles, e homens e mulheres a milhares

rivalizarão em abnegação por cuidar aos feridos. Existe a tendência. Acentua-se quanto ficam satisfeitas as mais imperiosas necessidades de cada um, à medida que aumenta a força produtora da humanidade; acentua-se ainda mais cada vez do que uma grande idéia ocupa o posto das mesquinhas preocupações de nossa vida cotidiana.

O dia em que devolvessem os instrumentos de produção a todos, em que as tarefas fossem comuns e o trabalho –ocupando o lugar de honra na sociedade– produzisse bem mais do necessário para todos, como duvidar de que esta tendência alargará sua esfera de ação até chegar a ser o princípio mesmo da vida social? Por esses indícios somos do parecer de que, quando a revolução tenha quebrantado a força que mantém o sistema atual, nossa primeira obrigação será realizar imediatamente o comunismo. Mas nosso comunismo não é o dos falansterianos nem o dos teóricos autoritários alemães, senão o comunismo anarquista, o comunismo sem governo, o dos homens livres. Esta é a síntese dos dois fins perseguidos pela humanidade através das idades: a liberdade econômica e a liberdade política.

2

Tomando a anarquía como ideal da organização política, não fazemos mais do que formular também outra pronunciada tendência da humanidade. Cada vez que o permitia o curso do desenvolvimento das sociedades européias, estas sacudiam o jugo da

autoridade e esboçavam um sistema baseado nos princípios da liberdade individual. E vemos na história que os períodos durante os quais foram derrubados os governos em consequência de revoluções parciais ou gerais, foram épocas de repentino progresso no terreno econômico e intelectual. Já é a independência dos municípios, cujos monumentos –fruto do trabalho livre de associações livres– não foram superados desde então; já é o levantamento dos camponeses, que fez a Reforma e pôs em perigo o Papado; já a sociedade –livre nos primeiros tempos– fundada ao outro lado do Atlântico pelos descontentamentos que fugiram da velha Europa.

E se observamos o desenvolvimento presente das nações civilizadas, vemos um movimento cada vez mais acentuado em pró de limitar a esfera de ação do governo e deixar cada vez maior liberdade ao indivíduo. Esta é a evolução atual, ainda que dificultada pelo fárrago de instituições e preocupações herdadas do passado. O mesmo que todas as evoluções, não espera mais do que a revolução para varrer as velhas ruínas que lhe servem de obstáculo, tomando livre vôo na sociedade regenerada. Depois de ter tentado longo tempo resolver o insolúvel problema de inventar um governo que « obrigue ao indivíduo à obediência, sem cessar de obedecer aquele também à sociedade» , a humanidade, tenta libertar-se de toda espécie de governo e satisfazer suas necessidades de organização, mediante o livre acordo entre indivíduos e grupos que persigam os mesmos fins.

A independência de cada mínima unidade territorial é já uma necessidade apremiante; o comum acordo substitui à lei, e passando acima das fronteiras, regula os interesses particulares com a mira posta num fim geral.
Tudo o que em outro tempo se teve como função do governo se lhe disputa hoje, acomodando-se mais facilmente e melhor sem sua intervenção. Estudando os progressos feitos neste sentido, vemo-nos levados a afirmar que a humanidade tende a reduzir a zero a ação dos governos, isto é, a abolir o Estado, essa personificación da injustiça, da opressão e do monopólio. Certamente que a idéia de uma sociedade sem Estado provocará pelo menos tantas objeções como a economia política de uma sociedade sem capital privado. Todos fomos amamentados com preconceitos a respeito das funções providenciais do Estado. Toda nossa educação, desde o ensino das tradições romanas até o código de Bizancio, que se estuda com o nome de direito romano, e as diversas ciências professadas nas universidades, acostumam-nos a acreditar em o governo e nas virtudes do Estado providência.
Para manter este preconceito se inventaram e ensinado sistemas filosóficos. Com o mesmo fim se ditaram leis. Toda a política se funda nesse princípio, e cada político, qualquer que seja seu matiz, diz sempre ao povo: « ¡Dá-me o poder; quero e posso livrar-te das misérias que pesam sobre ti!» Abri qualquer livro de sociologia, de

jurisprudência, e encontrareis nele sempre ao governo, com sua organização e seus atos, ocupando tão grande lugar, que nos acostumamos a crer que fora do governo e dos homens de Estado já não há nada. A imprensa repete em todos os tons a mesma cantinela. Colunas inteiras se consagram às discussões parlamentares, às intrigas dos políticos; mal se se adverte a imensa vida cotidiana de uma nação em algumas linhas que tratam de um assunto econômico, a propósito de uma lei, ou na seção de notícias ou na de acontecimentos do dia.

E quando ledes esses jornais, o que menos pensais é no imenso número de seres humanos que nascem e morrem, trabalham e consomem, conhecem as dores, pensam e criam, além desses personagens de estorvo, a quem se glorifica até o ponto de que suas sombras, engrandecidas por nossa ignorância, cubram e ocultem à humanidade. E no entanto, quanto passa do papel impresso à vida mesma, quanto se joga uma olhadela à sociedade, salta à vista a parte infinitesimal que nela representa o governo. Balzac tinha feito notar já quantos milhões de camponeses permanecem durante toda sua vida sem conhecer nada do Estado, exceto os impostos que estão obrigados a pagar-lhe. Diariamente se fazem milhões de tratos sem que intervenha o governo, e os maiores deles –os do comércio e a bolsa– se fazem de maneira que nem sequer se poderia invocar ao governo se uma das partes contratantes tivesse a intenção de não

cumprir seus compromissos. Falai com um homem que conheça o comércio, e vos dirá que as mudanças operadas todos os dias entre comerciantes serian de absoluta impossibilidade se não tivessem por base a confiança mútua. O costume de cumprir sua palavra, o desejo de não perder o crédito, bastam amplamente para sustentar essa honradez comercial. O mesmo que sem o menor arrependimento envenena a seus paroquianos com infectas drogas cobertas de etiquetas pomposas, tem como empenho de honra o cumprir seus compromissos. Pois bem; se essa moralidade relativa pôde desenvolver-se, até nas condições atuais, quando o enronquecimiento é o único celular e o único objetivo, podemos duvidar que não progrida rapidamente, quanto já não seja a base fundamental da sociedade a apropriação dos frutos do labor alheio? Há outro rasgo característico de nossa geração, que ainda fala melhor em pró de nossas idéias, e é o contínuo crescimento do campo das empresas devidas à iniciativa privada e o prodigioso desenvolvimento de todo gênero de agrupações livres. Estes fatos

são inumeráveis, e tão habituais, que formam a essência da segunda metade deste século, ainda que os escritores de socialismo e de política os ignoram, preferindo falar-nos sempre das funções do governo. Estas organizações, livres e variadas até o infinito, são um produto tão natural, crescem com tanta rapidez e se agrupam com tanta facilidade, são um resultado tão necessário do contínuo crescimento das necessidades do homem civilizado e substituem com tantas vantagens à ingerência governamental, que devemos reconhecer nelas um fator cada vez mais importante na vida das comunidades. Se não se estendem ainda ao conjunto das manifestações da vida, é porque acham um obstáculo insuperável na miséria do trabalhador, nas castas da sociedade atual, na apropriação privada do capital coletivo, no Estado.

Aboli esses obstáculos, E as vereis cobrir o imenso domínio da atividade dos homens civilizados. A história dos cinquenta anos últimos é uma prova da impotência do governo representativo para desempenhar as funções com que se lhe quis revestir. Algum dia se citará o século XIX como a data do aborto do parlamentarismo. Esta impotência é tão evidente para todos, são tão palpáveis as faltas do parlamentarismo e os vícios fundamentais do princípio representativo, que os poucos pensadores que fizeram sua crítica (J. Stuart Mill, Laverdais) não tiveram mais do que traduzir o descontentamento popular. É absurdo nomear alguns homens e

dizer-lhes: « Fazei-nos leis a respeito de todas as manifestações de nossa vida, ainda que cada um de vocês as ignore» . Começa-se a compreender que o governo das maiorias parlamentares significa o abandono de todos os assuntos do país aos que formam as maiorias na Câmara e nas eleições aos que não têm opinião. A união postal internacional, as uniões de transportes ferroviários, as sociedades sábias, dão o exemplo de soluções achadas pelo livre acordo, em vez de por a lei. Quando grupos disseminados pelo mundo querem chegar hoje a organizar-se para um fim qualquer, não nomeiam um parlamento internacional de deputados para tudo e a quem se lhes diga: « Votai-nos leis; as obedeceremos» . Quando não se podem entender diretamente ou por correspondência, enviam delegados que conheçam a questão especial que vai tratar-se, e lhes dizem: « Tentai pôr-vos de acordo a respeito de tal assunto, e voltai logo não com uma lei no bolso, senão com uma proposição de acordo, que aceitaremos ou não aceitaremos» . Assim é como fazem as grandes sociedades industriais e científicas, as associações de todas classes, que há em grande número em Europa e nos Estados Unidos. E assim deverá fazer a sociedade libertada. Para realizar a expropriação, lhe será absolutamente impossível organizar-se sob o princípio da representação parlamentar. Uma sociedade fundada na servidão poderá conformar-se com a monarquia absoluta; uma sociedade baseada no salário e na exploração das massas pelos

detentadores do capital, acomoda-se com o parlamentarismo. Mas uma sociedade livre que volte a entrar em posse da herança comum, terá que procurar no livre grupamento e na livre federação dos grupos uma organização nova que convenha à nova fase econômica da história.

A Expropriação

1

Conta-se, que em 1848, ao verse ameaçado Rothschild em sua fortuna pela revolução, inventou a seguinte farsa: « Admitamos que minha fortuna se tenha adquirido a costa dos demais. Dividida entre tantos milhões de europeus, tocariam duas pesetas a cada pessoa. Pois bem; comprometo-me a devolver a cada qual suas duas pesetas se me as pede» . Dito isto, e devidamente publicado, nosso milionário se passeava calmo pelas ruas de Francfort. Três ou quatro transeuntes lhe pediram suas duas pesetas, se as entregou com sardónica sorriso, e ficou feita a jugarreta. A família do milionário ainda está em posse de seus tesouros. Pouco mais ou menos assim raciocinam as cabeças sólidas da burguesia quando nos dizem: « ¡Ah, a expropriação! Compreendido. Tiram vocês a todos os sobretudos, põem-nos num montão, e cada qual se acerca a pegar um, salvo o surrar-se a badana por quem pega o melhor» .

O que precisamos não é pôr num montão os sobretudos para distribuí-los depois, e isso que os que tiritan de frio ainda

encontrariam em isso alguma vantagem. Também não temos que nos repartir as duas pesetas de Rothschild. O que precisamos é organizar-nos de tal forma, que cada ser humano, ao vir ao mundo, pudesse estar seguro de aprender um trabalho produtivo, em primeiro termo acostumar-se a ele, e depois poder ocupar-se desse trabalho sem pedir permissão ao proprietário e ao patrono e sem pagar aos acaparadores da terra e das máquinas a parte do leão sobretudo o que produza. Quanto às riquezas de todas classes, detentadas pelos RoLhschilds ou os Vanderbilt, nos serviriam para organizar melhor nossa produção em comum

O dia em que o trabalhador do campo possa arar a terra sem pagar a metade do que produz; o dia em que as máquinas necessárias para preparar o solo para as grandes colheitas estejam à livre disposição dos cultivadores; o dia em que o obreiro do ateliê produza para a comunidade e não para o monopólio, os trabalhadores não irão já harapientos, e não terá mais Rothschilds nem outros exploradores. Ninguém terá já necessidade de vender sua força de trabalho por um salário que só representa uma parte do total do que produz. « Seja – nos dirão-. Mas de fora vos virão os Rothschilds. Podereis impedir que um indivíduo que tenha acumulado milhões em China, vá estabelecer-se entre vocês, que se rodeie de servidores e trabalhadores assalariados, que os exploda e se enriqueça a costa deles? Não podeis fazer a revolução em toda a terra ao mesmo

tempo. Ides estabelecer alfândegas em vossas fronteiras, para registrar ti quem cheguem e apoderar-se do ouro que tragam?» ¡Teria que ver: polícias anarquistas disparando contra os passageiros!
Pois bem; no fundo deste raciocínio há um burdo erro, e é que ninguém se perguntou nunca de onde provem as fortunas dos ricos. Um pouco de reflexão bastaria para demonstrar que a origem dessas fortunas está na miséria dos pobres. Onde não tenha miseráveis, não terá já ricos para explodí-los. Fixai-vos um pouco na Idade Média, na que começam a surgir grandes fortunas. Um barão feudal se apoderou de um fértil vale. Mas enquanto essa campiña não se povoe, nosso barão não pode chamar-se rico. Que vai fazer nosso barão para enriquecer-se? ¡Procurar colonos! No entanto, se cada agricultor tivesse um pedaço de terra livre de ônus e ademas as ferramentas e o gado suficientes para o labor, quem iria a roturar as terras do barão? Cada qual ficaria nas suas. Mas há populações inteiras de miseráveis.
Uns foram arruinados pelas guerras, outros pelas secas, pela peste; não têm bestas nem aperos. (O ferro era custoso na Idade Média; mais custosa ainda uma besta de labor.) Todos os miseráveis procuram melhores condições. Um dia vêem no caminho, na linde das terras de nosso barão, um poste indicando com certos signos compreensíveis que o lavrador que se instale nessas terras receberá com o solo instrumentos e materiais para edificar uma choça e

semear seu campo, sem que em certo número de anos tenha que pagar nenhum cânon. Esse número de anos se indica com outras tantas cruzes no poste frontero, e o camponês entende o que significam essas cruzes. Então vão às terras do barão os miseráveis; traçam caminhos, desecan os pântanos, levantam aldeias. AOS nove anos, o barão lhes imporá um arrendamento, cinco anos mais tarde lhes cobrará tributos, que duplicará depois, e o lavrador aceitará essas novas condições porque em outra parte não as achará melhores, E pouco a pouco, com ajuda da lei feita pelos letrados, a miséria do camponês se converte em manancial de riqueza para o senhor; e não só para o senhor, senão para toda uma nuvem de usureros que descarrega sobre as aldeias, e que se multiplicam tanto mais quanto maior é o empobrecimento do lavrador. Assim passava na Idade Média. E não sucede hoje o mesmo? Se tivesse terras livres que o camponês pudesse cultivar a seu desejo, iria pagar mil pesetas por hectare ao senhor visconde que se digna ceder-lhe uma parcela? Iria pagar um arrendamento oneroso, que lhe tira o terço do que produz? Iria fazer-se colono para entregar a metade da colheita ao proprietário?

Mas como nada tem, aceita todas as condições com tal d poder viver cultivando o solo, e enriquece ao Senhor. Em pleno século XIX, como na Idade Média, a pobreza do camponês é riqueza para os proprietários de bens raízes.

O amoo do solo se enriquece com a miséria dos lavradores. O mesmo sucede com o industrial. Contemplai um burguês, que de uma maneira ou outra se encontra possuidor de um tesouro de quinhentas mil pesetas. Certamente, pode gastar-se esse dinheiro a razão de cinquenta mil pesetas ao ano, pouquissima coisa no fundo, dado o luxo caprichoso e insensato que vemos nestes dias. Mas então ao cabo de dez anos não lhe ficará nada. Assim, pois, como homem « prático» , prefere guardar intacta sua fortuna e criar-se ademais uma bonita renda anual. Isso é muito singelo em nossa sociedade, precisamente porque em nossas cidades e povos formigam trabalhadores que não têm para viver um mês, nem sequer uma quinzena.
Nosso burguês funda uma fábrica, os banqueiros se apressam a prestar-lhe outras quinhentas mil pesetas, sobretudo se tem fama de ser hábil, e com seu milhão poderá fazer trabalhar a quinhentos obreiros. Se nos contornos não tivesse mais do que homens e mulheres cuja existência estivesse garantida, quem iria trabalhar para nosso burguês? Ninguém consentiria em fabricar-lhe, por um salário de dois ou três pesetas ao dia, objetos comerciais por valor de cinco a dez pesetas. Por desgraça, os bairros pobres da cidade e dos povos próximos estão cheios de gente cujos filhos choram adiante da despensa vazia. Por isso, quanto se abre a fábrica vão correndo os

trabalhadores embaucados. Não fazem falta mais do que cem e se apresentam mil. E quanto funciona a fábrica, o patrono se embolsa, limpo de pó e palha, um milhar de pesetas anuais por cada par de braços que trabalham para ele.

Nosso patrono obtém assim uma bonita renda. Se elegeu um ramo industrial lucrativa, e se é pronto, engrandecerá pouco a pouco seu fabrica e aumentará suas rendas, duplicando o número dos homens, a quem explode. Então chegará a ser um personagem na comarca. Poderá pagar almoços a outros notáveis, aos vereadores, ao senhor deputado. Poderá casar sua fortuna com outra fortuna, e colocar mais tarde vantajosamente a seus filhos e obter depois alguma concessão do Estado. Se lhe pedirão fornecimentos para o exército ou para a província, e continuará arredondando seu tesouro até que uma guerra, ou o simples rumor dela, ou uma jogada de bolsa lhe permitam dar um grande golpe de mão. As nove décimas partes das colossais fortunas dos Estados Unidos (assim o relatou Henry George em seus Problemas sociais) devem-se a uma grande bribonada feita com a cumplicidade do Estado. Em Europa, os nove décimos das fortunas, em nossas monarquias e em nossas repúblicas, têm a mesma origem.

Toda a ciência de adquirir riquezas está em isso: encontrar certo número de famintos, pagar-lhes três pesetas e fazer-lhes produzir dez; amontoar assim uma fortuna e acrecentá-la em seguida por

algum grande golpe de mão com ajuda do Estado. Não vale a pena falar das modernas fortunas atribuídas pelos economistas à poupança, pois a poupança, por si só, não produz nada, enquanto o dinheiro poupado não se emprega em explodir aos famintos. Suponhamos um sapateiro a quem se lhe retribua bem seu trabalho, que tenha boa paróquia e que, a força de privações, chegue a poupar cerca de duas pesetas diárias, ¡cinquenta pesetas ao mês! Suponhamos que nosso sapateiro não esteja nunca enfermo; que vírgula bem, apesar de seu afã pela poupança; que não se case ou que não tenha filhos; que não se morra de tisis; admitamos quanto queirais.

Pois bem; à idade de cinquenta anos não terá poupado nem quinze mil pesetas, e não terá de que viver durante sua velhice, quando já não possa trabalhar. Certamente não é bem como se fazem as fortunas. Suponhamos outro sapateiro. Quanto tenha poupadas umas pesetas, as levará com cuidado à caixa de poupanças, e esta se as prestará ao burguês que trata de montar uma exploração de homens descalços. Depois tomará um aprendiz, o filho de um miserável, que se terá por feliz se ao cabo de cinco anos aprende o ofício e consegue ganhar-se a vida. O aprendiz lhe « produzirá» a nosso sapateiro e se este tem clientela, se apressará a tomar outro, e mais adiante um terceiro aprendiz. Depois terá dois ou três oficiais, felizes se cobram três pesetas diárias por um trabalho que vale seis.

E se nosso sapateiro « tem sorte» , isto é, se é bastante pilho, seus oficiais e aprendizes lhe produzirão uma vintena de pesetas além de seu próprio trabalho.
Poderá alargar seu negócio, se enriquecerá pouco a pouco e não terá necessidade de privar-se do estritamente necessário. Deixará a seu filho uma fortunita. Tenho aqui o que chamam « fazer poupanças, ter hábitos de sobriedade» . No fundo, é lisa e claramente explodir aos precisados. O comércio parece uma exceção da regra. « Fulano – se nos dirá– compra chá na Chinesa, importa-o a França e realiza um benefício do 30 por 100 de seu dinheiro. Não explodiu a ninguém.» E, no entanto, o caso é análogo. ¡Se nosso homem tivesse trazido o chá sobre suas costas, santo e muito bom! Antanho, nas origens da Idade Média, dessa maneira precisamente se fazia o comércio. Por isso não se conseguiam jamais as pasmosas fortunas de nossos dias; mal se o mercador de então podia guardar algumas moedas depois de uma viagem cheios de penalidades e perigos. Impulsábale a dedicar-se ao comércio menos o afã de lucro do que o gosto às viagens e aventuras.
Hoje o sistema é mais singelo. O comerciante que tem capital não precisa mover-se da escrivaninha para enriquecer-se. Telegrafía a um comisionista a ordem de comprar cem toneladas de chá; freta um navio, e às poucas semanas tem em seu poder o carregamento. Nem sequer corre o risco da travessia, porque estão assegurados seu chá e

o navio. E se gastou cem mil pesetas, recolherá cento trinta mil, a não ser que tenha querido especular com alguma mercadoria nova, em cujo caso se arrisca a duplicar sua fortuna ou a perdê-la por inteiro. Mas, como pôde encontrar homens que se tenham resolvido a fazer a travessia, ir a China e voltar, trabalhar de firme, suportar fadigas e arriscar sua vida por um salário ruin? Como pôde encontrar nos docks carregadores e descargadores, a quem pagava o preciso nada mais que para não os deixar morrer de fome enquanto trabalhavam? Como? ¡Porque estão na miséria! Ide a um porto de mar, visitai os cafetuchos dos berços, observai a esses homens que vão deixar-se embaucar, colando-se muito próximo dos docks, que assaltam desde o alva, para ser admitidos a trabalhar nos navios. Vede esses marinheiros, contentes de enrolarse para uma viagem longínqua, depois de semanas e meses de espera; toda sua vida a passaram de navio em navio e subirá ainda a outros, até que algum dia desapareçam entre as ondas. Multiplicai os exemplos, elegei-os onde vos pareça, meditai sobre a origem de todas as fortunas grandes ou pequenas, procedam do comércio, da banca; da indústria ou do solo. Em todas partes comprovareis que a riqueza de uns está formada por miséria de outros.

Uma sociedade anarquista não teria que temer ao Rothschild desconhecido que fora a estabelecer-se de repente em seu seio. Se cada membro da comunidade sabe que depois de algumas horas de

trabalho produtivo terá direito a todos os prazeres que proporciona a civilização, aos profundos gozes que a ciência e a arte dão a quem a cultivam, não irá vender sua força de trabalho por uma mesquinha pitanza; ninguém se oferecerá para enriquecer ao susodicho Rothschild. Suas moedas de duas pesetas serão rodelas metálicas, úteis para diversos usos, mas incapazes de produzir crianças. A expropriação deve compreender tudo quanto permita apropriar-se o trabalho alheio. A fórmula é singela e fácil de compreender.
Não queremos despojar a ninguém de seu sobretudo, se não que desejamos devolver aos trabalhadores tudo o que permite explodí-los, não importa a quem. E faremos todos os esforços para que, não lhe faltando a ninguém nada, não tenha nem um só homem que. veja-se obrigado a vender seus braços para existir ele e seus filhos. Tenho aqui como entendemos a expropriação e nosso dever durante a revolução, cuja chegada esperamos, não pára de aqui a duzentos anos, senão num futuro próximo.

3

A idéia anarquista em general e a da expropriação em particular, encontram muitas mais simpatias do que se crê entre os homens independentes de caráter e aqueles para quem a ociosidade não é o supremo ideal. « No entanto –nos dizem com freqüência nossos amigos-, ¡guardai-vos de ir demasiado longe! ¡Já que a humanidade não muda num dia, não vades demasiado de pressa em vossos

projetos de expropriação e de anarquía! Arriscaríeis não fazer nada duradouro.» Pois bem; o que tememos em matéria de expropriação é não ir demasiado longe. Pelo contrário, tememos que a expropriação se faça numa escala demasiado pequena para ser duradoura; que o arranque revolucionário se detenha à metade de seu caminho; que se gaste em medidas a médias que não poderiam contentar a ninguém, e que produzindo um desabamento formidável na sociedade e uma suspensão de suas funções, não fossem, no entanto, viáveis, semeando o descontentamento geral e trazendo fatalmente o triunfo da reação. Efetivamente, há estabelecidas em nossas sociedades relaciones que é materialmente impossível modificar se só em parte se toca a elas. As diversas rodagens de nossa organização econômica estão engrenados tão intimamente entre se, que não pode modificar-se um só sem modificá-los em seu conjunto; isto se advertirá quanto se queira desapropriar, seja o que for. Suponhamos que numa região qualquer se faça uma expropriação, limitada, por exemplo, aos grandes senhores territoriais sem tocar às fábricas (como não tem muito pediu Henry George) que em tal ou qual cidade se desapropriem as casas, sem pôr em comum os víveres, ou que numa região industrial se desapropriem fábricas sem tocar às grandes propriedades territoriais. O resultado será sempre o mesmo: transtorno imenso de vida econômica, sem meios de reorganizá-la sobre bases novas.

Paralisação da indústria e do tráfico, sem voltar aos princípios da justiça: impossibilidade de que a sociedade reconstitua um tudo harmônico. Se o agricultor se livra do grande proprietário territorial sem que a indústria se livre do capitalista, o industrial do comerciante do banqueiro, não terá feito nada. O cultivador sofre hoje, não só por ter que pagar a renda ao proprietário do solo, senão pelo conjunto das condições atuais; sofre o imposto que lhe cobra o industrial, quem lhe faz pagar três pesetas por uma enxada que só vale a quarta parte em comparação com o trabalho agricultor; contribuições impostas pelo Estado, que não pode existir sem uma formidável hierarquia de servidores públicos; gastos de sustentação do exército que mantém o Estado, porque industriais de todas as nações estão em perpétua luta pelos mercados, e qualquer dia pode estourar a guerra em consequência de disputar-se a exploração de tal ou qual parte do Ásia ou África.

O agricultor sofre pela despoblación dos campos cuja juventude se vê arrastada para as fábricas das grande cidades, já com a isca de salários mais altos pagos temporariamente pelos produtores de objetos de luxo, já pelos estímulos de uma vida a mais movimento; sofre também pela proteção artificial da indústria, a exploração comercial dos países limítrofes, a usura, a dificuldade de melhorar o solo e aperfeiçoar os aperos, etcétera. O mesmo sucede com a indústria. Entregai amanhã as fábricas aos trabalhadores, fazei o que

se fez com certo número de camponeses, a quem se lhes converteu em proprietários, do solo. Suprimi o patrono, mas deixai-lhe a terra ao senhor, o dinheiro ao banqueiro, a bolsa ao comerciante; conservai na sociedade essa massa de ociosos que vivem do trabalho do obreiro, mantende-os mil intermediários, o Estado com seu caterva de servidores públicos, e a indústria não marchará. Não achando compradores na massa dos lavradores, que continuam pobres; não possuindo as primeiras matérias e não podendo exportar seus produtos, a causa em parte da suspensão do comércio, e sobretudo por efeito da, centralização das indústrias, não poderá fazer mais do que vegetar, ficando abandonados os obreiros no ribeiro. Desapropriai aos senhores da terra e devolvei as fábricas aos trabalhadores, mas sem tocar a essas nuvens de intermediários que especulam hoje com as farinhas e os trigos, com a carne e com todos os comestíveis nos grandes centros, ao mesmo tempo que espalham os produtos de nossas manufaturas. Pois bem; quando se dificulte o tráfico e já não circulem os produtos, quando falte pão em Paris, e Lyon não encontre compradores para suas sedas, a reação será terrível, caminhando sobre cadáveres, passeando as submetralhadoras por cidades e campos, celebrando orgias de execuções e deportações, como se fez em 1815, em 1848 e em 1871. Tudo se enlaça em nossas sociedades, e é impossível reformar algo sem que o conjunto se quebrante. O dia em que se fira à

propriedade privada em qualquer de suas formas, terá que a ferir em todas as demais. O imporá o mesmo triunfo da revolução. Se uma grande cidade põe somente mão nas casas ou nas fábricas, a mesma força das coisas a levará a não reconhecer a banqueiros direito a cobrar do município cinquenta milhões de imposto, sob a forma de interesses por empréstitos anteriores. Se verá obrigada a pôr-se em relação com os cultivadores, e forçadamente os impulsionará a libertar-se dos possuidores do solo. Para poder comer e produzir, terá que desapropriar os caminhos de ferro. Por último, para evitar o esbanje dos víveres e não ficar a graça dos acaparadores de trigo, como a prefeitura de 1793, confiará aos mesmos cidadãos o cuidado de encher seus armazéns de víveres e repartir os produtos.

No entanto, alguns socialistas trataram de estabelecer uma distinção, dizendo: « Querer-nos que se expropíen o solo, o subsolo, a fábrica, a manufatura; são instrumentos de produção, e justo é ver neles uma propriedade pública» , mas além disso há objetos de consumo, o alimento, o vestido, a habitação, que devem ser propriedade privada. O leito, a habitação, a casa, são lugares de vagância para o que nada produz. Mas para o trabalhador, uma peça caldeada e clara é tão instrumento de produção como a máquina ou a ferramenta. É o lugar onde restaura seus músculos e nervos, que se desgastarão amanhã no trabalho. O descanso do produtor é necessário para que funcione a máquina.

Isto é ainda mais evidente para o alimento. Os pretendidos economistas de que falamos, nunca deixaram de dizer que o carvão queimado por uma máquina figura entre os objetos tão necessários para a produção como as primeiras matérias. Como pode excluir-se dos objetos indispensáveis para o produtor o alimento, sem o qual não poderia fazer nenhum esforço a máquina humana? Será talvez um resto de metafísica religiosa? A comida abundante e regalona do rico é um consumo luxo. Mas a comida do produtor é um dos objetos imprescindíveis para a produção, com o mesmo título que o carvão queimado pela máquina de vapor. Outro tanto sucede com o vestido, porque se os economistas que distinguem entre os objetos de produção e os de consumo vestissem a estilo dos selvagens de Nova Guiné, compreenderíamos tais reservas. Mas gentes que não poderiam escrever uma linha sem levar camisa posta, não estão em seu lugar ao fazer uma distinção tão grande entre sua camisa e sua pluma. A blusa e os sapatos, sem os quais não poderia ir um obreiro a seu trabalho, a jaqueta que se põe ao concluir a jornada e o boné com que se resguarda a cabeça, são-lhe tão necessários como o martelo e o yunque. Queira-se ou não, assim entende o povo a revolução. Quanto tenha varrido os governos, tratará, antes de mais nada, de assegurar-se um alojamento são, uma alimentação suficiente e o vestido necessário, sem pagar gabelas. E o povo terá razão. Sua maneira de atuar estará infinitamente mais conforme com

a ciência do que a dos economistas que fazem tantos distingos entre o instrumento de produção e os artigos de consumo. Compreenderá que precisamente por aí deve começar a revolução, e jogará os alicerces da única ciência econômica que pode reclamar o título de ciência, e que pudesse chamar-se estudo das necessidades da humanidade e meios econômicos de satisfazê-las.

Os víveres

1

Se a próxima revolução tem de ser uma revolução social, se distinguirá dos anteriores levantamentos, não só por seus fins, senão também por seus procedimentos. Fins novos requerem procedimentos novos. O povo se bate para derrubar o antigo regime, e derrama seu sangue precioso. Depois de romper a argola, volta à sombra. Um governo composto de homens mais ou menos honrados se constitui e se encarrega de organizar a república em 1793 o trabalho em 1848, o município livre em 1871 . Imbuido esse governo nas idéias jacobinas, preocupa-se das questões políticas antes de mais nada: reorganização da máquina do poder, purificação do pessoal administrativo, separação da Igreja e o Estado, liberdades cívicas, e assim sucessivamente. É verdade que os clubs obreiros vigiam aos novos governantes. Com freqüência impõem suas idéias. Mas ainda nesses clubs, sejam burgueses ou trabalhadores os que peroran, sempre domina a idéia burguesa. Fala-se muito de questões

políticas, mas s esquece a questão do pão.Quanto estoura a revolução, inevitavelmente para o trabalho, detiénese a circulação dos produtos, escondem-se os capitais. O patrono não tem nada que temer nessas épocas; vive de suas rendas, se é que não especula com a miséria; mas assalariado se vê reduzido a viver apertado. Anuncia-se a escassez. Aparece a miséria, uma miséria como não se tinha visto com antigo regime. « São os girondinos quem nos matam de fome» , dizia-se pelos arrabaldes em 1793. E se guillotinaba aos girondinos, dando plenos poderes à Montanha, à Prefeitura de Paris. A Prefeitura preocupábase, efetivamente, do pão; despregava heróicos esforços para alimentar a Paris.
Fouché e Collot d'Herbois criavam pósitos em Lyon, mas se dispunha de minúscula quantidade de grão para enchê-los. As municipalidades lutavam para conseguir trigo. Enforcava-se aos tahoneros acaparadores do grão, mas seguia faltando o pão. Então a empreendiam com os realistas, guillotinando a doze, quinze diários, criadas e duquesas, sobretudo criadas, porque as duquesas estavam em Coblenza. Mas ainda que guillotinasen a cem duques e viscondes cada vinte e quatro horas, nada teria mudado. A miséria ia em aumento, Já que era preciso sempre cobrar, um salário pára. viver, e o salário não aparecia, que tivessem podido fazer mais mil cadáveres ou menos? Então o povo começava a cansar-se. « ¡Bem vai vossa revolução! –cochichava o reaccionário ao ouvido do trabalhador;

¡nunca tivestes tanta miséria! » E pouco a pouco se tranqüilizava o rico, saía de seu esconderijo, se mofaba dos descalços com seu pomposo luxo, vestíase de currutaco e dizia aos trabalhadores: « ¡Vamos, basta de necedades! Que ganhastes com a revolução? ¡Já é hora de acabar com ela!» E com o coração oprimido, exausto já de paciência, o revolucionário chegava a dizer-se: « ¡Outra vez perdida a revolução!,» Se voltava a seu tugurio e deixava fazer. Então a reação se mostrava altiva, realizando seu golpe de Estado. Morta a revolução, já não lhe ficava senão pisotear seu cadáver. ¡E pisoteábalo de firme! Derramavam-se ondas de sangue o terror branco ceifava cabeças, povoava os cárceres, e enquanto seguiam seu curso as orgias da granujería elevada. Tenho aqui a imagem de todas nossas revoluções. Em 1848, o trabalhador parisiense punha « três meses de miséria» ao serviço da República, e ao cabo dos três meses, não podendo já mais, fazia seu postrer esforço desesperado, esforço afogado pela matança. E em 1871 concluía a Comuna por falta de combatentes. Não tinha esquecido decretar a separação da Igreja e do Estado; mas não pensou até farto tarde em assegurar a todos o pão. E viose em Paris aos gomosos burlasse dos federados, dizendo-lhes: « ¡Imbecis, ide fazer-vos matar por seis reais, enquanto nós nos vamos de francachela ao restaurante de moda!» Comprendióse a falta nos últimos dias. Fez-se a sopa comunal, mas era demasiado tarde. ¡Os versalleses estavam já dentro das muralhas!

« ¡Pão; a revolução precisa pão! ¡Ocupense outros em lançar circulares com frases rimbombantes! ¡Ponham-se outros nos ombros tantos galões como possam levar em cima! ¡Peroren outros a respeito das liberdades políticas!» Nossa tarefa consistirá em faz de maneira que nos primeiros dias da revolução, e enquanto dure esta, não tenha um só homem no território insurrecto quem lhe falte o pão, nem uma só mulher obrigada a formar fila adiante da tahona para recolher a bola de salvado que lhe queiram arrojar de esmola, nem um só menino a quem lhe falte o necessário para sua débil constituição.

2

Somos utopistas, é coisa sabida. Efetivamente, tão utopistas, que levamos nossa utopia até crer que a revolução deve e pode garantir a todos o alojamento, o vestido e o pão. É preciso assegurar o pão ao povo sublevado, é mister que a questão do pão preceda a todas as demais. Se se resolve em interesse do povo, a revolução irá por bom caminho. É seguro que a próxima revolução estourasse no meio de uma formidável crise industrial. Desde faz uma dúzia de anos nos encontramos em plena efervescência, e a situação tem que se agravar. Tudo contribui a isso: a participação das nações jovens que entram no palenque para conquistar os antigos mercados, as guerras, os impostos sempre crescentes, as dívidas dos Estados, o inseguro do manhã, as grandes empresas longínquas. Neste momento

defeituosa o trabalho a milhões de trabalhadores em Europa. Pior será quando tenha estourado a revolução e se tenha propagado como o fogo num regueiro de pólvora. O número de obreiros sem trabalho duplicará quanto se levantem barricadas em Europa e nos Estados Unidos. Que vai fazer para assegurar o pão a essas multidões? Já que se abriram ateliês em 1789 e em 1793; já que se recorreu ao mesmo meio em 1848; já que Napoleão III conseguiu durante dezoito anos conter ao proletariado parisiense dando-lhe trabalhos que valem hoje a Paris sua dívida de dois milhões de pesetas e seu imposto municipal de noventa pesetas por cabeça; já que este excelente meio se empregava em Roma e até em Egito faz quatro mil anos; já que déspotas, reis e imperadores arrojaram sempre um pedaço de pão ao povo para ter tempo de recolher o chicote, é natural que as gentes práticas preconizem esse método de perpetuar o salário. ¡A que romper-se a cabeça, quando se dispõe do método ensaiado pelos faraós de Egito! Mas se a revolução tivesse a desgraça de seguir esse caminho, estava perdida. Quando o 27 de fevereiro de 1848 se abriam os ateliês nacionais, os obreiros sem trabalho não eram mais do que oito mil em Paris; quinze dias depois, eram já quarenta e nove mil; bem cedo iam ser cem mil, sem contar os que iam de províncias. Mas naquela época, a indústria e o comércio não ocupavam em França a metade dos braços que hoje. E sabido é que em tempo de revolução o que mais padece é o

tráfico, é a indústria. Basta pensar só no número de obreiros que trabalham direta e indiretamente para a exportação, no número de braços empregados nas indústrias de luxo que têm por clientela a minoria burguesa. A revolução em Europa é a suspensão imediata da metade das fábricas e manufaturas; representa milhões de trabalhadores arrojados à rua junto com suas famílias. É evidente, como já o disse Proudhon, que o ataque a propriedade trará a completa desorganização de todo o regime baseado na empresa particular e no salário. A sociedade mesma se lado obrigado a pôr mão no conjunto da produção e e reorganizá-la segundo as necessidades do conjunto da população. Mas como esta reorganização não é possível num dia nem em mais, como exige certo período de adaptação, durante o qual milhões de homens se veriam privados de meios de existência, que tem de fazer-se?
Não há mais do que uma solução verdadeiramente prática, e é reconhecer o imenso da tarefa que se impõe, e em vez de jogar um remendo a uma situação que se fez impossível, proceder a reorganizar a produção segundo os novos princípios. Será preciso que o povo tome imediatamente posse todos os víveres que tenha nos municípios insurrectos, inventariando-os e cuidando que, sem esbanjar nada, aproveitem todos os recursos acumulados para atravessar o período de crise, e durante esse tempo entender-se com os obreiros das fábrica oferecendo-lhes as primeiras matérias que

lhes faltem e garantindo-lhes a existência durante alguns meses, a fim de que produzam o que precisa o cultivador. Não esqueçamos que se França tece sederías para os banqueiros alemães, as imperatrizes de Rússia e das ilhas Sandwich, e que se Paris faz maravilhas de juguetería para os ricos do mundo inteiro, dois terços dos camponeses franceses carecem de lustres para alumiar-se e das ferramentas mecânicas necessárias hoje na agricultura. E por último, fazer valer as terras improdutivas e melhorar as que não produzem nem sequer a quarta nem ainda a décima parte do que produzirão quando estejam submetidas ao cultivo intensivo de horta e jardinagem.

3

Um homem ou um grupo de homens que possuem o capital necessário montam uma empresa industrial; encarregam-se de abastecer a manufatura ou a fábrica de primeiras matérias, de organizar a produção, de vender os produtos, de pagar aos obreiros um salário fixo, e por último, embolsam-se o excesso de valor ou os benefícios, com o pretexto de indenizar-se do risco que correram, das oscilações de preços que tem a mercadoria no mercado. Por salvar este sistema, os atuais detentadores do capita estariam dispostos a fazer certas concessões, por exemplo, repartir uma parte dos benefícios com os trabalhadores ou estabelecer uma escala de salários que lhes obrigue a elevá-los quanto sobem os ganhos; numa

palavra, consentiriam certos sacrifícios com a condição que se lhes deixasse o direito de dirigir e administrar a indústria e de arrecadar os benefícios dela.

O colectivismo, segundo saber-nos, introduz importantes modificações nesse regime, mas sem deixar de manter o salário. Só que substitui o patrono pelo Estado, isto é, com o governo representativo, nacional ou comunal. Os representantes da nação ou do município, seus delegados ou seus servidores públicos são quem se encarregam da gerência da indústria, e ao mesmo tempo se reservam o direito de empregar em proveito de todos o excesso de valor da produção. Ademais, estabelece-se neste sistema uma distinção muito subtil, mas cheia de conseqüências, entre o trabalho do peão do homem que fez uma aprendizagem prévia. O trabalho do peão não é aos olhos do colectivista mais do que um trabalho simples, ao passo que o artesão, o engenheiro, o sábio, etcétera, praticam o que Marx chama um trabalho composto e têm direito a um salário mais alto. Mas peões e engenheiros, tecelões e sábios, são assalariados do Estado; « todos servidores públicos» , diziam ultimamente para dourar a pílula.

Pois bem; o maior serviço do que a próxima revolução poderá prestar à humanidade será o de criar uma situação na qual se faça impossível e inaplicável todo sistema de salário, e onde se imponha, como única solução aceitável, o comunismo, negação do sistema do

salário. Ainda admitindo que seja possível a modificação colectivista se se faz por graus durante um período próspero e calmo, isso será impossível em período revolucionário, Porque ao dia seguinte de tomar as armas surgirá a necessidade de alimentar a milhões de seres. Pode fazer-se uma revolução política sem que se revire a indústria; mas uma revolução na qual o povo ponha a mão na propriedade produzirá inevitavelmente uma súbita paralisação do comércio e da produção. Os milhões do Estado não bastariam para asalariar aos milhões de homens defeituosos de trabalho.

Não nos cansaremos de fazer questão de esse ponto: a reorganização da indústria sobre novas bases não se fará nuns quantos dias, e o proletario não poderá pôr anos de miséria ao serviço dos teóricos do salário. Para atravessar o período das dificuldades, reclamará o que sempre reclamou em tais ocorrências: a Comunidade dos víveres, o racionamento. Se o empuxo do povo não é bastante forte, se lhe fuzilará. Para que o colectivismo possa estabelecer-se, precisa, antes de mais nada, ordem, disciplina, obediência. E como os capitalistas advertirão muito cedo que fazer fuzilar ao povo pelos que se chamam revolucionários é o melhor médio de desagradá-lo com a revolução, prestarão certamente seu apoio aos defensores do ordem, ainda aos colectivistas. Já verão mas tarde o meio de achatar a estes a sua vez. Não esqueçamos como triunfou a reação do século passado.

Primeiro se guillotinó aos hebertistas, a quem chamava Mignet « os anarquistas» . Não demoraram em seguí-los os dantonianos. E quando os robespierristas tiveram guillotinado a estes revolucionários, tocou-lhes o turno de subir também ao patíbulo. Com o qual, desagradado o povo e vendo perdida a revolução, deixou fazer aos reaccionários. Se « o ordem fica restabelecido» , os colectivistas guillotinarán aos anarquistas, os posibilistas guillotinarán aos colectivistas, que a sua vez serão guillotinados pelos reaccionários. A revolução teria que voltar a começar. Mas tudo induz a crer que o empuxo do povo será bastante forte, e que quando se faça a revolução terá ganhado terreno a idéia do comunismo anarquista.

E se o empuxo é bastante forte, os assuntos tomarão outro giro. Em vez de saquear algumas tahonas, para jejuar amanhã, o povo das cidades insurrectas ocupará os celeiros de trigo, os matadouros, os armazéns de comestíveis, numa palavra, todos os víveres. Cidadãos de boa vontade se dedicarão no ato a inventariar o que se encontre em cada armazém e em cada celeiro. Em vinte e quatro horas o município insurrecto saberá o que Paris ainda não sabe, apesar de suas juntas de estatística, e o que nunca soube durante o lugar: quantas provisões encerra. Em duas vezes vinte e quatro horas se terão impresso milhões de exemplares de quadros exatos de todos os víveres, dos lugares onde estão armazenados e das formas de

distribuí-los.

Em cada maçã de casas, em cada rua e em cada bairro, se organizarão voluntários que saberão entender-se e pôr-se a par de seus trabalhos. Que não vingam a interpor-se as bayonetas jacobinas: que os teóricos sedicentes cientistas não vingam a embrulhá-lo tudo ou mais bem do que embrulhem quanto queiram contanto que não tenham direito a mangonear, e com esse admirável espírito organizador espontâneo que tem o povo em tão alto grau, em todas essas capas sociais, e que tão raras vezes lhe permitem exercitar, surgirá ainda em plena efervescência revolucionária um imenso serviço livremente constituído para fornecer a cada um os víveres indispensáveis. Que o povo tenha livres as mãos, e em oito dias o serviço dos víveres se fará com uma regularidade admirável. Precisa-se não ter visto jamais ao povo laborioso mãos à obra; precisa-se ter tido toda a vida os narizes entre os papelotes para duvidar disso. ¡Falai do espírito organizador desse grande desconhecido, o povo, aos que o viram em Paris nas jornadas das barricadas, ou em Londres quando a última grande greve, que tinha que alimentar a meio milhão de famintos, e vos dirão cuán superior é aos oficinistas! Ainda que tivesse que sofrer durante quinze dias ou um mês verdadeiro desordem parcial e relativo, pouco importa. Sempre será para as massas melhor do que o que hoje existe. Ademais, em tempos de revolução se come chorizo e pão sem

murmurar, rindo-se, ou mais bem discutindo.

4

Pela mesma força das coisas, o povo das grandes cidades se verá obrigado a apoderar-se de todos os víveres, procedendo do simples ao composto, para satisfazer as necessidades de todos os habitantes. Mas, com que bases poderia organizar-se o desfrute dos víveres em comum? Não há duas maneiras diferentes de fazê-lo com equidade, senão uma só, que responde aos sentimentos de justiça e é realmente prática: o sistema adotado já pelos municípios agrários em Europa. Fixai-vos em não importa que município rural. Se possui um morro, enquanto não falte lenha miúda, cada qual tem direito a pegar quanta queira, sem mais conserto do que a opinião pública de suas convecinos. Quanto à lenha gorda, como toda é pouca, recorre-se ao racionamento. O mesmo sucede com as dehesas boyales. Enquanto há de sobra para todo o município, ninguém olha o que têm pastado as vacas de cada vizinho, nem o número de vacas que vão aos pastos. Só se recorre à partilha ou ao racionamento quando os prados são insuficientes.

Toda a Suíça e muitos municípios de França e de Alemanha onde há prados municipais praticam esse sistema. E se ides aos países da Europa oriental, onde se encontra em abundância a lenha gorda ou não defeituosa solo, vereis aos aldeanos cortar as árvores nos morros com arranjo a suas necessidades, cultivar tanto terreno como

lhes faz falta, sem pensar em racionar a lenha gorda nem em dividir a terra em parcelas. No entanto, se racionará a lenha gorda e se repartirá o solo segundo as necessidades de cada vizinho quanto faltem uma e outro, como já sucede em Rússia. Numa palavra, sem taxa o que abunde; a ração o que faça falta medir e repartir. De trezentos cinquenta milhões de homens que vivem em Europa, duzentos milhões seguem ainda estas práticas inteiramente naturais.
O mesmo sistema prevalece também nas grandes cidades, pelo menos para um objeto de consumo que se encontra ali em abundância: o água a domicílio. Enquanto bastam as bombas para abastecer as casas sem temor a que falte o água, a nenhuma companhia se lhe ocorre a idéia de regulamentar o emprego que se faça do água em cada casa. ¡que tomem a que queiram! E se se teme que falte o água em Paris durante os grandes calores, as companhias sabem muito bem que basta uma simples advertência de quatro linhas posta nos jornais, para que os parisienses reduzam seu consumo de água e não a esbanjem demasiado. Mas se decididamente chegasse a faltar o água, que seria? Se recorreria ao racionamento. E esta medida é tão natural, está tão na mente de todos, que vemos a Paris em 1871 reclamar em duas ocasiões o racionamento dos víveres durante os dois lugares que sustentou.
Há que entrar em detalhes e estabelecer quadros a respeito do modo como poderia funcionar o racionamento, provar que seria

infinitamente mais justo que o que hoje existe? Com esses quadros, esses detalhes, não chegaríamos a convencer aos burgueses, que consideram ao povo como uma aglomeração de selvagens que se romperiam os narizes quanto não funcionasse o governo. Mas é preciso não ter visto nunca ao povo deliberar para duvidar nem um só minuto de que se fosse dono de fazer o racionamento não o faria com arranjo aos mais puros princípios de justiça e de equidade. Ide dizer numa reunião popular que as perdizes devem reservar-se para os delicados holgazanes da aristocracia e o pão negro para os enfermos dos hospitais, e vos assobiarão.

Mas dizei nessa mesma reunião, pregai por todas as esquinas que o alimento mais delicado deve reservar-se pão os débeis, e em primeiro lugar para os enfermos. Dizei que se tivesse em Paris nada mais que dez perdizes e uma só caixa de garrafas de Málaga, deviam enviar-se aos dormitórios dos convalecientes; dizei isso... Dizei que o menino vem em seguida do enfermo. ¡Para ele o leite das vacas e das cabras, se não há bastante para todos! Para o menino e o velho o último bocado de carne, e para o homem robusto o pão a secas, caso de ver-se reduzidos a tal extremo. Dizei que se de uma substância alimentícia não há suficientes quantidades e há que racionarla, se reservarão as últimas rações para quem mais as precise; dizei isto, e vereis se não conseguis o consentimento unânime. Os teóricos pedirão que se introduza em seguida a cozinha nacional e a

sopa de lentilhas.

Invocassem as vantagens de economizar combustível e víveres, estabelecendo imensas cozinhas, onde todo mundo fosse a tomar sua ração de caldo, de pão e de verdura. Não negamos essas vantagens. Sabemos muito bem as economias de trabalho e combustível realizadas pela humanidade renunciando ao moinho a braço e depois ao forno em que antanho cozia cada um seu pão. Compreendemos que seria mais econômico fazer caldo para cem famílias ao mesmo tempo, em lugar de acender cem hornillos diferentes. Também sabemos que há mil maneiras de preparar as batatas, mas que estas não seriam piores porque se cozessem numa só marmita para cem famílias ao mesmo tempo. Compreendemos que consistindo a variedade da cozinha sobretudo no caráter individual do sazonamiento por cada mulher de sua casa, a cocção em comum de um quintal de batatas não impediria que cada uma as sazonasse a seu modo. E sabemos que com caldo de carne se podem fazer cem sopas diferentes, para satisfazer cem gostos pessoais.

Sabemos tudo isto, e no entanto, afirmamos que ninguém tem direito a forçar à mulher de sua casa a tomar cozidas já as batatas no depósito municipal, se prefere cozê-las ela em sua marmita, em seu lar. E sobretudo, queremos que cada um possa consumir seu alimento como lhe plazca, no seio da amizade, ou no restaurante se

o prefere. Certamente que surgirão grandes cozinhas em vez dos restaurantes onde hoje se envenena à gente. A parisiense está acostumada já a comprar caldo no açougue para fazer uma sopa a seu gosto; e o dona de casa em Londres sabe que pode fazer assar a carne e até o ave com batatas na tahona por poucos quartos, economizando assim tempo e carvão. E quando a cozinha comum não seja um lugar de fraude, falsificação e envenenamento, virá o costume de dirigir-se a esse forno para ter preparadas as partes fundamentais da comida, salvo dar-lhes o último toque a cada qual a seu gosto.

Mas fazer disso uma lei, impor-se o dever de adquirir já cozido o alimento, seria tão repulsivo para o homem do século XIX como as idéias de convento ou de quartel, idéias malsanas nascidas em cérebros pervertidos pelo comando militar ou deformados por uma educação religiosa. Quem terá direito aos víveres comuns? Esta será de seguro a primeira questão que se proponha. Enquanto os trabalhos não estejam organizados, enquanto dure o período de efervescência e seja impossível distinguir entre o holgazán preguiçoso e o desocupado involuntário, os alimentos disponíveis devem ser para todos, sem exceção alguma. Os que se tenham resistido arma ao braço à vitória popular ou conspirado contra ela se apressam por si mesmos a livrar de sua presença ao território insurrecto. Mas nos parece que o povo, sempre inimigo de

represálias e magnânimo, partirá o pão com todos os que se tenham ficado em seu seio, sejam expropiadores ou desapropriados. Inspirando-se nesta idéia, a revolução não perderá nada; e quando se retome o trabalho, se verá aos combatentes da véspera encontrar-se juntos no mesmo ateliê.

— Mas ao cabo de um mês faltarão os víveres –nos gritam já os críticos. — ¡Melhor do que melhor! –contestamos-. Isso provará que pela primeira vez em sua vida o proletario terá comido para satisfazer a fome. Quanto aos meios de substituir o que se tenha consumido, essa é precisamente a questão que vamos desenvolver.

5

Por que médios poderia prover a sua alimentação uma cidade em plena revolução social? É evidente que os procedimentos a que se recorra dependerão do caráter da revolução nas províncias, bem como nas nações vizinhas. Se toda a nação, e melhor ainda, Europa inteira, pudesse fazer uma só vez a revolução social e lançar-se em pleno comunismo, se faria em consonância. Mas se só alguns municípios em Europa ensaiam o comunismo, terá que eleger outros procedimentos. É muito de desejar que toda Europa se levante ao mesmo tempo, que em todas partes se desaproprie e inspirem nos princípios comunistas. Semelhante levantamento facilitaria muitíssimo a tarefa de nosso século. Mas tudo induz a supor que não sucederá assim. Não duvidamos de que a revolução

abarque toda Europa. Se uma das quatro grandes capitais do continente, Paris, Viena, Bruxelas ou Berlim, levanta-se e derruba a seu governo, é quase seguro que as outras três farão outro tanto com poucas semanas de diferença.
Também é provável que nas penínsulas ibérica e itálica, e até em Londres e Petersburgo, não se fará esperar a revolução. Mas será em todas partes igual o caráter que adquira? Seja-nos permitido o duvidá-lo. Mais do que provável será do que em todas partes se realizem atos de expropriação em maior ou menor escala, e esses atos, praticados por uma das grandes nações européias, exercerão seu influxo em todas as demais. Mas os começos da revolução oferecerão grandes diferenças locais e seu desenvolvimento não será sempre idêntico nos diversos países. Em 1789-1793, os lavradores franceses empregaram quatro anos em abolir definitivamente os direitos feudais, e os burgueses em derrubar a monarquia. Não o esqueçamos, e esperemos ver à revolução empregar certo tempo em desembrulhar-se, e não caminhar ao mesmo passo em todas partes.
Também é duvidoso, sobretudo ao princípio, que tome um caráter francamente socialista em todas as nações européias.
Recordemos que Alemanha ainda está em pleno império autoritário e que seus partidos mais avançados sonham com a república jacobina de 1848 e a « organização do trabalho» de Luis Blanc, ao passo que o povo francês quer pelo menos o município livre, se não

é o município comunista. Tudo induz a crer que Alemanha irá mais longe do que França na próxima revolução. Ao fazer França sua revolução burguesa do século XVII, foi mais longe do que a Inglaterra do século XVII; ao mesmo tempo que o poder real, aboliu o poder da aristocracia senhorial, que ainda é uma força poderosa entre os ingleses. Mas se Alemanha vai mais longe e o faz melhor do que a França em 1848, certamente a idéia que inspire os começos de sua revolução será a de 1848, como a idéia que inspirará a revolução em Rússia será a de 1789, modificada até certo ponto pelo movimento intelectual de nosso século.

A revolução tomará um caráter diferente nas diversas nações de Europa; não será igual o nível atingido com respeito à socialização dos produtos. Se deduz de aqui que as nações mais avançadas tenham de medir seu passo pelo das nações atrasadas e esperar a do que a revolução comunista tenha madurado em todas as nações civilizadas? ¡Evidentemente que não! E ainda que assim se quisesse, ia ser impossível: a história não espera aos atrasados. Por outra parte, não cremos que num mesmo país se faça a revolução com o conjunto que soam alguns socialistas. É provável que se uma das cinco ou seis grandes cidades de França, Paris, Lyon, Marselha, Lille, Saint Etienne, Burdeos, proclama a Comuna, as outras seguirão seu exemplo e várias cidades populosas farão outro tanto.

Provavelmente também várias cuencas mineiras e certos centros

industriais não demorarão em licenciar a seus patronos e constituir-se em agrupações livres.

Mas muitos povos rurais não chegaram ainda a isto; junto aos municípios insurrectos permanecerão à expectativa e continuarão vivendo sob o regime individualista. Não vendo ao alguacil nem ao cobrador ir reclamar os impostos, os camponeses não serão hostis aos insurrectos; aproveitando-se da situação, aguardarão para ajustar-lhes as contas aos exploradores locais. Mas com esse espírito prático que caracterizou sempre aos levantamentos agrários (recordemos o apaixonado labor de 1782), se afanarão por cultivar a terra, amando-a tanto mais quanto que ficará livre de impostos e de hipotecas. Quanto ao exterior, por todas partes terá revolução, mas com variados aspectos: cá unitária, lá federalista, em todas partes mais ou menos socialista, mas sem uniformidade.

6

Mas voltemos a nossa cidade sublevada e vejamos em que condições terá que prover a seu abastecimento. Onde encontrar os víveres necessários, se a nação inteira não aceitou ainda o comunismo? Tal é o problema que se propõe. Elejamos uma grande cidade francesa, por exemplo, a capital. Paris consome cada ano milhões de quintales de cereais, 350.000 bois e vacas, 200.000 bezerras, 300.000 porcos e mais de 2.000.000 de carneiros, sem contar outros animais. Ademais, Paris precisa uns 8.000.000 quilos de banha, 172.000.000 de ovos e

tudo o demais nas mesmas proporções. As farinhas e os cereais chegam dos Estados Unidos, Rússia, Hungria, Itália, Egito e as Índias. O gado de Alemanha, Itália, Espanha e até de Rumania e Rússia. Quanto aos demais comestíveis, não há país no mundo que não contribua.

Vejamos, antes de mais nada, como se poderia abastecer de víveres a Paris, ou a qualquer outra grande cidade, com os produtos que se cultivam nas campiñas francesas e que os agricultores só desejam entregar ao consumo. Para os autoritários, a questão não apresenta nenhuma dificuldade. Primeiro criariam um governo fortemente centralista, armado com todos os órgãos de coerção: polícia, exército, guilhotina. Esse governo mandaria fazer a estatística de quanto se coleta em França, dividiria o país em certo número de. distritos de alimentação e ordenaria que tal alimento e em tal quantidade se transportasse a tal lugar, entregasse-se tal dia em tal estação, recebesse-o tal servidor público, armazenasse-se em tal armazém, e assim sucessivamente. Semelhante estado de coisas pode sonhar-se com a pluma na mão, mas na prática ématerialmente impossível; seria preciso não contar com o espírito de independência da humanidade. Isso seria a insurreição geral: três ou quatro Vendées em lugar de uma, a guerra das aldeias contra as cidades. França inteira insurreccionada contra a cidade que ousasse implantar este regime. Em 1793 o campo sitiou por fome às grandes cidades e

matou a revolução. No entanto, está provado que a produção de cereais em França não tinha diminuído em 1792-1793; até tudo induz a crer que tinha aumentado. Mas depois de tomar posse de grande parte das terras senhoriais e de ter colhido nessas terras, os burgueses camponeses não quiseram vender seu trigo por atribuídos. Guardaram-no, esperando o alça dos preços ou o pagamento em moedas de ouro. E nem as medidas mais rigorosas dos convencionais para obrigar aos acaparadores a vender o trigo, nem as execuções de pena capital, puderam nada contra essa greve. No entanto, sabido é que aos comissários da Convenção se lhes dava uma higa guillotinar aos acaparadores, nem ao povo enforcá-los de um lampião, e no entanto, o trigo permanecia nos armazéns e o povo das cidades passava fome.

Mas, que lhes ofereciam aos cultivadores dos campos em mudança de seus rudes labores? ¡Atribuídos! Uns papeluchos cujo valor baixava de dia em dia; uns bilhetes que marcavam quinhentas libras em carateres impressos, mas sem nenhum valor real. Com um bilhete de mil libras não tinha para comprar um par de botas; e se compreende que o lavrador não se conformasse de jeito nenhum com trocar um ano de trabalho por um pedaço de papel que não lhe permitia comprar-se uma blusa. O que deve oferecer-se ao camponês não é papel, senão a mercadoria que precisa imediatamente: a máquina de que agora se priva com pena; o vestido

que lhe resguarda da intempérie; o lustre e o petróleo que substituam seu cabo de vela; a pá, a enxada, o arado, em fim, tudo do que hoje carece o lavrador, não porque não compreenda sua necessidade, senão porque em sua existência de privações e de labor extenuante, mil objetos úteis são inaccesibles para ele por causa de seu preço.

Dediquese a cidade a produzir essas coisas que lhe faltam ao camponês, em lugar de fazer futilidades para enfeites das burguesas. Que as máquinas de costurar de Paris façam vestidos de trabalho e domingueros para os lavradores, em vez de equipes de noiva; que a fábrica construa máquinas agrícolas, pás e arados, em vez de esperar a que os ingleses nos os mudem a mudança de nosso vinho. Envie a cidade às aldeias, não comissários com faixas vermelhas ou multicolores para comunicar ao lavrador o decreto de que entregue suas provisões a tal lugar, senão que os faça visitar por amigos, por irmãos, para dizer-lhes: « Trazei-nos vossos produtos, e pegai em nossos armazéns todas as coisas manufaturadas que vos plazcan.» E então afluirán de todas partes os víveres. O camponês guardará o que precise para viver, mas enviará o resto aos trabalhadores das cidades, nas quais –por vez primeira no curso da história– verá irmãos e não exploradores.

A nosso parecer, aí está tudo: em oferecer ao cultivador, a mudança de seus produtos, não papéis molhados (seja o que queira o que

levem insiro), senão os mesmos objetos de consumo necessários para o cultivador. Se assim se faz, afluirán os víveres às cidades. Se não se faz assim, teremos nas cidades a fome com todas suas conseqüências.7 Todas as grandes cidades compram o trigo, a farinha e carne, não só nas províncias, senão também no estrangeiro. Daí enviam a Paris as especiarias, o pescado e os comestíveis de luxo amém de consideráveis quantidades de trigo e de carne. Mas em tempo de revolução não terá que contar para nada (ou o menos possível) com o estrangeiro.

Se o trigo russo, o arroz italiano ou índio e os vinhos de Espanha e de Hungria afluyen hoje aos mercados da Europa ocidental, não é porque os países expedidores possuam com excesso ou porque brotem por si mesmos esses produtos. Em Rússia o camponês trabalha até dezesseis horas diárias e jejua de três a seis meses ao ano, com o fim de exportar o trigo conque paga ao senhor e ao Estado. Hoje se apresenta a polícia nas aldeias russas quanto está entrojada a mies, e vende a última vaca, a última cavalaria do agricultor, por atrasos de contribuições e de rendas aos senhores, quando o lavrador não se presta a malvender o trigo aos exportadores. Tanto, que só guarda o trigo para nove meses e aliena o resto com o fim de que não lhe vendam a vaca por quinze pesetas. Para viver até a nova colheita próxima, três meses se o ano é bom ou seis quando foi mau, mistura crosta de álamo branco a sua

farinha, enquanto em Londres saboreiam os bolos feitos com seu trigo.

Mas quanto vinga a revolução, o lavrador se guardasse o pão para ele e para seus filhos. O mesmo farão os aldeanos italianos e húngaros, também esperamos que o indostánico aproveitará estes bons exemplos, bem como os trabalhadores dos Bonanzafarms em América, a menos de do que estes domínios não estejam já desorganizados pela crise. Assim, pois, não terá que contar com as importações de trigo e milho procedentes do exterior. Estando cimentada toda nossa civilização burguesa na exploração das raças inferiores e dos países atrasados na indústria, o primeiro benefício da revolução será ameaçar esta civilização, permitindo emancipar-se às chamadas raças inferiores. Mas esse imenso benefício se manifestará por uma diminuição verdadeira e considerável das entradas de víveres que afluyen para as grandes cidades de Occidente. Com respeito ao interior, é mais difícil prever a marcha dos negócios. Por uma parte, o cultivador se aproveitará seguramente da revolução para endereçar suas costas encurvadas sobre o solo. Em vez das quatorze ou dezesseis horas que trabalha hoje, terá razão para não trabalhar senão a metade, o que suporá um descenso na produção dos principais víveres: o trigo e a carne. Mas, por outra parte, terá aumento de produção quanto o cultivador já não se veja obrigado a trabalhar para manter gandules. Se roturarán

novos terrenos, se porão em marcha máquinas mais perfeitas. « Jamais teve labor tão vigoroso como a de 1792, quando o camponês teve recobrado dos senhores a terra que desde tanto tempo apetecia» , diz Michelet falando da grande revolução. Daqui a pouco será acessível a cada agricultor o cultivo intensivo, quando se ponha ao alcance da comunidade a maquinaria aperfeiçoada e os adubos químicos. Mas tudo induz a crer que num princípio poderá diminuir a produção agrícola em França e fora dela. É preciso que as grandes cidades cultivem a terra, como o fazem os povos rurais. Há que vir parar ao que a biologia chamaria a « integração das funções» . Depois de ter dividido o trabalho, é preciso integrar: tal é a marcha seguida por toda a natureza. Terra não defeituosa. Ao redor das grandes cidades existem os parques e jardins dos senhores, milhões de hectares que só esperam o trabalho inteligente do cultivador para rodear, por exemplo, a Paris de planícies bem mais férteis e produtivas do que as estepes cobertas de mantillo, mas desecadas pelo sol do sul de Rússia. ¡Braços! A que quereis que se dediquem os dois milhões de parisienses do um e do outro sexo quando já não tenham que revestir e recrear aos príncipes russos, aos boyardos romanos e às senhoras da banca de Berlim? Dispondo de toda a maquinaria do século, da inteligência e do conhecimento técnico do trabalhador, fato ao uso da ferramenta aperfeiçoada: tendo a seu serviço os inventores, os químicos e os botânicos, os professores do

Jardim de Plantas, os hortelões de Gennevillers, bem como os instrumentos necessários para multiplicar as máquinas e ensaiar outras novas; tendo, por último, o espírito organizador do povo de Paris, seu bom humor, seu arranque, a agricultura do município anarquista de Paris será muito diferente que a dos cavadores de Ardennes. Cedo se jogaria mão do vapor, da eletricidade, do calor solar e da força do vento. A cavadora e a despedregadora de vapor fariam com rapidez o mais no duro do trabalho de preparação, e a terra, amaciada e enriquecida, não esperaria mais do que os cuidados inteligentes do homem, e sobretudo da mulher, para cobrir-se de plantas bem cuidadas, que se renovariam três ou quatro vezes ao ano.

Aprendendo a horticultura com os homens do ofício; ensaiando em parcelas reservadas os diversos meios de cultivo; rivalizando uns com outros para perseguir as melhores colheitas; achando no exercício físico, sem cansaço nem trabalhos excessivos, as forças que tão com freqüência faltam nas grandes cidades, homens, mulheres e meninos estariam satisfeitos de aplicar-se aos labores do campo, que cessarão de ser um trabalho de presidiário e se converterão num prazer, numa festa, numa primavera do ser humano. « ¡Não há terras estéreis! ¡A terra vale o que valha o homem!» Tenho aqui a última palavra da agricultura moderna. A terra dá o que lhe pedem; só se trata de pedir com inteligência. Um território –ainda que seja tão

pequeno como os dois departamentos do Seria e do Seria e Oise, e tenha que alimentar a uma grande cidade como Paris– bastaria praticamente para encher os esvaziamentos que em torno seu pudesse fazer a revolução. A combinação da agricultura com a indústria, o homem agricultor e industrial ao mesmo tempo: a isto nos conduzirá necessariamente o município comunista, se se lança com valentia pelo caminho da expropriação.

O Alojamento

1

Quem seguem atenciosos o estado de ânimo dos trabalhadores deveram advertir que, insensivelmente, vai-se formando um acordo a respeito de uma importante questão: a do alojamento. Há um fato verdadeiro: nas grandes cidades de França, e em muitas pequenas, os trabalhadores chegam pouco a pouco à conclusão de que as casas habitadas não são, em maneira alguma, propriedade daqueles a quem o Estado reconhece por proprietários. A casa não a edificou o proprietário; construiu-a, enfeitado, empapelado centenas de obreiros, a quem a fome conduziu às canteiras e a necessidade de viver ao extremo de aceitar um salário escatimado.

O dinheiro gastado pelo pretendido proprietário não era produto de seu próprio trabalho. Tinha-o acumulado, como todas as riquezas, pagando aos trabalhadores os dois terços ou a metade do que lhes

correspondia. O valor de uma casa em certos bairros de Paris é de um milhão de pesetas, não porque contenha em seus muros um milhão de trabalho, senão porque, desde faz séculos, os obreiros, os artistas, os pensadores, os sábios e os literatos contribuíram a fazer de Paris o que é hoje: um centro industrial, comercial, político, artístico e, cientista; porque tem um passado; porque graças à literatura, são conhecidas suas ruas o mesmo em províncias que no estrangeiro; porque é produto do trabalho de dezoito séculos, de média centena de gerações, de toda a nação francesa. Quem tem direito a apropriar-se da menor parte desse terreno, ou o último dos edifícios, sem cometer uma manifesta. injustiça? Quem tem direito a vender a menor parcela do patrimônio comum?

A idéia do alojamento gratuito se manifestou claramente durante o lugar de Paris, quando se pedia a anulação pura e simples dos inquilinatos reclamados pelos proprietários. Também se manifestou durante a Comuna de 1871, quando o Paris obreiro esperava do Conselho da Comuna uma resolução enérgica abolindo, os alugueles. Com revolução e sem ela, o trabalhador precisa um refúgio: o alojamento. Mas por mau e por antihigiénico que seja, há sempre um proprietário que lhe pode expulsar dele. Verdade é que com a revolução, o caseiro já não encontrará curiales nem alguaciles para pôr os trastes na rua. Mas ¡quem sabe se amanhã o novo governo, por revolucionário que pretenda ser, não reconstituirá a

força e lançará contra os pobres a jauría policíaca!

No entanto, é preciso que o trabalhador saiba que o não pagar ao caseiro só é aproveitar-se da desorganização do poder. É preciso que saiba que a habitação gratuita está reconhecida em princípio e sancionada, digamo-lo assim, pelo consentimento popular; que o alojamento gratuito é um direito legalmente proclamado pelo povo. Vamos esperar que esta medida, que tão perfeitamente responde ao sentimento de justiça de todo homem honrado, øtomem-na os socialistas que se misturam com os burgueses num governo provisório? ¡Podriamos esperar sentados, até a volta da reação! Os revolucionários sinceros trabalharão com o povo para que seja um fato a expropriação das casas. Trabalharão para criar uma corrente de idéias nesta direção; trabalharão para pô-las em prática; e quando estejam maduras, o povo procederá à expropriação das casas, sem prestar ouvidos às teorias, que não deixarão de pregar-lhe a respeito de indenização aos proprietários e outros despropósitos.

2

Se se faz popular a idéia da expropriação, ao levá-la a cabo não se despedaçará contra os insuperáveis obstáculos com que nos ameaçam. Verdade é que os senhores galoneados que vão ocupar as poltronas abandonadas dos ministérios e da prefeitura não deixarão de acumular dificuldades. Falarão de conceder indenizações aos proprietários, de formar estatísticas, de redigir longos ditames, tão

longos, que poderiam durar até o momento em que o povo, achatado pela miséria da greve forçada, não estando sacando nada e perdendo a fé na revolução, deixaria livre o campo aos reaccionários e concluiria por fazer odiosa a todo mundo a expropriação oficinesca. Mas se o povo não passa pelos sofismas com que tratarão de deslumbrá-lo; se compreende que a vida nova procedimentos novos, e realiza a obra por suas próprias mãos, então poderá fazer-se a expropriação sem grandes dificuldades.

« Mas, como poderia fazer-se?» , nos perguntarão. Repugna-nos traçar com seus menores detalhes planos de expropriação. Sabemos de antemão que tudo quanto um homem ou um grupo possam projetar hoje, será superado pela vida humana. Já dissemos que esta o fará tudo melhor e com mais singeleza que quanto pudesse ditar-se de antemão. Por isso, ao bosquejar o método segundo o qual pudessem fazer-se sem intervenção do governo a expropriação e a partilha das riquezas desapropriadas, só queremos responder aos que declaram impossível a coisa. Mas voltamos a recordar que de jeito nenhum nos propomos preconizar tal ou qual sistema de organizar-se. O único que nos importa é demonstrar que a expropriação pode fazer-se pela iniciativa popular, e que não pode fazer-se de nenhuma outra maneira.

É de supor que desde os primeiros atos de expropriação surgirão no bairro, na rua, na maçã de casas, grupos de cidadãos de boa vontade

que ofereçam seus serviços para informar-se do número de quartos desalquilados, daqueles em que se amontoam famílias numerosas, das habitações malsanas e das casas que, sendo farto espaçosas para seus ocupantes, poderiam ser ocupadas por aqueles a quem lhes falta ar em seus cuchitriles. Em poucos dias, esses voluntários formarão em cada rua e em cada bairro prontas completas de todas os quartos saudáveis e malsanos, estreitos e espaçosos, das habitações infectas e das moradas suntuosas. Se comunicarão livremente suas listas, e em poucos dias se disporá de estatísticas completas. A estatística embusteira pode fabricar-se nos escritórios; a estatística verdadeira e exata não pode provir mais do que do indivíduo, remontando-se do simples ao composto.

Depois disto, sem esperar nada de ninguém, esses cidadãos irão em procura de seus camaradas que habitam em tugurios, e lhes dirão singelamente: « Esta vez, colegas, a revolução vai deveras. Vinde esta tarde a tal lugar; todo o bairro estará ali para a partilha das habitações. Se não vos convêm vossos cuchitriles, elegereis uma das habitações de cinco peças que há disponíveis. E quanto coloqueis ali os móveis, negócio concluído. ¡O povo armado se as entenderá com quem queira ir jogar-vos de casa! » « Mas todo mundo quererá ter um quarto de vinte peças» , nos dirão. Não; isso não é verdadeiro. O povo nunca pediu ter a lua dentro de um cubo de água. Pelo contrário, cada vez que vemos a igualitários ter que consertar uma

injustiça, chama-nos o atendimento o bom sentido e o instinto justiceiro de que estão animadas as massas.

Se viu nunca reclamar o impossível? Se viu nunca ao povo de Paris brigar-se quando ia em procura de sua ração de pão ou de lenha durante os dois lugares? Formábase fila com uma resignação que não se cansavam de admirar os correspondentes dos jornais estrangeiros, e no entanto, sabia-se que os chegados ultimamente passariam o dia sem pão e sem fogo. Verdade é que há instintos egoístas nos indivíduos isolados de nossas sociedades; sabemo-lo muito bem. Mas também sabemos que o melhor modo de acordar e alimentar esses instintos seria o confiar a questão dos alojamentos a um escritório qualquer. Então sim que se abririam passo as más paixões, dando-se tudo por influência. A menor desigualdade faria pôr o grito nas nuvens; a menor vantagem concedida a alguém faria falar de suborno, ¡e com razão!

Mas quando o povo mesmo, reunido por ruas, por bairros, por distritos, encarregue-se de fazer mudar-se aos habitantes dos tugurios às habitações farto espaçosas dos burgueses, tomaríanse com bondade os pequenos inconvenientes e as pequenas desigualdades. Rara vez se apela em vão aos bons instintos das massas. Algumas vezes se fez assim durante as revoluções, quando se tratava de salvar o barco em perigo, e nunca teve erro em isso. O trabalhador respondeu sempre ao apelo com grandes abnegações.

Apesar de tudo, terá provavelmente injustiças. Há em nossa sociedade indivíduos a quem nenhum grande acontecimento fará sair dos carriis egoístas. Mas a questão não é saber se terá ou não injustiças. Trata-se de saber como se poderá limitar seu número. Pois bem; o mesmo a história que a experiência da humanidade e a psicologia das sociedades, afirmam que o meio mais equitativo é confiar as coisas aos mesmos interessados. Só eles poderão ter em conta e regularizar os mil detalhes que inevitavelmente se lhe escapariam a todo partilha oficinesco.

3

Quando os pedreiros, os canteros (numa palavra, os construtores), saibam que têm segura a subsistência, com muito gosto retomarão por poucas horas diárias o trabalho a que estão vezeiros. Disporão de outra maneira as grandes habitações, que exigem um estado maior de servidão doméstica. E em poucos meses terão surgido casas bem mais higiénicas do que as de nossos dias e aos que não estejam suficientemente bem instalados, poderá dizer-lhes o município anarquista: « ¡Paciência, colegas! Palácios saudáveis, cômodos e formosos, superiores a quanto edificavam os capitalistas, vão levantar-se no solo da cidade livre. Serão para os que mais o precisem. O município anarquista não edifica com a mira das rendas. Os monumentos que erija para seus cidadãos, produto do espírito coletivo, servirão de modelo à humanidade inteira e serão

vossos.»

Se o povo sublevado desapropria as casas e proclama o alojamento gratuito, a comunidade das habitações e o direito de cada família a um alojamento higiénico a revolução terá tomado desde o princípio um caráter comunista e se terá lançado por uma senda da que não será fácil fazê-la sair tão cedo. Terá dado um golpe de morte à propriedade individual. A expropriação das casas leva assim em germe toda a revolução social. Do modo como se faça dependerá o caráter dos acontecimentos. Ou abrimos um caminho amplo e grande ao comunismo anarquista, ou ficamos pataleando entre o lodo do individualismo autoritário. Já que a toda costa se tratará de sustentar a iniqüidade, é seguro que em nome da justiça nos falarão, exclamando: « Não é uma infâmia que os parisienses se apoderem para eles das formosas casas e deixem as choças para os lavradores?» Não nos deixemos enganar. Esses raivosos apoiantes da justiça, por um rasgo de seu caráter, esquecem a grande desigualdade de que se fazem defensores.

Esquecem que em Paris mesmo o trabalhador se asfixia em seu tugurio –ele, sua mulher e seus filhos-, ao passo que desde sua janela vê o palácio do rico. Esquecem que gerações inteiras perecem nos bairros populosos por falta de ar e de sol, e que o primeiro dever da revolução terá que ser o consertar essa injustiça. Não nos detenhamos nestas reclamações interessadas. Sabemos que a

desigualdade, que realmente existirá entre Paris e as aldeias, é das que têm de diminuir cada dia que passe. Na aldeia não deixarão de consumir-se alojamentos mais sãos do que os de hoje, quando o lavrador deixe de ser a besta de ônus do proprietário, do fabricante, do usurero e do Estado. Para evitar uma injustiça temporária e reparável; há que sustentar a injustiça que existe desde faz séculos? Também se nos dirá: « Aí tendes um pobre diabo, que a força de privações conseguiu comprar uma casa o suficiente grande para que nela caiba sua família. ¡É tão feliz! Ireis jogar-lhe à rua?» ¡Certamente que não! Se sua casa mal basta para alojar a sua família, que a habite. ¡que cultive o huertecillo ao pé de suas janelas! Em caso de necessidade, nossos jovens até irão jogar-lhe uma mão. Mas se em sua casa há um quarto alugado a outra pessoa, o povo irá em procura desta e lhe dirá: « Colega, sabes que já não deves nada ao caseiro? Fica-te no quarto e não dês um cêntimo. Já não há que temer aos alguaciles daqui por diante. ¡Triunfou a social! E se o proprietário ocupa ele só vinte peças e há no bairro uma mãe com cinco filhos embutidos num só cuartucho, o povo irá ver se entre as vinte peças há alguma que depois de arrumada possa dar um bom alojamento à mãe dos cinco filhos. Não será isso mais justo do que deixar à mãe e os cinco meninos no tabuco e ao senhor a suas largas no palácio? Ademais, o senhor se acostumará muito cedo; quando já não disponha de criadas para arrumar-lhe as vinte peças, sua

burguesa se porá contente ao verse livre da metade de suas habitações. « Isto será um transtorno completo» , exclamarão os defensores do ordem. « ¡Uma de mudanças sem fim! ¡Igual seria jogar a todo mundo à rua E sortear as habitações!» Estamos convictos de que se não o mangonea nenhum governo e se confia toda a transformação aos grupos formados espontaneamente para essa tarefa, as mudanças serão menos numerosas que as ocorridas num só ano por efeito da rapacidad dos proprietários.
Em primeiro termo, em todas as cidades importantes há tão grande número de habitações desocupadas, que quase bastariam para alojar à maioria dos habitantes dos cuchitriles. Quanto aos palácios e aos andares suntuosos, muitas famílias obreiras não os quereriam, pois não valem nada se não podem arrumá-los um grande número de criados. Por isso os ocupantes veríanse obrigados bem cedo a procurar habitações menos luxuosas, onde as senhoras banqueras guisaran por si mesmas. E pouco a pouco, sem que tivesse que acompanhar ao banqueiro com um piquete a um sótão e ao inquilino do sótão ao palácio do banqueiro, a população se repartirá amistosamente as habitações que existam com o menor zafarrancho possível. Não se vê nos municípios rurais distribuir-se os campos, molestando tão pouco aos possuidores de parcelas, que só elogios merecem o bom sentido e a sagacidade de procedimentos a que recorre o município? O mir russo faz menos mudanças de um

campo a outro do que a propriedade individual com seus pleitos ante a curia. ¡E se nos quer fazer crer que os habitantes de uma grande cidade européia tinham de ser mais brutos ou menos organizadores do que os aldeanos russos ou os índios! Ademais, toda revolução traz consigo certo transtorno da vida cotidiana, e os que esperam atravessar uma grande crise sem que às burguesas se as aparte de sua panela, correm perigo de ficar com um palmo de narizes. O povo comete disparate sobre disparate quando tem que eleger nas urnas entre os majaderos que aspiram à honra de representá-lo e se encarregam de fazê-lo tudo, de sabê-lo tudo, de organizá-lo tudo. Mas quando precisa organizar o que conhece, o que lhe atañe diretamente, fá-lo melhor do que todos os escritórios possíveis. Não se viu durante a Comuna e na última greve de Londres? Não se vê todos os dias em cada município rural?

O vestido

Se se consideram as casas como patrimônio comum da cidade e se procede ao racionamento dos víveres, é preciso dar um passo mais. Há que se ocupar necessariamente do vestido, e a única solução possível será a de apoderar-se de todos os bazares de roupas, em nome do povo, e abrir as portas a todos com o fim de que cada um possa tomar as que precisa. A comunidade dos vestidos e o direito para tomar cada um o que lhe faça falta nos armazéns municipais ou

pedí-lo aos ateliês de confecção, se imporão quanto o princípio comunista se tenha aplicado às casas e aos víveres. É indubitável que para isso não precisaremos despojar de seus sobretudos a todos os cidadãos, amontoar todos os trajes e sorteá-los, como pretendem nossos engenhosos críticos. Cada qual não terá mais do que conservar seu sobretudo, se tem algum, e até é muito provável que se tem dez ninguém pretenda tirar-se. Se preferirá o vestido novo ao que o burguês tenha levado já posto, e terá suficientes vestidos novos para não requisitar os velhos. Se fizéssemos a estatística das roupas acumuladas nos armazéns das grandes cidades, veríamos que em Paris, Lyon, Burdeos e Marselha há de sobra para que o município possa presentear um vestido novo a cada cidadão e a cada cidadã. Ademais, se não todo mundo encontrasse roupa de seu gosto, os ateliês municipais encheriam bem cedo esse esvaziamento. Sabida é a rapidez com que trabalham nossos ateliês de confecção, providos de máquinas aperfeiçoadas e organizados para produzir em grande escala. « Mas todo mundo quererá um casaco de, marta cibelina, e todas as mulheres pedirão um vestido de veludo» , exclamam nossos adversários. Não o cremos. Não todo mundo prefere o veludo nem sonha com um casaco de marta cibelina. Se hoje mesmo se propusesse às parisienses que elegessem cada qual um vestido, teria muitas que prefeririam um vestido liso a todos os enfeites caprichosos de nossas cortesanas. Os gostos variam com as

épocas, e o que predomine durante a revolução será de seguro muito singelo. A sociedade, como o indivíduo, tem suas horas de covardia, mas também tem seus minutos de heroísmo. Por miserável que seja, quando se encanalla como agora na perseguição dos interesses mesquinhos e neciamente pessoais, muda de aspecto nas grandes épocas. Não queremos exagerar o provável papel dessas boas paixões, nem baseamos nelas nosso ideal de sociedade. Mas não exageramos se admitimos que nos ajudarão a atravessar os primeiros momentos, ou seja os mais difíceis. Não Podemos contar com a continuidade desses sacrifícios na vida diária, mas podemos esperá-los nos princípios, e não se precisa mais. Se a revolução se faz com o espírito de que falamos, a livre iniciativa dos indivíduos encontrará vasto campo de ação para evitar as intromissões dos egoístas. Em cada rua e cada bairro poderão surgir grupos que se encarreguem do concerniente ao vestido.

Farão o inventário do que possua a cidade sublevada, e conhecerão, pouco mais ou menos, de que recursos dispõe. E é muito provável que a respeito do vestir os cidadãos adotem o mesmo princípio que com respeito ao comer: « Tomar do montão o que abunde; repartir o que esteja em quantidade limitada» . Não podendo oferecer a cada cidadão um casaco de marta cibelina e a cada cidadã um traje de veludo, a sociedade distinguirá provavelmente entre o supérfluo e o necessário, colocando entre o primeiro o veludo e a marta, sem

prejuízo de ver se o que hoje é supérfluo pode vulgarizarse amanhã. Garantindo o necessário a cada habitante da cidade anarquista, se poderá deixar à atividade privada o cuidado de proporcionar aos débeis e enfermos o que provisionalmente se considere como objeto de luxo, de prover aos menos robustos do que não entre no consumo cotidiano de todos.

« ¡Mas isso é a nivelação, o hábito cinza do frade, o desaparecimento de todos os objetos de arte, de tudo o que embeleza a vida!» , nos dirão. ¡Certamente que não! E baseando-nos sempre no que já existe, vamos demonstrar como uma sociedade anarquista poderia satisfazer os gostos mas artísticos de seus cidadãos, sem entregar por isso fortunas de milionário como hoje.

Vias e meios

1

Se uma sociedade assegura a todos seus membros o necessário, se lado obrigado a apoderar-se de tudo o indispensável para produzir: solo, máquinas, fábricas, meios de transporte, etcétera. Não deixará de desapropriar aos atuais detentadores do capital, para devolver-se à comunidade. À organização burguesa, não só se a acusa de que o capitalista açambarca uma grande parte dos benefícios de cada empresa industrial e comercial, o que lhe permite viver sem trabalhar. O cargo principal contra ela é que a produção inteira

tomou uma direção absolutamente falsa, já que não se realiza com o fim de assegurar o bem-estar de todos, e isso é o que a condenação. É impossível que a produção mercantil se faça para todos. Querê-lo, seria pedir ao capitalista que se saísse de suas atribuições e enchesse uma função que não pode encher sem deixar de ser o que é: um particular empreendedor, que persegue seu enronquecimiento.
Os economistas nos recordarão o bem-estar relativo de certa categoria de obreiros, jovens, robustos, hábeis em certos ramos especiais da indústria. Sempre nos assinalam com orgulho essa minoria. Mas esse bem-estar (patrimônio de uns poucos), o têm seguro? Amanhã, o descuido, a imprevisão ou a avidez de seus amoos arrojarão quiçá a esses privilegiados à rua e pagarão então com meses e anos de dificuldades ou miséria o período de bem-estar que tinham desfrutado. ¡Quantas indústrias maiores (tecidos, ferros, açúcares, etcétera), sem falar de indústrias efêmeras, vimos parar e languidecer uma depois de outra, já pelo efeito de especulações, já em consequência de mudanças naturais de lugar do trabalho, já por causa de concorrências promovidas pelos mesmos capitalistas!
Todas as indústrias principais de tecidos e de mecânica passaram recentemente por essas crises. Que diremos então daquelas cuja característica é a periodicidade dos desempregos?
Que diremos também do preço a que se compra o bem-estar relativo de algumas categorias de obreiros? Que se obteve a costa da

ruína da agricultura, pela desavergonhada exploração do camponês e pela miséria das, massas? Defronte dessa débil minoria de trabalhadores que gozam de certo bem-estar, ¡quantos milhões de seres humanos vivem apertado, sem salário seguro, dispostos a apresentar-se onde os chamem! ¡Quantos lavradores trabalharão quatorze horas diárias por uma mísera comida! O capital despuebla os campos, explode as colônias e os povos cuja indústria está pouco desenvolvida e condenação à imensa maioria dos obreiros a permanecer sem educação técnica, como trabalhadores médios até em seu mesmo ofício. O estado floreciente de uma indústria se consegue inexoravelmente pela ruína de outras dez.

E isto não é um acidente, é uma necessidade do regime capitalista. Para chegar a retribuir mediamente a algumas categorias de obreiros, hoje é preciso que o lavrador seja a besta de ônus da sociedade; é preciso que as cidades deixem desertos os campos; é preciso que os pequenos ofícios se aglomerem nos bairros imundos das grandes cidades e fabriquem quase por nada os mil objetos de escasso valor que põem os produtos das grandes manufaturas ao alcance dos compradores de curto salário. Para que o mau pano possa despachar-se vestindo aos trabalhadores pobremente pagos, é mister que o alfaiate se contente com um salário de pordiosero. É mister que os países atrasados do Oriente sejam explodidos pelos do Ocidente, para que em algumas indústrias privilegiadas o trabalhador

tenha uma espécie de bem-estar, limitado pelo regime capitalista. O mal da organização atual não reside, pois, em que o « excesso de valor» da produção passe ao capitalista, como tinham dito Rodbertus e Marx, estreitando assim o conceito socialista e as miras de conjunto a respeito do regime capitalista. O mesmo excesso de valor é conseqüência de causas mas fundas. O mau está em que possa ter um « excesso de valor» qualquer, em vez de um simples excesso de produto não consumido por cada geração, porque para que tenha « excesso de valor» se precisa que homens, mulheres e meninos se vejam obrigados pela fome a vender sua força de trabalho por uma parte mínima do que essa força produz, e sobretudo, do que é capaz de produzir. Mas este mau durará enquanto o necessário para a produção seja propriedade de alguns somente.

Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável implantado; Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Integrado e Sustentável implantado; Sistema de comunicaçou pública em fase de implementaçou com resultados concretos alcançados e Pólos de Produçou de Pescados estruturados e em fase de implementaçou, com unidades já implantadas.

2

Quantas horas diárias de trabalho deverá desenvolver o homem para assegurar a sua família uma alimentação nutritiva, uma casa

conveniente e os vestidos necessários'Isto preocupou muito aos socialistas, os quais admitem geralmente que bastarão quatro ou cinco horas diárias -por suposto, a condição de que todo mundo trabalhe-. A fins do século passado, Benjamín Flanklin punha como limite cinco horas; e se a necessidade de comodidades aumentou desde então, também aumentou com muita mais rapidez a força de produção. Nas grandes granjas do Oeste americano, que têm dúzias de milhas, mas cujo terreno é bem mais pobre do que o solo melhorado dos países civilizados, só se obtêm de doze a dezoito hectolitros por hectare, isto é, a metade do rendimento das granjas de Europa e dos estados do Leste americano. E, no entanto, graças às máquinas, que permitem a dois homens lavrar num dia dois hectares e meia, cem homens produzem num ano tudo o necessário para entregar a domicílio o pão de dez mil pessoas durante um ano inteiro.

Lhe bastaria a um homem trabalhar nas mesmas condições durante trinta horas, ou seja seis médias jornadas de cinco horas cada uma, para ter pão todo o ano, e trinta médias jornadas para assegurar-se a uma família de cinco pessoas. Se se recorresse ao cultivo intensivo, menos de sessenta médias jornadas de trabalho poderiam assegurar a toda a família o pão, a carne, as hortaliças até as frutas de luxo. Estudando os preços a que resultem hoje as casas de obreiros edificadas nas grandes cidades, pode assegurar-se que para ter numa

grande cidade inglesa uma casita isolada, como as que se fazem para os trabalhadores, bastariam de mil quatrocentas a mil oitocentas jornadas de trabalho de cinco horas. E como uma casa desta classe dura pelo menos cinquenta anos, resulta que de vinte e oito a trinta e seis médias jornadas por ano bastam para que a família tenha um alojamento higiénico, bastante elegante e provisto de todas as comodidades necessárias, enquanto alugando o mesmo alojamento, o obreiro o paga ao patrono com de setenta e cinco a cem jornadas de trabalho ao ano.

Advirtamos que estas cifras representam o máximum do que custa hoje o alojamento em Inglaterra, dada a viciosa organização de nossas sociedades. Em Bélgica se edificaram cidades obreiras bem mais baratas.Fica o vestir, no qual é quase impossível o cálculo, por não ser apreciáveis os benefícios realizados sobre os preços por uma nuvem de intermediários. Imaginai o pano, por exemplo, e somai tudo o que foram cobrando-se o proprietário do prado, o dono de carneiros, o comerciante em lãs e demais intermediários, até as companhias de transportes ferroviários, os hiladores e tecelões, comerciantes de roupas feitas, meticulosas para a venda e comisionistas, e vos formardes idéia do que se paga por um vestido a uma caterva de burgueses. Por isso é absolutamente impossível dizer quantas jornadas de trabalho representa um sobretudo pelo que pagais cem pesetas num grande bazar de Paris. O verdadeiro é

que com as máquinas atuais se chegam a fabricar quantidades verdadeiramente incríveis.

Alguns exemplos bastarão. Nos Estados Unidos, 751 manufaturas de algodão (fiação e tecido), com 175.000 obreiros e obreiras, produzem 1.939.400.000 metros de telas de algodão, e ademais uma grandísima quantidade de fiações. As telas somente dão uma média superior a 11,000 metros em trezentas jornadas de trabalho de nove horas e meia cada uma, ou seja, 40 metros em dez horas. Admitindo que uma família use 200 metros por ano, o que séria muito, equivale isto a cinquenta horas de trabalho, ou sejam dez médias jornadas de cinco horas cada uma. E ademais se teriam as fiações, isto é, fio para costurar e fio para tramar o pano e fabricar telas de urdidura de lã e trama de algodão.

Quanto aos resultados do tecido só a estatística oficial dos Estados Unidos indica que se em 1870 um obreiro trabalhando de treze a quatorze horas diárias, para 9.500 metros de tela branca de algodão por ano, treze anos depois tecia 27.000 metros trabalhando nada mais que cinquenta e cinco horas por semana. Até nas telas estampadas (inclusive o tecido e a estampação) obtinham-se 29.150 metros em dois mil seiscentas sessenta e nove horas ao ano, ou seja uns 11 metros por hora. Assim, para ter os 200 metros de telas de algodão, brancas e estampadas, bastaria trabalhar menos de vinte horas por ano. Convém advertir que a primeira matéria chega a essas

manufaturas quase tal como sai dos campos, e que a série das transformações para convertê-la em tela termina nesse período de vinte horas por peça. Mas para comprar esses 200 metros no comércio, um obreiro bem retribuído tem que fornecer, romo mínimum, de dez a quinze jornadas de dez horas de trabalho cada uma, ou seja, de cem a cento cinquenta horas.

O camponês inglês, precisaria trabalhar um mês ou algo mais para permitir-se esse luxo. Este exemplo manifesta que com cinquenta médias jornadas de trabalho anuais, numa sociedade bem organizada, se poderia vestir melhor do que hoje se vestem os burgueses de pouca importância. Com tudo isso, bastaram-nos sessenta médias jornadas de cinco horas de trabalho para proporcionar-nos os produtos da terra, quarenta para a habitação e cinquenta para o vestido, o qual não soma mais do que meio ano, já que, deduzindo as festas, o ano representa trezentas jornadas de trabalho. Ficam outras cento cinquenta médias jornadas laboráveis, que poderiam empregar-se nas outras necessidades da vida: vinho, açúcar, café ou chá, móveis, transportes, etcétera. Quando nas nações civilizadas contamos o número dos que nada produzem, dos que trabalham em indústrias nocivas telefonemas a desaparecer e dos que servem de intermediários inúteis, vemos que em cada nação podia duplicar-se o número dos produtores propriamente ditos.

E se em lugar de dez pessoas, fossem vinte as dedicadas a produzir

o necessário, e se a sociedade cuidasse mais de economizar as forças humanas, essas vinte pessoas não teriam que trabalhar mais de cinco horas diárias, sem que diminuísse em nada a produção. Bastaria reduzir o esbanjo da força humana ao serviço das famílias ricas, ou dessa administração que tem um servidor público por cada dez habitantes, e utilizar tais forças no aumento de produtividade da nação, para limitar as horas de trabalho a quatro e ainda a três, a condição de contentar-se com a produção atual. Suponde uma sociedade de vários milhões de habitantes dedicados à agricultura e a uma grande variedade de indústrias, e que todos os meninos aprendam a trabalhar o mesmo com as mãos que com o cérebro. Suponhamos que todos os adultos, exceto as mulheres ocupadas em educar aos meninos, comprometem-se a trabalhar cinco horas diárias desde a idade de vinte ou vinte e dois anos até a de quarenta e cinco a cinquenta, e que se empreguem em ocupações eleitas entre qualquer dos trabalhos humanos considerados como necessários. Essa sociedade poderia, em mudança, garantir o bem-estar a todos seus membros, isto é, umas comodidades bem mais reais das que tem hoje a classe média. E cada trabalhador desta sociedade disporia de outras cinco horas diárias para consagrá-las às ciências, às artes e às necessidades individuais que não entrem na categoria das imprescindíveis, salvo incluir mais adiante nesta categoria, quando aumentasse a produtividade do homem, tudo o que ainda se

considera hoje como luxuoso ou inacessível.

As necessidades de luxo

1

O homem não é um ser que possa viver exclusivamente para comer, beber e dormir. Satisfeitas as exigências materiais, se apresentarão com mais ardor as necessidades às quais pode atribuirseles um caráter artístico. Tantos indivíduos equivalem a outros tantos desejos, os quais são mais variados quanto mais civilizada está a sociedade e mais desenvolvido o indivíduo. Hoje mesmo se vêem homens e mulheres que se privam do necessário por adquirir qualquer fruslería ou proporcionar-se um prazer, um goze intelectual ou material. Um cristão, um asceta, podem reprovar esses desejos de luxo, mas, em realidade tais fruslerías são precisamente o que rompe a monotonia da existência e a faz agradável. No presente, quando a centenas de milhares de seres humanos lhes falta pão, carvão, roupa e casa, o luxo constitui um crime: para satisfazê-lo, é necessário que o filho do trabalhador careça de pão. Mas numa sociedade onde ninguém padeça fome, serão mais vivas as necessidades do que hoje chamamos luxo. E como não podem nem devem assemelhar-se todos os homens, terá sempre, e é de desejar que os tenha, homens e mulheres cujas necessidades sejam superiores. Não todo mundo pode ter necessidade de um telescópio, pois ainda que a instrução

fosse general, há pessoas que preferem os estudos microscópicos ao do céu despedaçado. Há quem agradam das estátuas, como outros dos lenços dos maestros; tal indivíduo não tem mais ambição do que a de possuir um excelente piano, ao passo que tal outro se contenta com uma viola. Hoje, quem tem necessidades artísticas, não pode satisfazê-las a menos de ser herdeiro de uma grande fortuna; mas trabalhando de firme e apropriando-se de um capital intelectual que lhe permita seguir uma profissão liberal, sempre tem a esperança de satisfazer algum dia mais ou menos seus gostos.

Por isso, a nossas ideais sociedades comunistas costuma acusar-se de ter por único objetivo a vida material de cada indivíduo, dizendo-nos: Talvez tenhais pão para todos, mas em vossos armazéns municipais não tereis formosas pinturas, instrumentos de ótica, móveis de luxo, galas; numa palavra, essas mil coisas que servem para satisfazer a infinita variedade dos gostos humanos. E por isso mesmo suprimis toda possibilidade de proporcionar-vos seja o que for, exceto o pão e a carne que o município comunista possa oferecer a todos, e a tela cinza com que vistais a todas vossas cidadãs. Tenho aqui a objeção que se dirige contra todos os sistemas comunistas, objeção que jamais souberam compreender os fundadores de todas as novas sociedades que iam estabelecer-se nos desertos americanos. Criam que tudo está dito se a comunidade pôde adquirir bastante pano para vestir a todos seus sócios e uma

sala de concertos onde os irmãos possam executar bocados de música ou representar de vez em quando uma piececilla teatral. Esqueciam que o sentido artístico existe o mesmo no cultivador que no burguês, e que se variam as formas do sentimento segundo a diferença de cultura, seu fundo sempre é o mesmo. Seguirá idêntica senda o município anarquista? Evidentemente que não, contanto que compreenda e trate de satisfazer todas as necessidades do espírito humano ao mesmo tempo que assegure a produção de tudo o necessário para a vida material.

2

Confessamos com franqueza que ao pensar nos abismos de miséria e sofrimento que nos rodeiam, ao ouvir as frases aterradoras dos obreiros que percorrem as ruas pedindo trabalho, repugna-nos discutir esta questão: numa sociedade onde ninguém tenha fome, como faremos para satisfazer a tal ou qual pessoa desejosa de possuir uma porcelana de Sèvres ou um vestido de veludo? Tentações nos dão de dizer por única resposta: Asseguremos o primeiro o pão, e depois já falaremos da porcelana e do veludo. Mas já que é preciso reconhecer que além dos alimentos o homem tem outras necessidades, e já que a força do anarquismo está precisamente em que compreende todas as faculdades humanas e todas as paixões, sem ignorar nenhuma, vamos dizer em poucas palavras como poderia conseguir-se satisfazer todas as necessidades

intelectuais e artísticas do homem.

Já dissemos que trabalhando quatro ou cinco horas diárias até a idade de quarenta e cinco a cinquenta anos, o homem poderia comodamente produzir tudo o necessário para garantir o bem-estar à sociedade. Mas a jornada do homem habituado ao trabalho e valendo-se de máquinas, não é de cinco horas, senão de dez, trezentos dias ao ano toda sua vida. Assim destrói sua saúde e embota sua inteligência. No entanto, quando pode variar as ocupações, e sobretudo alternar o labor manual com o trabalho intelectual, está ocupado com gosto e sem fatigar-se dez e doze horas. Associando-se com outros, essas cinco ou seis horas lhe dariam plena possibilidade de proporcionar-se quanto quisesse, além do necessário assegurado a todos. Então se formarão grupos compostos de escritores, cajistas, impressores, gravadores e desenhistas, animados todos eles de um propósito comum: a propagação de suas idéias prediletas.

Hoje o escritor sabe que há uma besta de ônus, o obreiro, a quem por três ou quatro pesetas diárias pode confiar a impressão de seus livros; mas não se cuida de saber que é uma tipografia. Se o cajista se envenena com o polvillo de chumbo, se o moço que dá ao volante da máquina morre de anemia, não há outros miseráveis para substituí-los? Mas quando já não tenha famintos prontos a vender seus braços por uma ruin pitanza, quando o explodido de ontem

tenha recebido instrução e possa dar a luz suas idéias no papel e comunicar-se aos demais, forçado será que os literatos e os sábios se associem entre si para imprimir seus versos e sua prosa. Enquanto o escritor considere a blusa e o trabalho manual como um indício de inferioridade, lhe parecerá assombroso isso de que um autor componha ele mesmo seu livro com carateres de chumbo, Não tem o ginásio e o jogo de dominou para descansar de suas fadigas?
Mas quando tenha desaparecido o oprobio em que se tem o trabalho manual; quando todos se vejam obrigados a fazer uso de seus braços, não tendo sobre quem descarregar-se desse dever, ¡oh! então os escritores e seus admiradores de um e outro sexo aprenderão muito cedo a manejar o componedor ou aparelho de carateres; conhecerão os apreciadores da obra que se imprima, o gozo de ir todos juntos a compo-la e vê-la sair formosa, com sua virginal pureza, atirando-a numa máquina rotativa. Essas magnificas máquinas –instrumento de suplício para o menino que as move hoje desde a manhã à noite– chegarão a ser um manancial de gozes para os que as empreguem com o fim de dar voz ao pensamento de seus autores favoritos. Perderá com isso algo a literatura? Será menos poeta o poeta depois de ter trabalhado nos campos ou colaborado com suas mãos para multiplicar sua obra? Perderá o novelista um pouco de seu conhecimento do coração humano depois de ter-se codeado com o homem na fábrica, no bosque, no traçado de um

caminho e no ateliê?

Fazer estas perguntas é contestá-las. Certos livros serão quiçá menos volumosos, mas se imprimirão menos páginas para dizer mais. Talvez se publique menos papel manchado, mas o que se imprima será melhor lido e mais apreciado. O livro se dirigirá a um circulo mais vasto de leitores mais instrídos, mais aptos para julgá-lo. Ademais, a arte da tipografia, que progrediu tão pouco desde Gutenberg, está ainda na infância. Ainda se investem duas horas em compor com letras móveis o que se escreve em dez minutos, e se procuram procedimentos mais expeditos para multiplicar o pensamento. Se encontrarão. ¡Ah! Se cada escritor tivesse que intervir na impressão de seus livros, ¡quantos progressos tivesse feito já a tipografia! Não estaríamos ainda com os tipos movíveis do século XVII

3

É um sonho o conceber uma sociedade em que, chegando todos a ser produtores, recebendo todos uma instrução que lhes permita cultivar as ciências ou as artes e tendo todos tempo para fazê-lo, associem-se entre si para publicar suas obras, contribuindo sua parte de trabalho manual? Nestes momentos se contam já por milhares e milhares as sociedades científicas, literárias e outras. Estas sociedades são agrupações voluntárias entre pessoas que se interessam por tal ou qual ramo do saber, sócias para publicar seus

trabalhos. Os autores que colaboram nas coleções científicas não são pagos. Ditas coleções não se vendem: enviam-se gratuitamente a todos os âmbitos do mundo, a outras sociedades que cultivam os mesmos ramos do saber. Certos membros da sociedade inserem uma nota de uma página resumindo tal ou qual observação, outros publicam trabalhos extensos, fruto de longos anos de estudo, ao passo que outros se limitam a conferí-los como ponto de partida para novas investigações. São associações entre autores e leitores para a produção de trabalhos em que todos têm interesse.

Verdade é que a sociedade científica (o mesmo que o jornal de um banqueiro) dirige-se ao editor, que embauca obreiros para realizar o trabalho da impressão. As gentes que exercem profissões liberais menosprezam o trabalho manual que, efetivamente, está hoje em condições embrutecedoras em absoluto. Mas uma sociedade que conceda a cada um de seus membros a instrução ampla, filosófica e científica saberá organizar o trabalho corporal de maneira que seja orgulho da humanidade, e a sociedade sábia chegará a ser uma associação de pesquisadores, de aficionados e de obreiros, os quais conheçam um ofício manual e se interessem pela ciência. Por exemplo, se se ocupam na geologia, todos contribuirão a explorar as capas terrestres, Todos contribuirão sua parte às investigações. Dez mil observadores em lugar de cento farão mais num ano que se faz hoje em vinte. E quando se trate de publicar os diversos trabalhos,

dez mil homens e mulheres, versados nos diferentes ofícios, estarão dispostos a traçar os mapas, gravar os desenhos, compor o texto e imprimí-lo. Alegremente dedicarão todos juntos seus lazeres, em verão à exploração e em inverno ao trabalho de ateliê. E quando apareçam seus trabalhos não encontrará já somente cem leitores, senão que terá dez mil, todos eles interessados na obra comum.

Hoje mesmo, quando Inglaterra quis fazer um grande dicionário de sua língua, não esperou a que nascesse um Littré para consagrar sua vida a esse labor. Chamou em sua ajuda aos voluntários, e mil pessoas se ofereceram espontânea e gratuitamente para registrar as bibliotecas e terminar em poucos anos um trabalho para o qual não teria bastado a vida inteira de um homem. Em todos os ramos da atividade inteligente aparece a mesma tendência, e seria preciso conhecer muito pouco a humanidade para não adivinhar que o porvir se anuncia nessas tentativas de trabalho coletivo em vez do trabalho individual.

Para que essa obra fosse verdadeiramente coletiva, tivesse sido mister organizá-la de maneira que cinco mil voluntários, autores, impressores e corretores tivessem trabalhado em comum; mas já se deu esse passo para diante, graças à iniciativa da imprensa socialista, que nos oferece exemplos de trabalho manual e intelectual combinados. Ocorre com freqüência ver o autor de um articulo compo-lo ele mesmo para os jornais de combate. No futuro,

quando um homem tenha que dizer algo útil, alguma palavra superior às idéias de seu século, não procurará um editor que se digne adiantar-lhe o capital necessário. Procurará colaboradores entre os que conheçam o ofício e tenham compreendido o alcance da nova obra, e juntos publicarão o livro ou o jornal. A literatura e o jornalismo deixarão de ser então um meio de fazer fortuna e de viver a expensas da maioria. Há alguém que conheça a literatura e o jornalismo e não almeje uma época em que a literatura possa por fim libertar-se dos que a protegiam em outro tempo, dos que a explodem hoje e da multidão que, com raras exceções, a paga em razão direta de seu vulgarismo e da facilidade com que se acomoda ao mau gosto da maioria?

4

A literatura, a ciência e a arte devem se servidos por voluntários. Só com essa condição conseguirão libertar-se do jugo do Estado, do capital e da mediania burguesa que os afogam. Que médios tem hoje o sábio para fazer as investigações que lhe interessam? ¡Solicitar o auxílio do Estado, que não pode conceder-se senão ao um por cento dos aspirantes, e que nenhum obtém mais que se comprometendo ostensivelmente a ir por caminhos debulhados e a marchar pelos carriis antigos!

Lembrar nos do Instituto de França condenando a Darwin, da Academia de São Petersburgo recusando a Mendéléef, e da

Sociedade Real de Londres negando-se a publicar, como pouco científica, a memória de Joule que continha a determinação do equivalente mecânico do calor. Por isso, todas as grandes investigações, todos os movimentos revolucionários da ciência foram feitos fora das academias e das universidades, já por gentes o bastante rica para ser independentes, como Darwin e Liell, já por homens que minavam sua saúde trabalhando com escassez e muito com freqüência na miséria, defeituosos de laboratório, perdendo infinito tempo e não podendo proporcionar-se os instrumentos ou os livros necessários para continuar suas investigações, mas perseverantes contra todas as esperanças e muitas vezes morrendo de pena. Seu nome é legião.

Por outra parte, é tão mau o sistema de auxílios concedidos pelo Estado, que em todo tempo a ciência tentou livrar-se deles. Precisamente por isso estão Europa e América cheias de milhares de sociedades sábias, organizadas e sustentadas por voluntários. Algumas adquiriram um desenvolvimento tão extraordinário, que todos os recursos das sociedades subvencionadas e todas as riquezas dos banqueiros não bastariam para comprar seus tesouros. Nenhuma instituição governamental é tão rica como a Sociedade Zoológica de Londres, à que só sustentam quotas voluntárias. Não compra os animais que a milhares povoam seus jardins, senão que se os enviam outras sociedades e colecionadoras do mundo inteiro: um

dia um elefante, presente da Sociedade Zoológica de Bombay; outro dia um rinoceronte e um hipopótamo, oferecidos por naturalistas egípcios, e esses magníficos presentes se renovam, de contínuo, chegando sem cessar dos quatro pontos do balão aves, répteis, coleções de insetos, etcétera. Tales envies compreendem com freqüência animais que não se comprariam por todo o ouro do mundo; alguns deles foram capturados com risco da vida por um viajante, e se os dá à Sociedade porque está seguro de que ali os cuidarão bem. O preço primeiramente pago pelos visitantes (e são inumeráveis) basta para sustentar aquela imensa coleção zoológica.

Pode dizer-se dos inventores em general o que dissemos dos sábios. quem ignora a costa de que sofrimentos puderam levar-se a cabo todas as grandes invenções? Noites em alvo, privação de pão para a família, falta de instrumentos e primeiras matérias para as experiências, tal é a história de todos os que dotaram à indústria do que constitui o único justo orgulho de nossa civilização.

Mas que se precisa para sair dessas condições que todo mundo está conforme em considerar más? Ensaiou-se a patente e se conhecem os resultados. O inventor faminto a vende por um punhado de pesetas, e o que não fez mais do que prestar o capital se embolsa os benefícios do invento, com freqüência enormes. Ademais, o privilégio isola ao inventor; obriga-lhe a ter em segredo suas investigações, que muitas vezes só conduzem a um tardio fracasso,

ao passo que a sugestão mais singela, feita por outro cérebro menos absorto pela idéia fundamental, basta algumas vezes para fecundar a invenção e fazê-la prática. Como tudo o autoritário, o privilégio de invenção não faz mais do que entorpecer os progressos da indústria. O que se precisa para favorecer o gênio das descobertas é, em primeiro termo, acordar as idéias; a audácia para conceber, que com nossa educação não faz mais do que languidecer; o saber derramado a mãos cheias, que centuplica o número dos pesquisadores, e por último, a consciência de que a humanidade vai dar um passo para diante, porque quase sempre inspirou o entusiasmo ou algumas vezes a ilusão do bem a todos os grandes bienhechores.

Ali irão trabalhar em seus sonhos, depois de ter cumprido seus deveres para com a sociedade; ali passarão seus cinco ou seis horas livres; ali farão suas experiências; ali se encontrarão com outros camaradas, experientes em outros ramos da indústria e que vão também a estudar algum problema difícil; poderão ajudar-se uns a outros, ilustrar-se mutuamente, fazer brotar ao choque das idéias e de sua experiência a solução desejada. ¡E isto não é um sonho! Solanoy e Garadok, de Petersburgo, realizou-o já, pelo menos em parte, desde o ponto de vista técnico. É um ateliê admiravelmente provisto de ferramentas e aberto a todo mundo; nele se pode dispor gratuitamente dos instrumentos e da força motriz; só a madeira e os metais há que os pagar pelo preço a que custam. Mas os obreiros

não vão ali até pela noite, desfalecidos por dez horas de trabalho nos ateliês. E ocultam cuidadosamente suas invenções a todas as miradas, coibidos pela patente e pelo capitalismo, maldição da sociedade atual, obstáculo com que se tropeça no caminho do progresso intelectual e moral.

5

E a arte? Por todos lados chegam queixas a respeito da decadência da arte. Efetivamente, distamos muito dos grandes maestros do Renascimento. A técnica da arte fez recentemente imensos progressos; milhares de pessoas dotadas de certo talento cultivam todos seus ramos; mas a arte parece fugir do mundo civilizado. A técnica progride, mas a inspiração freqüenta menos do que antes os estudos dos artistas. De onde tinha de vir, efetivamente? Só uma grande idéia pode inspirar a arte. Em nosso ideal, arte é sinônima de criação, deve olhar adiante; mas salvo raríssimas exceções, o artista de profissão permanece sendo farto ignorante, demasiado burguês para entrever os novos horizontes. Essa inspiração não pode sair dos livros; tem que se tomar da vida, e não pode dá-la a sociedade atual. Os Rafael e os Murillo pintavam numa época em que a busca de um ideal novo ainda se acomodava com velhas tradições religiosas. Pintavam para decorar grandes igrejas, que também representavam a obra piedosa de muitas gerações. A basílica, com seu aspecto misterioso e sua grandeza; que a paquerava vida mesma da cidade,

podia inspirar ao pintor. Trabalhava para um monumento popular; dirigiase a uma multidão, e a mudança recebia dela a inspiração. E lhe falava no mesmo sentido que a nave, os pilares, os vitrais pintados, as estátuas e as portas esculpidas. Hoje, a honra maior a que aspira pintor é a ver seu lenço com um marco de madeira dourada pendurado num museu –uma espécie de prenderia-, onde se verá, como se vê no Museu do Prado, a Ascensão, de Murillo, junto Mendigo, de Velázquez, e os cachorros, de Felipe II. ¡Pobre Velázquez e pobre Murillo! ¡Pobres estátuas gregas que viviam nas acrópolis de suas cidades, e que se afogam hoje sob os panos vermelhos Louvre!

Quando um escultor grego cincelaba o mármore, tratava expressar o espírito e o coração da cidade. Todas as paixões desta, todas suas tradições de glória deviam reviver na obra. Mas hoje, a cidade uma cessou de existir; não mais comunhão de idéias. A cidade nada mais é do que um revoltijo casual de gentes que não se conhecem, que não têm nenhum interesse comum, salvo o enriquecer-se uns a expensas de outros; não existe a pátria... Que pátria comum podem ter o banqueiro internacional e o trapeiro? Só quando uma cidade, um território, uma nação ou um grupo de nações tenham recuperado sua unidade na vida social, é quando a arte poderá beber sua inspiração com a idéia comum de cidade ou da federação. Então o arquiteto conceberá o monumento da cidade, que já não será um

tempere, um cárcere nem uma fortaleza; então o pintor, o escultor, o cincelador, o decorador, etcétera, saberão onde pôr seus lenços, suas estátuas suas decorações, tomando toda sua força de execução nos mesmos mananciais de vida e caminhando todos juntos gloriosamente para o porvir. Mas até então, a arte não poderá mais do que vegetar. MELHORE-LOS lenços dos pintores modernos são ainda os que reproduzem a natureza, a aldeia, o vale, o mar com seus perigos, a montanha com seus esplendores. Mas, como poderá o pintor expressar a poesia do trabalho dos campos, se só a contemplou ou imaginado, e nunca a provou ele mesmo; se não o conhece mais do que como um ave de passagem conhece os países sobre os quais se cierne em suas emigrações; se em todo o vigor de sua formosa juventude não foi desde o alva por trás do arado; se não provou o goze de ceifar as ervas com um amplo corte de foice junto a robustos recolhedores do heno, rivalizando em bríos com risonhas moças que enchem os ares com seus cantares? O amor à terra e ao que cresce sobre a terra não se adquire fazendo estudos a pincel; só se adquire pondo-se ao serviço dela. E sem amá-la, como pintá-la? Por isso, tudo o que neste sentido puderam reproduzir os melhores pintores, é ainda tão imperfeito e com freqüência falso. Quase sempre sentimentalismo: ali não há força. É preciso ter visto à volta do trabalho a posta do sol. É preciso ter sido lavrador com o lavrador para guardar nos olhos seus esplendores. É preciso ter

estado no mar com o pescador a todas horas do dia e da noite, ter pescado um mesmo, lutando contra as ondas, arrostrado a tempestade, e depois de rude labor, ter sentido a alegria de levantar uma pesada rede ou o pesar de voltar de esvaziamento para compreender a poesia da pesca. É preciso ter passado pela fábrica, conhecendo as fadigas, os sofrimentos e também as satisfações do trabalho criador; ter forjado o metal aos fulgurantes resplendores dos altos fornos; é preciso ter sentido viver a máquina, para saber o que é a força do homem e traduzí-la numa obra de arte. Em fim, é preciso sumir-se na existência popular para atrever-se a retratá-la. Para que a arte se desenvolva, deve relacionar-se com a indústria por mil transições intermediárias, de sorte que, por dizê-lo assim, fiquem confundidos, como tão bem o demonstraram Ruskin e o grande

poeta socialista Morris. Tudo o que rodeia ao homem em seu domicílio, na rua, no interior e o exterior dos monumentos públicos, deve ser de pura forma artística. Mas esta não poderá realizar-se mais do que numa cidade onde todos desfrutem de bem-estar e tempo livre. Então se verão surgir associações de arte, nas quais possa cada um dar prova de suas capacidades; porque a arte não pode passar-se sem uma infinidade de trabalhos suplementares puramente manuais e técnicos. Estas associações artísticas se encarregarão de embelezar os lares de seus membros, como o fizeram esses amáveis voluntários, os pintores jovens de Edimburgo, decorando as paredes e os tetos do grande hospital dos pobres da cidade.

O pintor ou escultor que tenha produzido uma obra de sentimento pessoal e íntimo, a oferecerá à mulher a quem amoa ou a um amigo. Feita com amor, será inferior sua obra às que satisfazem hoje a vaidade dos burgueses e dos banqueiros porque custaram muito dinheiro? O mesmo sucederá com todas as satisfações que se procuram por fora do necessário. Quem apeteça um piano de cauda, entrará na associação dos fabricantes de instrumento de música. E dedicando-lhe parte de suas médias jornadas livres, muito cedo terá o piano de seus sonhos. Se se interessa pelos estudos astronómicos, ingressará na associação dos astrônomos, com seus filósofos, seus observadores, seus calculistas, seus artistas em instrumentos

astronómicos, seus sábios e seus aficionados, e terá o telescópio que deseja fornecendo uma parte de trabalho na obra comum, pois um observatório astronómico requer grandes labores, trabalhos de pedreiro, de carpinteiro, de fundidor, de mecânico, sendo o artista quem dá suas últimas perfeições ao instrumento de precisão.

Numa palavra, as cinco ou sete horas diárias de que cada qual disporá depois de ter consagrado algumas à produção do necessário, bastariam amplamente para satisfazer todas as necessidades de luxo, infinitamente variadas. Milhares de sócios se encarregariam de ocupar-se disso. O que agora é privilégio de uma minúscula minoria, seria assim acessível para todos. Cessando de ser o luxo um aparelho néscio e gritão dos burgueses, se converteria numa satisfação artística.

O trabalho agradável

1

Quando os socialistas afirmam que uma sociedade emancipada do capital saberia fazer agradável o trabalho e suprimiria todo serviço repugnante e malsano, se lhes riem em seus narizes. E no entanto, hoje mesmo podem ver-se pasmosos progressos neste sentido, e em todas partes onde se produziram tais progressos, os patronos se congratularam da economia de força obtida dessa maneira.

No entanto, como raras exceções, encuéntranse já alguns ateliês fabris tão bem arrumados, que daria verdadeiro gosto trabalhar neles

se o trabalho não durasse mais de quatro ou cinco horas diárias e se cada qual tivesse facilidade de variá-lo a seu desejo. Há uma fábrica –dedicada, por desgraça, a talentos de guerra– que nada deixa que desejar desde o ponto de vista da organização sanitária e inteligente. Ocupa vinte hectares de terreno, quinze das quais estão com coberta de vidro. O solo, de tijolo refratário, vê-se tão limpo como o de uma casita de mineiro; e um esquadro de funcionários, que não fazem outra coisa, limpam esmeradamente a techumbre envidraçada. Ali se forjam barras de aço até de vinte toneladas: de importância, e estando a trinta passos de um imenso forno, cujas chamas têm uma temperatura a mais de 1.000 graus, não se adivinha sua presença senão quando a imensa boca do forno deixa passo a um monstro de aço. E esse monstro o manejam só três ou quatro trabalhadores sem mais do que abrir cá ou acullá uma torneira, fazendo mover imensas gruas pela pressão do água dentro de tubas. Entra-se predisposto a ouvir o ruído ensordecedor dos maços colossais, e se descobre que não há maço algum. Os imensos canhões de cem toneladas e os eixos dos vapores trasatlánticos se forjam pela pressão hidráulica, e o obreiro se limita a fazer girar a chave de uma torneira para comprimir o aço, prensándolo em vez de forjá-lo, o qual dá um metal bem mais homogéneo, sem quebrajas, qualquer que seja a espessura das peças. Espera-se um rechinamiento geral, e se vêem máquinas que cortam massas de aço de dez metros de longitude sem

fazer mais ruído do que o necessário para cortar um queijo. E quando expressávamos nossa admiração ao engenheiro que nos acompanhava, respondia: « ¡É uma simples questão de poupança! Esta máquina que escova o aço leva em serviço quarenta e dois anos. Não tivesse servido nem dez se suas partes, mais ajustadas ou débeis, se entrechocasen, rechinasen a cada golpe da escova.
« Os altos fornos? Seria um gasto inútil deixar irradiar afora o calor, em vez de utilizá-lo. Por que torrar aos fundidores, quando o calor perdido por irradiação representa toneladas de carvão? » Os maços de pilón, que faziam retemblar os edifícios em cinco léguas à redonda, ¡outro esbanjo! Forja-se melhor por pressão que por choque, e custa menos; há menos perda. » O espaço concedido a cada ateliê, a clareza da fábrica, sua limpeza, tudo isso é uma singela questão de poupança. Trabalha-se melhor quando se vê claro e não há apreturas. » Verdade é que estávamos muito estreitos antes de vir aqui. E é que o solo resulta terrivelmente caro nos arredores das grandes cidades. ¡Se são rapaces os proprietários!
» O mesmo sucede com as minas. Ainda que só seja por Zola ou pelos jornais, já se sabe o que a mina é hoje. Pois bem; a mina do porvir estará bem ventilada, com uma temperatura tão perfeitamente regular como a de um gabinete de trabalho, sem cavalos condenados a morrer embaixo de terra, fazendo-se a tração subterrânea por meio de um cabo automotor posto em movimento desde a boca do poço;

os ventiladores estarão sempre em marcha, e nunca terá explosões. Esta mina não é um sonho; vêem-se já em Inglaterra, e nós visitamos una. Também aqui é uma simples questão de economia esse bom ordem. A mina de que falamos, apesar de sua imensa profundidade de 430 metros, fornece mil toneladas diárias de hulla com duzentos trabalhadores somente, ou seja cinco toneladas por dia e por trabalhador, enquanto a média nos dois mil poços de Inglaterra vem a ser de trezentas toneladas por ano e por trabalhador.

Este assunto foi tratado já com muita freqüência pelos jornais socialistas, e se formou opinião. A fábrica, o ateliê, a mina, podem ser tão sãos, tão magníficos como os melhores laboratórios das universidades modernas, e quanto melhor organizados estejam desde esse ponto de vista, mais produtivo resultará o trabalho humano. Pode duvidar-se de que numa sociedade de iguais, em que os braços não estejam obrigados a vender-se, o trabalho será realmente um prazer, uma distração? A tarefa repugnante ou malsana deverá desaparecer porque é evidente que nestas condições é nociva para a sociedade inteira. Podiam entregar-se a ela os escravos; o homem livre aspira a novas condições de um trabalho agradável e infinitamente mais produtivo. As exceções de hoje serão a regra do manhã.

2

Uma sociedade regenerada pela revolução saberá fazer que desapareça a escravatura doméstica, essa postrera forma da escravatura, a mais tenaz quiçá, porque também é a mais antiga. Só que não o fará do modo sonhado pelos falansterianos, nem da maneira como freqüentemente se o imaginam os comunistas. O falansterio repele a milhões de seres humanos. O homem menos expansivo experimenta certamente a necessidade de reunir-se com seus semelhantes para um trabalho comum, tanto mais atraente quanto que se tem consciência de fazer parte do imenso tudo. Mas não sucede assim nas horas dedicadas ao descanso e à intimidade. O falansterio, e ainda o familisterio, não o têm em conta, ou bem tratam de responder a esta necessidade com agrupações artificiosas. O falansterio, que não é em realidade senão um imenso hotel, pode agradar a alguns e ainda a todos em certos momentos de sua vida, mas a grande maioria prefere a vida de família, por suposto da família do porvir; prefere a habitação isolada, e os normandos anglo-saxões chegam até a preferir a casita de quatro, seis ou oito peças, na qual podem viver separadamente a família ou a aglomeração de amigos. Outros socialistas repudiam o falansterio. Mas quando se lhes pergunta como poderia organizar-se o trabalho doméstico, respondem: « Cada qual fará seu próprio trabalho; minha mulher desempenha bem o da casa; as burguesas farão outro tanto» . E se é um burguês aficionado ao socialismo quem fala, dirá a sua mulher

com um sorriso engraçado: « Não é verdade, querida, que passarias com gosto sem criada numa sociedade socialista? Não é verdadeiro que farias o mesmo que a mulher de nosso excelente amigo Pablo ou a de Juan o carpinteiro, a quem conheces?» Ao que a mulher contesta com um sorriso agridoce e um « Vá que sim, querido» , dizendo aparte que, por fortuna, isso não sucederá tão cedo. Mas a mulher também reclama seu posto na emancipação da humanidade. Já não quer ser a besta de ônus da casa. Bastante é que tenha que dedicar tantos anos de sua vida à criação de seus filhos. ¡Já não quer ser mais a cozinheira, a trajinadora, a barrendera da casa! E como as americanas tomaram a dianteira nesta obra de reivindicação, são gerais as queixas nos Estados Unidos pela falta de mulheres que se dediquem aos trabalhos domésticos. A senhora prefere a arte, a política, a literatura ou o salão de jogo; a obreira faz outro tanto, e já não se encontram criadas de servir. Nos Estados Unidos, são raras as solteiras e casadas que consintam em aceitar a escravatura do avental. Se vos lustráis os sapatos, já sabeis cuán ridículo é esse trabalho. Pode ter nada mais estúpido do que esfregar vinte ou trinta vezes um sapato com a escova?

É preciso que uma décima parte da população européia se venda por um jergón e alimento insuficiente, para fazer esse serviço embrutecedor; é preciso que a mesma mulher se conceptúe como uma escrava, para que se siga praticando cada manhã semelhante

operação por dúzias de milhões de braços. No entanto, os cabeleireiros têm máquinas para escovar os crânios lisos e as cabeleiras crespas. Não era muito singelo aplicar o mesmo princípio à outra extremidade? Isso é o que se fez. Hoje, a máquina de lustrar o calçado é de uso geral nas grandes fondas americanas e européias. Também se difunde fora delas. Nas grandes escolas de Inglaterra, divididas em seções com cinquenta a duzentos colegiais internos cada uma, encontrou-se mais singelo ter um só estabelecimento que todas as manhãs embetuna os mil pares de sapatos; isto evita o sustentar uma centena de criadas dedicadas especialmente a essa operação estúpida. O estabelecimento recolhe pela noite os sapatos e os devolve pela manhã a domicílio, lustrados a máquina.

¡Fregar a louça! Onde terá uma mulher que não tenha horror a essa tarefa, longa e suja ao mesmo tempo, e que sempre se faz a mão, unicamente porque o trabalho da escrava doméstica não se tem em conta para nada? Em América se encontrou algo melhor. Já há certo número de cidades nas quais o água quente se envia a domicílio, como o água fria entre nós. Nestas condições, o problema era de uma grande singeleza, e o resolveu uma mulher, a senhora Cockrane. Sua máquina lava vinte dúzias de pratos, øenxuga-os e os seca em menos de três minutos. Uma fábrica de Illinois constrói essas máquinas, que se vendem a um preço acessível para as casas regulares. E quanto às casas modestas, enviarão sua louça ao

estabelecimento o mesmo que os sapatos. Até é provável que uma mesma empresa se dedique a estes dois serviços: o de embetunar e o de fregar.

Limpar as facas; esfolar-se a pele e retorcer-se as mãos lavando a roupa para espremer o água dela; varrer os solos ou escovar os tapetes levantando nuvens de pó, que é preciso tirar em seguida com sumo trabalho dos lugares onde vai posar-se: tudo isto se faz ainda, porque a mulher segue sendo escrava. Mas começa a desaparecer, por fazer-se todas essas funções infinitamente melhor a máquina, e as máquinas de todas classes se introduzirão no domicílio privado quando a distribuição da eletricidade a domicílio permita pô-las todas em movimento, sem gastar o menor esforço muscular. As máquinas custam muito pouco, e se ainda as pagamos tão caras, é porque não são de uso geral, e sobretudo, porque um 75 por 100 se o levaram já esses senhores que especulam com o solo, as primeiras matérias, a fabricação, a venda, a patente, o imposto e outras coisas pelo estilo, e todos eles têm pressa por pôr carro.

O porvir não é ter em cada casa uma máquina de limpar o calçado, outra para fregar os pratos, outra para lavar a roupa branca, e assim sucessivamente. O porvir é do calorífero comum, que envie o calor a cada quarto de todo um bairro e evite acender lume. Isto se faz já em algumas cidades americanas. Uma grande casa Central envia água quente a todas as casas, a todos os andares. O água circula pelos

tubos, e para regular a temperatura, só há que dar voltas a uma chave. E se se quer ter ademais fogo numa estadia determinada, pode acender-se o gás especial de calefação enviado desde um depósito central. Todo esse imenso serviço de limpar chaminés e fazer lume, já sabe a mulher quanto tempo absorve, e está em via de desaparecer. A vela de parafina, o lustre de petróleo e até o isqueiro de gás passaram já. Há cidades inteiras onde basta apertar um botão para que surja a luz, e em último termo, é questão de economia e de saber viver o luxo do lustre elétrico.

Por último (sempre em América), trata-se já de formar sociedades para suprimir a quase totalidade do trabalho doméstico. Bastaria criar serviços caseiros para cada maçã de casas. Uma carroça iria recolher a domicílio os cestos de calçado para embetunar, de louça para fregar, de roupa branca para lavar, de menudencias para remendar (se valem a pena), de tapetes para escovar, e ao dia seguinte, pela manhã temporão, devolveria bem feita o labor que se lhe tivesse confiado. Algumas horas mais tarde, apareceriam em vossa mesa o café quente e os ovos cozidos em seu ponto.

Efetivamente, entre meio dia e as duas da tarde há de seguro mais de vinte milhões de americanos e outros tantos ingleses comendo todos eles boi ou cordeiro assado, porco cozido, batatas cozidas e verduras da estação. E pelo baixo há oito milhões de fogos acendidos durante dois ou três horas para assar essa carne e cozer

essas hortaliças; oito milhões de mulheres dedicadas a preparar essa comida, que quiçá não consista em mais de dez pratos diferentes. « ¡Cinquenta lares acendidos, onde bastaria um só!» , exclamava tempo atrás uma americana. Comei em vossa mesa; em família com vossos filhos, se quereis. Mas por favor, para que essas cinquenta mulheres perdendo a manhã em fazer algumas xícaras de café e em preparar aquele almoço tão singelo? Por que esses cinquenta fogos, quando com um só e duas pessoas bastaria para cozer todos esses bocados de carne e todas as hortaliças? Elegei vocês mesmos vosso assado de boi ou de carneiro, se sois de paladar delicado; sazonai as verduras a vosso gosto, se preferis tal ou qual molho. Mas não tenhais mais do que uma cozinha tão espaçosa e um só hornillo tão bem disposto como vos faça falta. Emancipar à mulher não é abrir para ela as portas da universidade, do foro e do parlamento. A mulher manumitida descarga sempre em outra mulher o peso dos trabalhos domésticos. Emancipar à mulher é libertá-la do trabalho embrutecedor da cozinha e do lavadouro: é organizar-se de maneira que lhe permita criar e educar a seus filhos, se lhe parece, conservando tempo de sobra para tomar parte na vida social.

O comum acordo livre

1

Habituados como estamos por hereditários preconceitos, por uma

educação e uma instrução absolutamente falsas, a não ver em todas partes mais do que governo, legislação e magistratura, chegamos a crer que os homens iam destroçar-se uns a outros como feras o dia em que o polizonte não estivesse com os olhos postos em nós, e que sobreviria o caos se a autoridade desaparecesse. E sem advertí-lo, passamos junto a mil agrupações humanas que se constituem livremente, sem nenhuma intervenção da lei, e que conseguem realizar coisas infinitamente superiores às que se realizam sob a tutela governamental. Trezentos cinquenta milhões de europeus se amam ou se odeiam, trabalham ou vivem de suas rendas, sofrem ou gozam. Mas sua vida e seus fatos (aparte da literatura, do teatro e do esporte), permanecem ignorados para os jornais se não intervieram de uma maneira ou outra os governos.

O mesmo sucede com a história. Conhecemos os menores detalhes da vida de um rei ou de um parlamento; conservaram-nos todos os discursos, bons e maus, pronunciados nesses mentideros, « discursos que jamais influíram no voto de um só membro» , como dizia um parlamentar veterano. As visitas dos reis, o bom ou mau humor dos politicastros, seus jogos de palavras e suas intrigas, tudo isso se guardou com sumo cuidado para a posteridade. Mas nos custa as maiores fadigas do mundo reconstituir a vida de uma cidade da Idade Média, conhecer o mecanismo desse imenso comércio de mudança que se realizava entre as cidades anseáticas ou saber como

edificou sua catedral a cidade de Rouen. Se algum sábio dedicou sua vida a estudá-lo, suas obras ficam desconhecidas, e as histórias « parlamentares» , isto é, falsas, já que não falam senão de um só aspecto da vida das sociedades, multiplicam-se, compram-se e vendem, ensinam-se nas escolas. E nós, ¡nem sequer advertimos a prodigiosa tarefa que leva a cabo diariamente a agrupação espontânea dos homens, e que constitui a obra capital de nosso século! É de plena evidência que na atual sociedade, baseada na propriedade individual, isto é, na espoliação e no individualismo, curto de alcances e por tanto estúpido, os fatos deste gênero são por necessidade limitados; nela, o comum acordo não é perfeitamente livre, e com freqüência funciona para um fim mesquinho, quando não execrável. Mas o que nos importa não é achar exemplos que seguir às cegas, e que também não poderia fornecer-nos a sociedade atual. O que nos faz falta é destacar que, apesar do individualismo autoritário que nos asfixia, há sempre no conjunto de nossa vida uma parte muito vasta onde não se faz mais do que por livre acordo comum, e que é bem mais fácil do que se crê passar sem governo. Sabido é que Europa possui uma rede de vias férreas de 280.900 quilômetros, e que por essa rede se pode circular hoje sem detenções e até sem mudar de vagão (quando se viaja em trem expresso) de Norte a Sur, de Poente a Levante, de Madri a Petersburgo e de Calais a Constantinopla. E ainda há mais: um vulto

depositado numa estação ferroviária irá a poder do destinatário, assim esteja em Turquia ou no Ásia Central, sem mais formalidade por parte do remetente do que a de escrever o ponto de destine num pedaço de papel. Este resultado podia obter-se de duas maneiras. Um Napoleão, um Bismarck, um potentado qualquer, conquistar Europa, e desde Paris, Berlim ou Roma traçar no mapa a direção das vias férreas e regular a marcha dos trens. O idiota coroado de Nicolás I sonhou fazê-lo assim. Quando lhe apresentaram projetos de caminhos de ferro entre Moscou e Petersburgo, pegou uma regra e atirou no mapa de Rússia uma linha reta entre suas duas capitais, dizendo: « Tenho aqui o traçado» . E o caminho se fez em linha reta, empilhando profundas torrenteras e elevando pontes vertiginosas, que foi preciso abandonar ao cabo de alguns anos, custando o quilômetro, por meio-termo, dois ou três milhões de pesetas. Leste é um dos meios; mas em outras partes se fez de outra forma. Os transportes ferroviários se construíram a ramais, enlaçando-se depois estes entre se, e depois, as cem diversas companhias proprietárias desses ramais trataram de concertarse para fazer concordar seus trens à chegada e à saída e para fazer circular por seus carriis carros de todas procedências, sem descarregar as mercadorias ao passar de uma rede a outra. Tudo isto se fez de comum acordo livre, cruzando-se cartas e propostas, por meio de congressos onde iam os delegados a discutir tal ou qual questão

especial ou a legislar; e depois dos congressos, os delegados regressavam suas companhias, não com uma lei, senão com um projeto de contrato para ratificá-lo ou eliminá-lo.
Esta imensa rede de transportes ferroviários enlaçados entre si, e esse prodigioso tráfico a que dão lugar, constituem de verdadeiro o rasgo mais assombroso de nosso século e se devem ao convênio livre. Se faz cinquenta anos alguém o tivesse previsto e predito, nossos avôs lhe tivessem crido louco ou imbecil, e teriam exclamado: « ¡Nunca conseguireis que se entendam cem companhias de acionistas! Isso é uma utopia, isso é um conto de fadas que nos contáis. Só podia impo-lo um governo central, com um diretor de bríos.» Pois bem; o mais interessante dessa organização é ¡do que não há nenhum governo centra europeu dos transportes ferroviários! ¡Nada! ¡Não há ministro dos caminhos de ferro, não há ditador, nem sequer um parlamento continental, nem ainda uma junta diretiva! Tudo se faz por contrato. Mas, como podem passar-se sem tudo isso os transportes ferroviários de Europa? Como conseguem fazer viajar a milhões de viajantes e montanhas de mercadorias através de todo um continente? Se as companhias proprietárias dos caminhos de ferro puderam entender-se, por que não se tinham de concertar de igual modo os trabalhadores ao apreender-se das linhas férreas? E se a companhia de Petersburgo a Varsóvia e a de Paris a Belfort podem fazer de concerto sem

permitir-se o luxo de criar um gerente de ambas a um tempo, por que no seio de nossas sociedades, constituída cada uma delas por um grupo de trabalhadores livres, teria necessidade de um governo?

2

Estes exemplos têm seu lado defeituoso, porque é impossível citar uma só organização isenta da exploração do débil pelo forte, do pobre pelo rico. Por isso os estadistas não deixarão de dizer-nos, de seguro, com a lógica que os distingue: « ¡Já veis que a intervenção do Estado é necessária para pôr fim a essa exploração!» Só que, esquecendo as lições da história, não nos dirão até que ponto contribuiu o Estado mesmo a agravar tal situação, criando o proletariado e entregando-o aos exploradores. E esquecerão também dizer-nos se é possível acabar com a exploração enquanto suas causas primeiras –o capital individual e a miséria, criada artificialmente em seus dois terços pelo Estado– continuem existindo.

A propósito do completo acordo entre as companhias ferroviárias, é de prever que nos digam: « Não veis como as companhias de transportes ferroviários estrujan e maltratam a seus empregados e aos viajantes? ¡Preciso é que intervenha o Estado para proteger ao público!» Mas dissemos e repetido fartas vezes que enquanto tenha capitalistas se perpetuarão esses abusos de poder. Precisamente o Estado, o pretendido bienhechor, é quem deu às companhias esse

terrível poderío de que hoje gozam. Não criou as concessões, as garantias? Não enviou suas tropas contra os empregados dos caminhos de ferro grevistas? E ao princípio (isso ainda se vê em Rússia), não estendeu o privilégio até o ponto de proibir à imprensa o mencionar os desastres ferroviários para não depreciar as ações de que saía fiadora? Não favoreceu, efetivamente, o monopólio que consagrou « reis da época» aos Vanderbilt como aos Polyakoff, aos diretores do Paris-lyon-Mediterrâneo e aos do San Gotardo? Assim, pois, se pomos como exemplo o tácito acordo estabelecido entre as companhias de transportes ferroviários, não é como um ideal de governo econômico, nem ainda como um ideal de organização técnica. É para demonstrar que se capitalistas sem mais propósito do que o de aumentar suas rendas a costa de todo mundo, podem conseguir explodir as vias férreas sem fundar para isso um escritório internacional, não poderão fazer o mesmo, e ainda melhor, sociedades de trabalhadores, sem nomear um ministério dos caminhos de ferro europeus? Pudesse também dizer-se que o comum acordo de que falamos não é inteiramente livre: que as grandes companhias impõem sua lei às pequenas. Pudessem citar-se, por exemplo, tal rica companhia que obriga aos viajantes de Berlim a Basilea a passar por Colônia e Francfort, em vez de seguir o caminho de Leipzig; tal outra que impõe às mercadorias rodeios de cem e duzentos quilômetros (em longos trajetos) para favorecer a

poderosos acionistas; em fim, tal outra que arruína linhas secundárias.

Nos Estados Unidos, viajantes e mercadorias se vêem algumas vezes obrigados a seguir inverosímeis traçados, para que afluyan os dólares ao bolso de um Vanderbilt. Nossa resposta será a mesma. Enquanto exista o capital, sempre poderá oprimir o grande ao pequeno. Mas a opressão não só resulta do capital. Graça, sobretudo, ao sustento do Estado, ao monopólio que o Estado acredite em seu favor, é como certas grandes companhias oprimem às pequenas. Marx demonstrou muito bem como a legislação inglesa fez tudo o possível para arruinar a pequena indústria, reduzir ao camponês à miséria e proporcionar aos grandes industriais batalhões de famélicos, forçados a trabalhar por qualquer salário. Exatamente o mesmo sucede com a legislação relativa aos caminhos de ferro. Linhas estratégicas, linhas subvencionadas, linhas monopolizadoras do correio internacional: tudo se pôs em jogo a benefício dos peixes gordos do agiotismo.

Quando Rosthchild –merecedor de todos os Estados europeus– compromete sua capital em determinado caminho de ferro, seus fiéis vasalos, os ministros, se as arrumarão para fazer-lhe ganhar ainda mais. Nos Estados Unidos –essa democracia que os autoritários nos propõem algumas vezes por ideal– mistura-se a fraude mais escandalosa em tudo o concerniente a transportes

ferroviários. Se tal ou qual companhia mata a seus competidores com uma tarifa muito baixa, é porque se compensa por outra parte com os terrenos que, mediante gorjetas, concedeu-lhe o Estado. Também aqui o Estado duplica, centuplica a força do grande capital. E quando vemos aos sindicatos de transportes ferroviários (outro produto do comum acordo livre) conseguir algumas vezes proteger às pequenas companhias contra as grandes, não nos fica mais que nos assombrar da força intrínseca do convênio livre, apesar da omnipotencia do grande capital com o auxílio do Estado. Efetivamente, as pequenas companhias vivem apesar da parcialidade do Estado; e se em França –país de centralização– não vemos mais do que cinco ou seis grandes companhias, na Grã-Bretanha se contam mais de cento dez, que se entendem às mil maravilhas, e com segurança estão melhor organizadas, para o rápido transporte de mercadorias e viajantes que os transportes ferroviários franceses e alemães. Ademais, não é essa a questão. O grande capital, favorecido pelo Estado, pode sempre achatar ao pequeno, se lhe tem conta. O que nos ocupa é isto: o comum acordo entre as centenas de companhias ferroviárias às que pertencem os caminhos de ferro de Europa se estabeleceu diretamente, sem a intervenção de um governo central que imponha a lei às diversas sociedades, senão que se manteve por meio de congressos compostos de delegados que discutem entre se e submetem a seus comitentes projetos e não

leis. Leste é um princípio novo, que difere por completo do princípio governamental, monárquico ou republicano, absoluto ou parlamentar. É uma inovação que se introduz, ainda com timidez, nos costumes de Europa; mas o porvir é seu.

3

Muitas vezes lemos nos escritos dos socialistas de Estado exclamações por este estilo: « E quem se encarregará na sociedade futura de regularizar o tráfico nos canais? Se a um de vossos colegas anarquistas se lhe passasse pela cabeça atravessar sua barca num canal e impedir o trânsito a milhares de barcas, quem lhe faria entrar em razão?» Confessamos que a suposição é um pouco caprichosa. Mas se poderia adicionar: « E se, por exemplo, tal ou qual município ou grupo voluntário quisessem fazer passar suas barcas antes que as outras, dificultariam o passo do canal para arcar talvez pedras, enquanto o trigo destinado a outro município ficaria na estacada. Quem regularizaria, pois, a marcha das barcas, a não ser o governo?» Sabido é o que são os canais em Holanda: constituem seus caminhos. Também se cabe o tráfico que se faz por esses canais. O que se transporta entre nós por uma carreteira ou um transporte ferroviário, transporta-se em Holanda pelos canais.

Lá é onde teria que andar a golpes para fazer passar suas barcas antes que as outras. ¡Lá teria que intervir o governo para pôr ordem no tráfico! Pois bem, não. Mais práticos, os holandeses, desde faz

longo tempo souberam arrumar-se de outro modo, criando ghildas, sindicatos de barqueros, associações livres, filhas das necessidades mesmas da navegação. O passo das barcas se fazia segundo certo ordem de inscrição, seguindo-se unas a outras por turno, sem adiantar-se, so pena de ver-se excluídas do sindicato. Nenhuma se estacionava mais de certo número de dias nos portos de embarque, e se nesse tempo não achava mercadorias que transportar, tanto pior para ela: saía de esvaziamento e deixava o posto às recém vindas. Evitábase assim a aglomeração, ainda que ficasse intacta a concorrência entre os empresários, conseqüência da propriedade individual. Suprimi esta, e o comum acordo seria mas cordial ainda, mais equitativo para todos.

Por suposto, o proprietário de cada barca podia adherise ou não ao sindicato: isso era assunto seu, mas a maioria preferiam afiliarse. Os sindicatos apresentam ademais tão grandes vantagens, que se difundiram pelo Rin, o Weser e o Oder, até Berlim. Os barqueros não esperaram a que o grande Bismarck faça a anexação da Holanda à Alemanha e nome um Ober Haupt Geral-Stats Canal-Navigations-Rath com um número de galões correspondente à longitude de seu título. Preferiram concertarse internacionalmente. E ainda mais. Grande número de barcos de vela que prestam serviço entre os portos alemães e os de Escandinavia, bem como os de Rússia, aderiram-se também a esses sindicatos, com o fim de estabelecer

certa harmonia no cruzamento dos barcos.
Tendo surgido livremente tais associações e sendo voluntária a adesão a elas, não têm que ver nada com os governos. É possível, é muito provável em todo caso, que também aqui o grande capital oprima ao pequeno. Pode ser também que o sindicato tenha tendências a erigir-se em monopólio, sobretudo com o precioso patronato do Estado, que não deixará de misturar-se em isso. Só que não esqueçamos que esses sindicatos representam uma associação cujos membros não têm mais do que interesses pessoais; mas se cada armador se visse obrigado, pela socialização da produção, do consumo e da mudança, a fazer parte de outra, cem associações precisas para cobrir suas necessidades, mudariam de aspecto as coisas. Poderoso no água o grupo dos bateleros, sentiríase débil em terra firme e moderaria suas pretensões, para concertarse com os transportes ferroviários, as manufaturas e outros grupos.
Já que falamos de navios e barcas, citemos uma das mais formosas organizações que surgiram em nosso século, uma daquelas que com mais justos títulos podem orgulhar-nos: é a associação inglesa de Salvamento de náufragos (Lifebotat Associations). Sabido é que todos os anos vão despedaçar-se mais de mil navios nas costas de Inglaterra. Em alta mar, um bom barco rara vez teme a tempestade. Junto às costas lhe aguardam os perigos: mar agitado que lhe rompe o codastre, rachas de vento que lhe arrebatam mastros e velas,

correntes que lhe fazem ingovernável, recifes e baixios sobre os quais vai encalhar. Inclusive quando em outros tempos os habitantes das costas acendiam fogueiras para atrair aos navios para os escolhos e apoderar-se de seu carregamento, segundo costume, sempre fizeram tudo o possível para salvar às tripulações. Ao ver a um navio em mau transe, lançavam suas cascas de noz e dirigíanse em socorro dos náufragos, para encontrar muito com freqüência eles mesmos a morte entre as ondas. Cada choça a orla do mar tem suas lendas do heroísmo, despregado pela mulher igual que pelo homem, para salvar às tripulações em via de perder-se. O Estado e os sábios fizeram alguma coisa para diminuir o número dos sinistros. Os faróis, os sinais, os mapas, as advertências meteorológicas o reduziram, certamente, muito. Mas sempre ficam cada ano um milhar de embarcações e muitos milhares de vidas humanas que salvar. Por isso, alguns homens de boa vontade puseram mãos à obra. Bons marinhos, eles mesmos imaginaram um bote de salvamento que pudesse desafiar à tormenta sem pôr-se por montera nem ir-se a pique, e iniciaram algum sino para interessar ao público na empresa, encontrar o dinheiro necessário, construir barcos e situá-los nas costas, em todas partes onde possam prestar serviços. Como essas gentes não eram jacobinos, não se dirigiram ao governo. Tinham compreendido que para realizar bem sua empresa lhes era necessário o concurso, o entusiasmo dos marinhos, seu

conhecimento dos lugares, sua abnegação sobretudo. E para encontrar homens que ao primeiro sinal se lancem de noite ao caos das ondas, sem deixar-se deter pelas trevas nem pelos rompientes, e lutando cinco, seis, dez horas, contra o mar agitado antes de abordar ao navio náufrago, homens dispostos a jogar-se a vida para salvar a dos demais, precisa-se o sentimento de solidariedade, o espírito de sacrifício que não se compra com galões. Assim, pois, teve um movimento inteiramente espontâneo, produto do convênio livre e da iniciativa individual. Centenas de grupos locais se organizaram ao longo das costas. Os iniciadores tiveram o bom sentido de não jogar-se de maestros, procuraram luzes nas choças dos pescadores. Um lorde enviou vinte e cinco mil pesetas para construir um bote de salvamento a um determinado povo da costa; aceptóse o donativo, mas deixando a eleição dos pescadores e marinhos daquela localidade o lugar onde tinha de situar-se o bote. Os pianos das novas embarcações não se fizeram no Almirantazgo. « Já que importa – lemos no relatório da Associação– que os salvadores tenham plena confiança na embarcação que tripulam, a junta se impõe antes de mais nada o dever de dar aos botes a forma e os pertrechos que possam desejar os próprios salvadores.» Por isso cada ano introduz um aperfeiçoamento novo. ¡Tudo pelos voluntários, que se organizam em juntas ou grupos locais! ¡Tudo pela ajuda mútua e pelo comum acordo! ¡Que anarquistas! Por isso

não pedem nada aos contribuintes, e o ano passado se lhes deram 1.076.000 pesetas de quotas voluntárias e espontâneas. Em 1871 a Associação possuía duzentos noventa e três botes de salvamento. Esse mesmo ano salvou seiscentos um náufragos e trinta e três navios. Desde sua fundação salvou trinta e duas mil seiscentos setenta e um seres humanos. Tendo perecido em 1886 entre as ondas três botes de salvamento com todos seus homens, presentáronse centenas de novos voluntários a inscríbirse, a constituir-se em grupos locais, e essa agitação deu por resultado o que se construíssem vinte botes suplementares.

Advirtamos de passagem que a Associação envia cada ano aos pescadores e marinhos excelentes barómetros a um preço três vezes menor que seu valor real, propaga os conhecimentos meteorológicos e tem aos interessados a par das variações bruscas previstas pelos sábios. Repetimos que as pequenas juntas ou grupos locais não têm organização hierárquica e se compõem unicamente de voluntários para o salvamento e de pessoas que se interessam por essa obra. A junta central, que é mais bem um centro de correspondência, não intervém em absoluto. Verdade é que quando no município se trata de votar a respeito de um assunto de educação ou de imposto local, essas juntas não tomam parte como tais nas deliberações –modéstia que, por desgraça, não imitam os eleitos de uma prefeitura-. Mas; por outra parte, essas boas gentes não

admitem que quem não têm arrostrado nunca as tormentas, imponham-lhes leis a respeito do salvamento. AO primeiro sinal de apuro, vão, se conciertan e jogam adiante. Nada de galões, muita boa vontade.

Imaginai-vos que alguém vos tivesse dito faz vinte e cinco anos: « Tão capaz como é o Estado para fazer matar vinte mil homens num dia e que saiam feridos outros cinquenta mil, é incapaz para prestar socorro a suas próprias vítimas. Por tanto, enquanto exista a guerra, faz falta que intervenha a iniciativa privada e que os homens de boa vontade se organizem internacionalmente para essa obra humanitária.» ¡Que dilúvio de burlas tivesse chovido sobre quem tivesse ousado empregar esta linguagem! Em primeiro termo, tivessem-lhe tratado de utópico, e se depois se tivesse dignado abrir a boca, tivessem-lhe respondido: « Precisamente faltarão voluntários ali onde mais se deixe sentir sua necessidade. Vossos hospitais livres estarão todos centralizados em lugar seguro, ao passo que se carecerá do indispensável nas ambulâncias. As rivalidades nacionais se as arrumarão de maneira que os pobres soldados morrerão sem socorro» . Tantos oradores, outras tantas reflexões de desalento. ¡Quem de nós não ouviu perorar nesse tom!

Pois bem; já sabemos o que passa. Organizaram-se livremente sociedades da Cruz Vermelha em todas partes, em cada país, em milhares de localidades, e ao estourar a guerra de 1870-71, os

voluntários pusiéronse à obra. Homens e mulheres foram a oferecer seus serviços. Organizáronse a milhares os hospitais e as ambulâncias, correram trens a levar ambulâncias, víveres, roupas, medicamentos para os feridos. As comissões inglesas enviaram comboios inteiros de alimentos, vestidos, ferramentas, grão para semear, animais de tiro, ¡até arados de vapor para ajudar à labranza dos departamentos assolados pela guerra! Conferi tão só A Cruz Vermelha, por Gustavo Moynier, e vos assombrará realmente o imenso da tarefa levada a cabo. A abnegação dos voluntários da Cruz Vermelha foi superior a todo encomio. Só pediam ocupar os postos dá maior perigo. E ao passo que os médicos assalariados pelo Estado fugiam com seu estado maior ao aproximar-se os prusianos, os voluntários da Cruz Vermelha continuavam suas lides sob as balas, suportando as brutalidades dos oficiais bismarckistas e napoleônicos, esbanjando os mesmos cuidados aos feridos de todas as nacionalidades: holandeses e italianos, suecos e belgas; até japoneses e chineses, entendíanse às mil maravilhas. Distribuíam seus hospitais e ambulâncias segundo as necessidades do momento; sobretudo rivalizavam na higiene de seus hospitais. ¡Quantos franceses falam ainda com profunda gratidão dos ternos cuidados que receberam por parte de tal ou qual voluntário, holandês ou alemão, nas ambulâncias da Cruz Vermelha! ¡Que lhe importa ao autoritário! Seu ideal é o médico do regimento, o assalariado do

Estado. ¡Ao diabo, pois, a Cruz Vermelha com seus hospitais higiénicos, se os enfermeiros não são servidores públicos! Tenho aqui uma organização nascida ontem e que conta neste momento seus membros por centenas de milhar; que possui ambulâncias, hospitais, trens, elabora procedimentos novos para tratar as feridas, e que se deve à iniciativa de uns quantos homens de coração. Se nos dirá talvez que os Estados também supõem algo nessa organização? Si; os Estados puseram a mão para apoderar-se dela.
As juntas diretivas estão presididas por esses a quem os lacayos chamam príncipes de sangue real. Imperadores e rainhas esbanjam seu patronato às juntas nacionais. Mas não é a esse patronazgo ao que se deve o triunfo da organização, senão às mil juntas locais de cada nação, à atividade de seus indivíduos, à abnegação de todos os que tratam de aliviar às vítimas da guerra. ¡E ainda seria muito maior essa abnegação se o Estado não interviesse absolutamente em nada!
Em todo caso, não foi por ordens de nenhuma junta diretiva internacional pelo que ingleses e japoneses, suecos e chineses se apressaram a enviar socorros aos feridos de 1871. Os hospitais se levantavam no território invadido, e as ambulâncias iam aos campos de batalha, não por ordens de nenhum ministério internacional, senão por iniciativa dos voluntários de cada país. Uma vez no lugar, não se atiraram das greñas, como previam os jacobinos: todos se puseram à obra, sem distinção de nacionalidades.

Não acabaríamos se quiséssemos multiplicar os exemplos tomados da arte de exterminar aos homens. Baste-nos somente citar as sociedades inumeráveis a que sobretudo deve o exército alemão sua força, que não depende só de sua disciplina, como em general se crê. Essas sociedades pululan em Alemanha e têm por objetivo propagar os conhecimentos militares. Num dos últimos congressos da Aliança militar alemã (Kriegerbund) viram-se delegados de dois mil quatrocentas cinquenta e duas sociedades federadas entre si, com cento cinquenta e um mil setecentos doze membros. Sociedades de tiro, de jogos militares, de jogos estratégicos, de estudos topográficos: tenho aqui os ateliês onde se elaboram os conhecimentos técnicos do exército alemão, e não nas escolas de regimento. É uma rede formidável de sociedades de todas classes, que englobam militares e paisanos, geógrafos e ginastas, caçadores e técnicos; sociedades que espontaneamente se organizam, federam-se; discutem e vão fazer explorações ao campo.

Estas associações voluntárias e livres são as que constituem a verdadeira força do exército alemão. Seu objetivo é detestável: a sustentação do império. Mas o que nos importa registrar é que o Estado –apesar de seu grandísima missão, que é a organização militar– compreendeu que seu desenvolvimento séria tanto mais verdadeiro quanto mais se abandone ao livre acordo dos grupos e à livre iniciativa dos indivíduos. Até em matéria guerreira se recorre ao

livre acordo comum, e para confirmar nosso aserto, baste mencionar os trezentos mil voluntários ingleses, a Associação nacional inglesa de Artilharia e a sociedade que; está organizando-se para a defesa das costas de Inglaterra, que se se constitui será bem mais ativa do que o ministério de Marinha com seus coraçados que dão orzadas, e seus bayonetas que se dobram como chumbo. Em todas partes abdica o Estado, abandona suas funções sacrosantas aos particulares. Em todas partes se apodera de seus domínios a organização livre. Mas todos os fatos que acabamos de citar mal permitem entrever o que o comum acordo livre nos reserva no vindouro, quando já não tenha Estado.

Objeções

1

Não temos por que ocupar-nos em recusar as objeções que se fazem ao comunismo autoritário: nós mesmos levantamos ata delas. Farto sofreram as nações civilizadas na luta que tinha de concluir pela manumisión do indivíduo para poder renegar de seu passado e tolerar um governo que viesse impor-se até nos menores detalhes da vida do cidadão, ainda que esse governo não tivesse outro objetivo que o bem da comunidade. Se alguma vez chegasse a constituir-se uma sociedade comunista autoritária, não duraria, e bem cedo se veria obrigada, pelo descontentamento geral, a dissolver-se ou a

reorganizar-se sobre princípios de liberdade, Vamos ocupar-nos de uma sociedade comunista anarquista, de uma sociedade que reconheça a liberdade plena e completa do indivíduo, não admita nenhuma autoridade e não empregue violência alguma para forçar ao homem ao trabalho.

O que faz esta ligeireza tanto mais surpreendente é do que até na economia política capitalista se encontram já alguns escritores conduzidos pela força das coisas a pôr em dúvida este axioma dos fundadores de sua ciência, axioma segundo o qual a ameaça da fome seria o melhor estimulante do homem para o trabalho ou produtivo. Começam a advertir que entra na produção verdadeiro elemento coletivo, farto descuidado até nossos dias, e que pudesse ser bem mais importante do que a perspectiva do ganho pessoal. A qualidade inferior do labor assalariada, a horrível perda de força humana nos trabalhos da agricultura e da indústria modernas, o número sempre crescente de holgazanes que hoje tentam descarregar-se sobre os ombros dos demais, a falta de certo atrativo na produção, que se faz cada vez mas manifesta, tudo começa a preocupar até aos economistas da escola clássica. Alguns deles se perguntam se não erraram o caminho ao raciocinar a respeito de um ser imaginário, idealizado em feio, a quem se supunha guiado exclusivamente pela isca do ganho ou do salário.

Esta heresia penetra até nas universidades, aventura-se nos livros de

ortodoxia economista. O qual não impede que um grandísimo número de reformadores socialistas continuem sendo apoiantes da remuneração individual e defender a vetusta cidadela do asalariamiento, quando seus defensores de antanho a entregam já pedra por pedra ao assaltante. Assim, pois, teme-se que, sem forçá-la a isso, a massa não queira trabalhar. Mas, não ouvimos já em nossa vida expressar essas mesmas aprensiones pelos escravistas dos Estados Unidos antes da manumisión dos negros, e pelos senhores russos antes da manumisión dos servos? Sem o chicote não trabalhará o negro, diziam os escravistas. Longe da vigilância do amoo, o servo deixará incultos os campos, diziam os boyardos russos. Cantinela dos senhores franceses de 1789, cantinela da Idade Média, cantinela tão velha como o mundo, ouvimo-la sempre que se trata de consertar uma injustiça na humanidade.

E a realidade vem dar-lhe todas as vezes um solene mentis. O camponês isentado em 1792 lavrava com uma energia feroz, desconhecida por seus antepassados; o negro liberto trabalha mais do que seus pais, e o lavrador russo, depois de ter honrado a lua de mel da manumisión festejando as sextas-feiras como os domingos, voltou com tanto mais afã quanto mais completa foi sua, liberdade. Ali onde não lhe falta terra, lavra com encarnizamiento, bem como soa. O estribilho escravista pode ser válido para os proprietários de escravos. Quanto aos escravos mesmos, sabem o que vale e

conhecem seus motivos. Por outra parte, quem senão os economistas nos ensinam que se o assalariado cumpre de qualquer modo sua tarefa, em mudança o trabalho intenso e produtivo só é obra do homem que acrece seu bem-estar em proporção de seus esforços? Todos os cânticos entoados em loor da propriedade se reduzem precisamente a este axioma.

Porque –coisa notável– quando querendo celebrar os benefícios da propriedade, os economistas nos mostram como uma terra inculta, um pântano ou um pedregal se cobrem de ricas mieses com o suor do camponês proprietário, não provam de nenhum modo sua tese em favor da propriedade. Ao admitir que a única garantia para não ser despojado dos frutos de seu trabalho é o possuir o instrumento para trabalhar –o qual é verdadeiro-, só provam que o homem não produz realmente senão quando trabalha com certa liberdade, quando suas ocupações são em' certo modo : electivas, quando não tem vigilante que lhe moleste, e por último, quando vê que seu trabalho lhe aproveita como a outros que fazem o mesmo que ele, e não a um holgazán qualquer. Isso é tudo o que pode deduzir-se de sua argumentação, e é o que também afirmamos nós. Quanto à forma de posse do instrumento de trabalho, isso não intervém mais do que indiretamente em sua demonstração para assegurar ao cultivador do que ninguém lhe arrebatará o benefício de seus produtos nem de suas melhoras.

E para apoiar sua tese em favor da propriedade contra qualquer outra forma de posse, não devessem mostrar-nos os economistas que a terra não produz nunca tão ricas mieses sob a forma de posse comunista como quando a posse é pessoal? Pois bem, não é assim; adverte-se o contrário. Tomai como exemplo um município do cantón de Vaud, na época em que todos os homens do povo vão em inverno a cortar lenha no bosque que pertence a todos. Precisamente durante essas festas do trabalho é quando se mostra mais ardor na lide e mais considerável despregue de força humana. Nenhum labor assalariada, nenhum esforço de proprietário poderiam suportar a comparação.

Ou tomai o de uma aldeia russa, todos os habitantes da qual vão a dallar um prado pertencente ao município ou arrendado por ele, e ali compreendereis o que o homem pode produzir quando trabalha em comum para uma obra comum. Os colegas rivalizam entre si a ver quem traça com a guadaña o círculo mais largo; as mulheres se apressam em seu seguimento para não se deixar adiantar mais cada vez pela erva dallada. É outra festa do trabalho, durante o que cem pessoas juntas fazem em poucas horas o que por separado tivesse exigido alguns dias de trabalho. ¡Que triste contraste forma a seu lado o trabalho do proprietário individual! Por último, se poderiam citar milhares de exemplos entre os roturadores de América, nas aldeias de Suiça, Alemanha, Rússia e certa parre de França; os

trabalho vos fatos pelas quadrilhas (arteles) de pedreiros, carpinteiros, barqueros, pescadores, etcétera, que empreendem uma tarefa para repartir-se diretamente os produtos ou até a remuneração, sem passar pelo intermediário dos contratistas.

O bem-estar, isto é, a satisfação das necessidades físicas, artísticas e morais, bem como a segurança dessa satisfação, foram sempre o mais poderoso estímulo para o trabalho. E enquanto o mercenário mal consegue produzir o estritamente necessário, o trabalhador livre, que vê aumentar para ele e para os demais o bem-estar e o luxo em proporção de seus esforços, desprega infinitamente mais energia e inteligência e obtém produtos de primeiro ordem bem mais abundantes. O um se vê fincado à miséria, e o outro pode esperar no vindouro a folga e suas gozes.

2

Tudo o que hoje se possa descarregar em outros o labor indispensável para a existência se apressa a fazê-lo, e é coisa admitida que sempre sucederá assim. Pois bem; o trabalho indispensável para a existência é essencialmente manual. Por mais artistas e sábios do que sejamos, nenhum de nós pode passar-se sem os produtos obtidos pelo trabalho dos braços: pão, vestidos, caminhos, barcos, luz, calor, etcétera. Ainda mais: por elevadamente artísticos ou sutilmente metafísicos que sejam nossos gozes, não há nem uno que não se funde no trabalho manual. E precisamente

desse labor –fundamento da vida– é do que cada qual trata de descarregar-se. Compreendemo-lo perfeitamente; assim deve ser hoje. Porque fazer um trabalho manual significa na atualidade encerrar-se dez e doze horas alvos num ateliê malsano e permanecer dez, trinta anos, toda a vida, amarrado à mesma lide. Isso significa condenar-se a um salário mesquinho, estar entregado à incerteza do manhã, ao desemprego forçado, muito com freqüência à miséria, e com mais freqüência ainda à morte num hospital, depois de ter trabalhado quarenta anos em alimentar, vestir, recrear e instrir a outros que não são um mesmo nem seus próprios filhos. Isso significa levar toda a vida aos olhos dos demais o selo da inferioridade e ter um mesmo consciência dessa inferioridade. Porque digam o que queiram os bons senhores, o trabalhador manual se vê considerado sempre como inferior ao trabalhador do pensamento, e o que trabalhou dez horas no ateliê não tem tempo, nem menos médios, para proporcionar-se os altos gozes da ciência e da arte, nem sobretudo para preparar-se a apreciá-los; tem que se contentar com as migalhas que caem da mesa dos privilegiados. Efetivamente, que interesse pode ter esse trabalho embrutecedor para o obreiro que de antemão conhece sua sorte, que desde o berço ao sepulcro viverá na medianía, na pobreza, na insegurança do manhã? Por isso, quando se vê à imensa maioria dos homens retomar cada manhã a triste tarefa, surpreende-nos sua

perseverança, sua adesão ao trabalho, o costume que lhes permite, como a uma máquina que obedece às cegas o impulso dado, levar essa vida de miséria sem esperança do manhã, até sem entrever com vadia clareza que algum dia eles, ou pelo menos seus filhos, farão parte dessa humanidade, rica por fim com todos os tesouros da livre natureza, Com todos os gozes do saber e da criação científica e artística reservados hoje para alguns privilegiados. Já é tempo de submeter a uma séria análise essa lenda de trabalho superior que se pretende obter com o chicote do salário.

Basta visitar, não a manufatura e a fábrica modelos que se encontram cá e lá como exceções, senão os ateliês como são quase todos, para conceber o imenso esbanjo de força humana que caracteriza à indústria atual. Para uma fábrica organizada mais ou menos; racionalmente, há cem ou mais do que esbanjam o trabalha do homem, essa força preciosa, sem outro motivo mais sério do que o proporcionar talvez mais duas cachorras diárias ao patrono. Aqui veis moços de vinte a vinte e cinco anos todo o dia num banco, afundado o peito, movendo febrilmente a cabeça e o corpo para anudar com uma velocidade de prestidigitadores os dois cabos de um mau hilacho de algodão. Que descendência deixarão na terra esses corpos trémulos e raquíticos? Mas... ¡ocupam tão pouco espaço na fábrica, e me produzem cada um média peseta diária!, dirá o patrono.

Ali veis numa imensa fábrica de Londres moças calvas aos dezessete anos, a força de levar na cabeça de uma sala a outra bandejas de fósforos, quando a máquina mais singela poderia arcá-las até suas mesas. Mas... ¡custa tão pouco o trabalho das mulheres que não têm ofício especial! Para que uma máquina? Quando estas não possam mais, ¡se as substituirá tão facilmente! ¡Há tantas na rua! À porta de uma casa rica, numa noite gelada;- encontrareis um menino dormido, descalço, com seu feixe de jornais entre os braços. O trabalho infantil custa tão pouco, que se lhe pode empregar cada tarde em vender por valor de uma peseta de jornais, com o qual ganhará o pobrecillo dois ou três cachorras garotas. Vede, em fim, um homem robusto que se passeia com os braços pendurando; está em desemprego forçado durante meses inteiros, enquanto sua filha se agosta entre os vapores reaquecidos do ateliê de aprestar tecidos, e enquanto seu filho cheia a mão tarros de graxa ou aguarda horas inteiras na esquina da cale a que um transeunte lhe faça ganhar um real. Se falais com o diretor de uma fábrica bem organizada, vos explicará candorosamente que é difícil encontrar hoje um obreiro hábil, vigoroso, enérgico, com arranque para o trabalho. Se se apresenta algum, entre os vinte ou trinta que vêm cada segunda-feira a pedir trabalho, está seguro de ser recebido, ainda que estivéssemos resolvidos a diminuir o número de braços. Se lhe reconhece a primeira vista e se lhe aceita sempre, com o propósito de despedir o

dia seguinte um funcionário velho ou menos ativo. E esse a quem se acaba de despedir, todos os que o serão amanhã, vão reforçar esse imenso exército de reserva do capital –os obreiros sem trabalho– que não se chama senão nos momentos de pressas ou para vencer a resistência dos grevistas.

Esse refugo das melhores fábricas, esse trabalhador médio, vai unir-se com o também formidável exército dos obreiros velhos ou pouco hábeis que circula de contínuo nas fábricas secundárias, as que mal cobrem gastos e saem do passo com fraudes e añagazas postas ao comprador, e sobretudo ao consumidor dos países remotos. E se falais com o mesmo trabalhador, sabereis que a regra geral dos ateliês é que o obreiro não faça nunca tudo o que é capaz de fazer. ¡Desgraçado do que ao entrar numa fábrica inglesa não seguisse este conselho que lhe dão seus colegas! Porque os trabalhadores sabem que se num momento de generosidade cedem às instâncias de um patrono e consentem em fazer intensivo o trabalho para concluir encomendas apremiantes, esse trabalho nervoso se erigirá daqui por diante como regra na escala dos salários. Por isso, em nove fábricas de cada dez, preferem não produzir nunca tanto como poderiam.

Em certas indústrias se limita a produção, com o fim de manter altos os preços, e as vezes corre a ordem de Cocanny, que significa: ¡A má paga, mau trabalho

3

Os que estudaram em sério a questão, não negam nenhuma das vantagens do comunismo –por suposto, a condição de que seja perfeitamente livre, isto é, anarquista-. Reconhecem que o trabalhador pago em dinheiro, ainda que se disfarce com o nome de bônus nas associações obreiras governadas pelo Estado, guardaria o selo do asalariamiento e conservaria todos seus inconvenientes. Compreendem que não demoraria em sofrer por essa causa o sistema inteiro, ainda que a sociedade entrasse em posse dos instrumentos para produzir. Admitem que, graças à educação integral dada a todos os meninos, aos hábitos laboriosos das sociedades civilizadas, com a liberdade de eleger e variar as ocupações e o atrativo do trabalho feito por iguais para bem-estar de todos, numa sociedade comunista não iam faltar produtores que bem cedo triplicariam e decuplicarían a fecundidade do solo e dariam novo impulso à indústria.

Mas o perigo –dizem nossos contradictores– virá dessa minoria de preguiçosos que não quererão trabalhar, apesar das excelentes condições que farão agradável o trabalho, ou que não porão em isso regularidade e constância. Hoje, a perspectiva da fome obriga aos mais refratários a marchar ao passo dos outros. Pois bem; a remuneração segundo o trabalho feito, não é o único sistema que permite exercer essa força, sem menoscabar os sentimentos do trabalhador? Porque qualquer outro meio implicaria a contínua

intervenção de uma autoridade, que bem cedo repugnaria ao homem livre. Esta objeção entra na categoria dos raciocínios com os quais se trata de justificar o Estado, a lei penal, o juiz e o carcereiro. Já que –dizem os autoritários– há gentes –uma escassa minoria– que não se submetem aos costumes sociais, preciso é manter o Estado, por custoso que seja, e a autoridade, o tribunal e o cárcere, ainda que estas mesmas instituições sejam uma fonte de novos males de todas classes.

Também pudéssemos limitar-nos a responder o que tantas vezes repetimos a propósito da autoridade em general: Para evitar um mal possível, recorreis a um meio que é um mal maior e que se converte em origem desses mesmos abusos que desejais remediar. Porque não esqueçais que o asalariamiento –a impossibilidade de viver de outro modo que vendendo sua força de trabalho– é o que criou o sistema capitalista atual, cujos vícios começais a reconhecer.

Também pudéssemos fazer notar que este raciocínio é um simples alegado para defender o que existe. O asalariamiento atual não se instituiu para remediar os inconvenientes do comunismo. É outro sua origem, como o do Estado e o da propriedade. Nasceu da escravatura e da servidão impostas pela força, e nada mais é do que uma modificação modernizada delas. Por isso tal argumento não tem mais valor do que aqueles com os quais se trata de justificar a propriedade e o Estado.

Não é evidente que se uma sociedade fundada no princípio do trabalho livre se visse realmente ameaçada pelos holgazanes, poderia pôr-se em guarda contra eles sem criar uma organização autoritária ou recorrer ao asalariamiento? Suponhamos um grupo de certo número de voluntários que se unam numa empresa qualquer, para cujo bom resultado rivalizem todos em zelo, salvo uno dos sócios que falte com freqüência a seu posto. Se deverá por causa dele dissolver o grupo, nomear um presidente que imponha multas ou distribuir, como na academia, fichas de assistência? É evidente que não se fará nem o uno nem o outro, senão que um dia se lhe dirá ao camarada que ameaça jogar a perder a empresa: Amigo, nos agradaria que trabalhasses conosco; mas como com freqüência faltas de teu posto ou descuidas tua tarefa, devemos separar-nos. ¡Vê-te em procura de outros colegas que se conformem com teu holgazanería!

Pretende-se, pelo geral, que o patrono omnisciente e seus vigilantes mantêm a regularidade e a qualidade do trabalho na fábrica. Em realidade, numa empresa, por pouco complicada que seja, cuja mercadoria passe por muitas mãos antes de terminar-se, a mesma fábrica, o conjunto dos trabalhadores, é quem vela por bem condições do trabalho. Por isso as melhores fábricas inglesas da indústria privada têm tão poucos contramaestres, muitos menos, por meio-termo, que as fábricas francesas, e incomparavelmente menos

do que as fábricas inglesas do Estado. Quando uma companhia de transportes ferroviários, federada com outras companhias, falta a seus compromissos, atrasa seus trens e deixa detidas as mercadorias em suas estações, as outras companhias ameaçam com rescindir os contratos, e isso costuma bastar.

Se crê geralmente, ou pelo menos se ensina, que o comércio não é fiel a seus compromissos senão sob a ameaça dos tribunais; não há nada disso. De dez vezes nove, o comerciante que tenha faltado a sua palavra não comparecerá ante um juiz. Onde o comércio é muito ativo, como em Londres, o fato de que um devedor tenha obrigado a litigar, basta à maioria dos comerciantes para abster-se daqui por diante de ter negócios com quem lhes tenha feito recorrer ao advogado. Uma associação, por exemplo, que estipulasse com cada um de seus membros o contrato seguinte, não teria holgazanes: Estamos dispostos a garantir-te o goze de nossas casas, de nossos armazéns, ruas, meios de transporte, escolas, museus, etcétera, a condição de que de vinte e cinco a quarenta e cinco ou cinquenta anos de idade consagres quatro ou cinco horas diárias a um dos trabalhos que se reconhecem como necessários para viver.

Elege tu mesmo quando queiras os grupos de que tens de fazer parte ou constitui um novo, contanto que se encarregues de produzir o necessário. E durante o resto de teu tempo, reúne-te com quem te plazca com a mira de qualquer recreio de arte, de ciência a

teu gosto. Mil duzentas ou mil quinhentas horas de trabalho ao ano num dos grupos que produzem o alimento, o vestido e o alojamento, ou se empregam na salubridade pública, os transportes, etcétera, é tudo o que te pedimos para garantir-te quanto produzam ou produziram esses grupos. Mas se nenhum dos milhares de grupos de nossa federação quer receber-te, qualquer que seja o motivo, se és absolutamente incapaz de produzir nada útil ou te negas a fazê-lo, vive como um isolado ou como os enfermos! Se somos bastante ricos para não te negar o necessário, com muito gosto to daremos: és homem e tens direito a viver. Já que queres colocar-te em condições especiais e sair das filas, é mais do que provável do que em tuas relações cotidianas com os outros cidadãos te ressintas disso.

Te olharão como um sobrevivente da sociedade burguesa, a não ser que teus amigos, considerando-te como um gênio, apressem-se a livrar-te de toda obrigação moral para com a sociedade, fazendo por ti o trabalho necessário para a vida. E em fim, se isso não te agrada, vete pelo mundo em procura de outras condições. Ou bem, encontra partidários e constitui com eles outros grupos que se organizem com novos princípios. Nós preferimos os nossos.

4

Dize-se muito com freqüência entre os trabalhadores, que os burgueses são uns holgazanes. Efetivamente, há bastante, mas são a

exceção. Pelo contrário, em cada empresa indústria. há a segurança de encontrar um ou vários burgueses que trabalham muito. Verdade é que a maioria deles aproveitam sua situação privilegiada para adjudicar-se os trabalhos menos penosos, e que trabalham em condições higiénicas de alimento, ar, etcétera, que lhes permitem desempenhar sua tarefa sem um excesso de fadiga. Precisamente, essas são as condições que pedimos para todos os trabalhadores sem exceção. Preciso isto é também que, graças a sua posição privilegiada, os ricos fazem com freqüência um trabalho absolutamente inútil ou até nocivo para a sociedade. Imperadores, ministros, chefes de escritórios, diretores de fábricas, comerciantes, banqueiros, etcétera, obrigam-se a executar durante algumas horas diárias um trabalho que encontram mais ou menos aborrecedor, pois todos preferem suas horas de holganza a essa tarefa obrigatória. E se no 90 por 100 dos cases essa tarefa é funesta, não a encontram por isso menos fatigosa. Mas precisamente porque os burgueses empregam a maior energia em fazer o mau (a sabiendas ou não) e em defender sua posição privilegiada, por isso venceram à nobreza senhorial e continuam dominando à massa do povo. Se fossem holgazanes faz muito tempo que já não existiriam, e tivessem desaparecido como os aristocratas de sangue. Numa sociedade que só lhes exigisse quatro ou cinco horas diárias: de trabalho útil, agradável e higiénico, desempenhariam perfeitamente sua tarefa e

não agüentariam, sem reformá-las, as horríveis condições nas quais mantêm hoje o trabalho. Se um Pasteur passasse cinco horas nada mais nos esgotos, bem cedo encontraria o meio de fazê-las tão saudáveis como seu laboratório bacteriológico. Quanto à holgazanería da maior parte dos trabalhadores, os economistas e os filántropos são os únicos que falam disso. Falai disso a um industrial inteligente, e vos dirá que se aos trabalhadores se lhes pusesse na cabeça vaguear, não teria mais remédio do que fechar todas as fábricas, pois nenhuma medida de severidade e nenhum sistema de espionagem poderia impedí-lo. Tinha que ver no inverno último o terror provocado entre os industriais ingleses, quando alguns agitadores se puseram a pregar a teoria do co-canny, a má paga, mau trabalho; fazer que fazemos, não jogar o bofe e desperdiçar tudo o que se possa. ¡Desmoralizam ao trabalhador, querem matar a indústria!, gritavam os mesmos que antes tronaban contra a imoralidade do obreiro e a má qualidade de seus produtos. Mas se o trabalhador fosse, como o representam os economistas, o preguiçoso a quem de contínuo há que ameaçar com despedir-lhe do ateliê, que significaria a palavra desmoralização? Assim, quando se fala de holgazanería possível, há que compreender que se trata de uma minúscula minoria na sociedade. E antes de legislar contra essa minoria, não é urgente conhecer sua origem? Quem observe com inteligência; sabe muito bem que o menino reputado como

preguiçoso na escola é com freqüência aquele que compreende mau o que lhe ensinam mau.

Bem mais freqüentemente ainda, seu caso prove de anemia cerebral, consecutiva à pobreza e a uma educação antihigiénica. Alguém disse que o pó é a matéria que não está em seu lugar. A mesma definição se aplica às nove décimas dos chamados preguiçosos. São pessoas extraviadas numa senda que não responde a seu temperamento nem a sua capacidade. Lendo as biografias dos grandes homens, choca o número de preguiçosos que há entre eles. Preguiçosos enquanto não encontraram seu verdadeiro caminho, e laboriosos tenazes mais tarde. Darwin, Stephenson e tantos outros figuravam entre esses preguiçosos. Farto com freqüência, o preguiçoso nada mais é do que um homem a quem repugna fazer toda sua vida a dieciochava parte de um alfinete ou a centésima parte de um relógio, quando se encontra com uma exuberancia de energia que quisesse gastar em outra coisa. Também com freqüência é um rebelde que se subleva contra a idéia de estar toda sua vida amarrado a esse banco, trabalhando para proporcionar mil gozes ao patrono, sabendo que é muito menos estúpido do que ele, e sem outra razão que ter nascido num cuchitril, em vez de ter vindo ao mundo num palácio. Em fim, bom número de preguiçosos não conhecem o ofício em que se vêem obrigados a ganhar-se a vida. Vendo a obra imperfeita que sai de suas mãos, esforçando-se em vão em fazê-la melhor e

compreendendo do que nunca o conseguirão por causa dos males hábitos de trabalho já adquiridos, tomam ódio a seu ofício e até ao trabalho em general, por não saber outro. Milhares de obreiros e de artistas abortados se acham neste caso. Sob uma só denominação, a preguiça, agruparam-se toda uma série de resultados devidos a causas diferentes, cada uma das quais pudesse converter-se num manancial de bens em vez de ser um mal para a sociedade. Aqui, como na criminalidade, como em todas as questões concernientes às faculdades humanas, reuniram-se fatos que nada têm de comum entre si. Diz-se preguiça ou crime, sem tomar-se sequer o trabalho de analisar suas causas.

Apressa-se a castigá-los, sem perguntar-se sequer se o castigo não contém uma prima à preguiça ou ao crime. Tenho aqui por que uma sociedade livre, se visse aumentar em seu seio o número de holgazanes, pensaria sem dúvida em pesquisar as causas de sua preguiça para tratar de suprimí-las antes de recorrer aos castigos. Quando se trata, segundo já dissemos, de um simples caso de anemia, antes de anemia de ciência o cérebro do menino, dai-lhe antes de mais nada sangue; fortalecei-lhe para que não perca o tempo, levai-lhe ao campo ou a orlas do mar. Ali, ensinai-lhe ao ar livre, e não nos livros, a geometria, medindo com ele as distâncias até os penhascos próximos; aprenderá as ciências naturais pegando flores e pescando no mar; a física, fabricando o bote em que irá de

pesca. Mas, por favor, não enchais seu cérebro de frases e de línguas mortas. ¡Não hagáis dele um preguiçoso!

Não veis que com vossos métodos de ensino, elaborados por um ministério para oito milhões de escolares, que representam oito milhões de capacidades diferentes, não fazeis mais do que impor um sistema bom para medianías, imaginado por uma média de medianías? Vossa escola se converte numa universidade de preguiça, como vossa prisão é uma universidade do crime. Liberai a escola, aboli vossos graus universitários, chamai aos voluntários do ensino, começai assim em vez de ditar leis contra a preguiça que não farão senão regulamentá-la. Dai ao obreiro que deve cingir-se a fabricar uma minúscula parte de um artigo qualquer, que se afoga junto a uma máquina de furar, que conclui por aborrecer dai-lhe a probabilidade de cultivar a terra, derrubar árvores no bosque, correr no mar contra a tormenta, sulcar o espaço numa locomotiva. Mas não hagáis dele um preguiçoso, obrigando-lhe toda a vida a vigiar uma maquinilla de punzonar a cabeça de um parafuso ou esburacar o olho de uma agulha.

O assalariamento coletivista

1

Em seus planos de reconstrução da sociedade, os colectivistas cometem, a nosso parecer, dois erros. Falam de abolir o regime

capitalista, mas no entanto quereriam manter duas instituições que constituem o fundo desse regime: o governo representativo e o asalariamiento. Do concerniente ao governo que se diz representativo, bastante falamos. É para nós em absoluto incompreensível que homens inteligentes –e não faltam no partido colectivista– possam continuar sendo apoiantes dos parlamentos nacionais ou municipais, depois de todas as lições que a história nos deu sobre esse particular em França, Inglaterra, Alemanha, Suíça e os Estados Unidos. Enquanto vemos afundar-se em todas partes o regime parlamentar e surgir a critica dos princípios mesmos do sistema: –não só de suas aplicações-, como é que socialistas revolucionários defendem esse sistema, condenado a morrer? Se esfuerzan, numa palavra, em procurar o inhallable; mas tido que reconhecer que se foi por mau caminho, e desaparece a confiança num governo representativo. O mesmo sucede com o asalariamiento; porque depois ter proclamado a abolição da propriedade privada e a posse em comum dos instrumentos de trabalho, como pode reclamar-se sob uma ou outra forma que se sustente o asalariamiento? E no entanto, isso é o que fazem os colectivistas ao preconizar os bônus de trabalho. Compreende-se que os socialistas ingleses de começos deste século tenham inventado os bônus de trabalho. Tratavam simplesmente de pôr de acordo o capital e o trabalho, recusando toda idéia de tocar com

violência a propriedade dos capitalistas. Se mais tarde fez seu esse invento Proudhon, também se compreende. Em seu sistema mutualista, tratava de fazer menos ofensivo o capital, apesar da manutenção da propriedade individual, que aborrecia no fundo do alma, mas que conceptuaba necessária como garantia do indivíduo contra o Estado.

Também não estranha que economistas mais ou menos burgueses assim mesmo admitam os bônus de trabalho. Pouco lhes importa que trabalhador se lhe pague em bônus do trabalho ou em moedas com efigie da república ou do império. O que têm empenho em salvar da próxima catástrofe é a propriedade individual de casas habitadas, do solo e das fábricas; em todo caso, a de casas habitadas e o capital necessário para a produção industrial. E para conservar essa propriedade, os bônus de trabalho desempenhariam muito bem seu papel. Contanto que o bônus de trabalho possa mudar-se por jóias e carruagens, o proprietário de casas o aceitará com gosto em troca do aluguel. E enquanto a casa habitada, o campo e a fábrica pertençam a proprietários individuais de qualquer modo terá que lhes pagar por trabalhar em seus campos ou em suas fábricas e habitar em suas casas. Também será preciso pagar ao trabalhador em ouro, papel moeda ou bônus cambiáveis por toda classe de artigos de comércio.

Mas, como pode defender-se esta nova forma do asalariamiento –o

bônus de trabalho– se se admire que a casa, o campo e a fábrica já não são propriedade privada, senão que pertencem ao município ou à nação?2 Examinemos mas devagar este sistema de retribuir o trabalho, engrandecido pelos colectivistas franceses, alemães, ingleses e italianos. Reduz-se pouco mais ou menos a isto: todo mundo trabalha nos campos, fábricas, escolas, hospitais, etcétera; a jornada de trabalho a regula o Estado, a quem pertencem a terra, as fábricas, as vias de comunicação, etcétera. Cada jornada de trabalho se muda por um bônus de trabalho que suponhamos leve impressas estas palavras: oito horas de trabalho. Com este bônus o obreiro pode adquirir nos armazéns do Estado ou das diversas corporações toda classe de mercadorias. O bônus é divisível; de sorte que se pode comprar uma hora de carne, dez minutos de fósforos ou meia hora de fumo. Em vez de dizer vinte cêntimos de sabão depois da revolução colectivista se diria: cinco minutos de sabão.

A maioria dos colectivistas, fiéis à distinção estabelecida pelos economistas burgueses (e por Marx) entre o trabalho qualificado e o trabalho simples, dizem-nos ademais do que o trabalho qualificado ou profissional deverá pagar-se certo número de vezes mais do que o trabalho simples. Assim, uma hora de trabalho de médico deverá considerar-se como equivalente a dois ou três horas do cavador. « O trabalho profissional ou qualificado será um múltiplo do trabalho simples –nos diz o colectivista Groenlund-, porque esse trabalho

requer uma aprendizagem mais ou menos longo.» Outros colectivistas, tais como os marxistas franceses, não fazem tal distinção. « Proclamam a igualdade dos salários.» O doutor, o maestro de escola e o professor serão pagos (em bônus de trabalho) pela mesma tarifa que o cavador. Oito horas de visita de hospital valerão o mesmo que oito horas passadas em trabalhos de cavar, na mina, ou a fábrica.

Alguns fazem uma concessão mais: admitem que o trabalho desagradável ou malsano –tal como o dos esgotos– poderá pagar-se com arranjo a uma taxa mais alta do que o trabalho agradável. « Uma hora de serviço no esgoto –dizem– se contará como duas horas de trabalho do professor» Adicionemos que certos colectivistas admitem o pagamento em conjunto, por corporações. Assim, uma corporação diria: « Aqui há cem toneladas de aço. Para produzí-las fomos cem trabalhadores, e empregamos dez dias. Tendo sido nossa jornada a de oito horas, somam oito mil horas de trabalho para cem toneladas de aço, ou seja oito horas a tonelada.» Depois do qual o Estado lhes pagaria oito mil bônus de trabalho de uma hora cada um, e esses oito mil bônus se repartiriam entre os membros da fábrica como lhes parecesse. Por outra parle, tendo empregado cem mineiros vinte dias para extrair oito mil toneladas de carvão, o carvão valeria duas horas a tonelada, e os dezesseis mil bônus de uma hora cada um, percebidos pela corporação dos mineiros, se

distribuiriam entre eles segundo suas apreciações.
Se os mineiros protestassem e dissessem que a tonelada de aço não deve custar mais do que seis horas de trabalho em lugar de oito; se o professor quisesse fazer-se pagar sua jornada dupla que a enfermeira, então interviria o Estado e arrumaria suas diferenças.
Tal é, em poucas palavras, a organização que os colectivistas querem fazer surgir da revolução social. Como se vê, seus princípios são: propriedade coletiva dos instrumentos de trabalho e remuneração de cada um segundo o tempo empregado em produzir, tendo em conta a produtividade de seu trabalho. Quanto ao regime político, seria o parlamentarismo, modificado pelo mandato imperativo e o referendum, isto é, o plebiscito por si ou por não. Digamos, em primeiro termo, que este sistema nos parece totalmente impraticável.
Os colectivistas começam por proclamar um princípio revolucionário –a abolição da propriedade privada– e o negam em seguida de proclamá-lo, mantendo uma organização da produção e do consumo que nasceu da propriedade privada. Proclamam um princípio revolucionário e ignoram as conseqüências que inevitavelmente deve trazer consigo. Esquecem que o fato mesmo de abolir a propriedade individual dos instrumentos de trabalho (solo, fábricas, vias de comunicação, capitais) tem que lançar à sociedade por vias absolutamente novas; que deve revirar de acima a produção, o mesmo em seu objeto que em seus meios; que todas as

relações cotidianas entre: indivíduos devem modificar-se desde o momento que se considerem como posse comum a terra) a máquina e tudo o demais.

« Não há propriedade privada» , dizem; e em seguida se apressam a manter a propriedade privada em suas manifestações cotidianas.

« Sois uma comunidade quanto à produção; os campos, as ferramentas, as máquinas, tudo o que se fez até hoje, manufaturas, transportes ferroviários, portos, minas, etcétera; tudo é vosso. Não se fará a menor distinção a respeito da parte que toca a cada um nessa propriedade coletiva. » Mas desde o dia seguinte, vos disputareis com toda minuciosidad a parte que ides tomar na criação de novas máquinas, na constituição de novas minas. Tratareis de pesar com exatidão a parte que corresponda a cada um na nova produção. Contareis vossos minutos de trabalho e velareis para que um minuto de vosso vizinho não possa comprar mais produtos do que um minuto vosso.

» E já que a hora não mede nada, já que em tal manufatura um trabalhador pode vigiar seis teares ao mesmo tempo; enquanto em tal outra fábrica não vigia mais do que duas, pesareis a força muscular, a energia cerebral e a energia nervosa que tenhais gastado. Calculareis estritamente os anos de aprendizagem para valorizar a parte de cada um na produção futura. Tudo isso depois de declarar que não tendes de nenhum modo em conta a participação que possa

ter tido na produção passada.» Pois bem; para nós é evidente que uma sociedade não pode organizar-se com arranjo a dois princípios opostos em absoluto, que se contradizem de contínuo. E a nação ou o município que se dessem tal organização, veríanse obrigados a voltar à propriedade privada ou transformar-se imediatamente em sociedade comunista.

3

Dissemos que certos escritores colectivistas pedem que se estabeleça uma distinção entre o trabalho qualificado ou profissional e o trabalho simples. Pretendem que a hora de trabalho do engenheiro, do arquiteto ou do médico, deve contar-se por dois ou três horas do trabalho do ferreiro, do pedreiro ou da enfermeira. E a mesma distinção dizem que deve fazer-se entre toda espécie de ofícios que exijam uma aprendizagem mais ou menos longo e o dos simples peões. Pois bem; estabelecer tal distinção é manter todas as desigualdades da sociedade atual, é traçar de antemão uma linha divisória entre os trabalhadores e os que pretendem governá-los, é dividir a sociedade em duas classes muito diferentes: a aristocracia do saber, acima da plebe de mãos callosas; a uma ao serviço da outra; a uma trabalhando com seus braços para alimentar e vestir aos que se aproveitam do tempo que lhes sobra para aprender a dominar a quem os alimentam.

Isso é ademais recolher um dos rasgos distintivos da sociedade atual

e dar-lhe a sanção da revolução social; é erigir em princípio um abuso que se condena hoje na velha sociedade que se derruba. Sabemos tudo o que se vai responder-nos . Nos falarão do « socialismo científico» . Nos citarão os economistas burgueses –e também a Marx– para demonstrar que a escala dos salários tem sua razão de ser, já que « a força de trabalho» do engenheiro custou mais à sociedade do que « a força de trabalho» do cavador. Efetivamente, não trataram os economistas de demonstrar-nos que se ao engenheiro se lhe paga vinte vezes mais do que ao cavador, é porque os gastos necessários para fazer um engenheiro são mais quantiosos que os necessários para fazer um cavador' E não pretendeu Marx que a mesma distinção é igualmente lógica entre diversos ramos do trabalho manual? Tinha que concluir assim, já que tinha aceitado a doutrina de Ricardo a respeito do valor e sustentado que os produtos se mudam em proporção da quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Mas também sabemos a que ater-nos a respeito deste assunto. Sabemos que se ao engenheiro, ao sábio e ao doutor se lhes paga hoje dez ou cem vezes mais do que ao agricultor e dez vezes mais do que à obreira de uma fábrica de fósforos, não é por seus « gastos de produção» , senão por. um monopólio de educação ou pelo monopólio da indústria. O engenheiro, o sábio e o doutor explodem singelamente um capital –seu diploma– como o burguês explode uma fábrica ou como o

nobre explodia seus pergaminhos. Quanto ao patrono que paga ao engenheiro vinte vezes mais do que ao trabalhador, fá-lo em virtude deste sencillísimo cálculo: se o engenheiro pode economizar-lhe cem mil pesetas ao ano na produção, paga-lhe vinte mil pesetas. E se vê um contramaestre –hábil em fazer suar aos obreiros– que lhe economize dez mil pesetas na mão de obra, apressa-se a dar-lhe duas ou três mil pesetas anuais. Afrouxa um milhar de pesetas mais onde conta ganhar dez; esta é a essência do regime capitalista. O mesmo sucede com as diferenças entre os diversos oficios manuais.

Não se nos vinga falando dos « gastos de produção que custa a força de trabalho» , e dizendo-nos que um estudante que passou alegre sua juventude na universidade tem direito a um salário mais dez vezes alto que o filho do mineiro que se esgotou na mina desde a idade de onze anos, ou que um tecelão tem direito a um salgá-lo três ou mais quatro vezes alto que o agricultor. Os gastos necessários para produzir um tecelão não são mais quatro vezes consideráveis que os gastos necessários para produzir um lavrador. O tecelão se beneficia singelamente das vantagens em que se acha a indústria em Europa com relação aos países que ainda não têm indústria. Ninguém calculou nunca esses gastos de produção. E se um holgazán custa bem mais à sociedade do que um trabalhador, falta saber se tendo-o tudo em conta –mortalidade dos meninos obreiros, anemia que os destrói e mortes prematuras– um robusto jornaleiro não custa mais

à sociedade do que um artesão.

Quererão fazer-nos crer, por exemplo, que o salário de peseta e meia que se paga à obreira parisiense, os trinta cêntimos da camponesa de Auvernia, que fica cega fazendo encaixes, ou as duas pesetas diárias do camponês representam seus gastos de produção. Sabemos que com freqüência se trabalha por menos disso; mas também, que se faz exclusivamente porque graças a nossa magnifica organização, há que se morrer de fome sem esses salários irrisórios.

Também não deixarão de dizer-nos que a escala colectivista dos salários seria, no entanto, um progresso. Mais valerá ver a certos obreiros cobrar uma soma duas ou três vezes maior do que a da generalidade, que ver aos ministros embolsar-se num dia o que o trabalhador não consegue ganhar num ano. Sempre seria isso um passo para a igualdade.

Para nós, esse passo seria um progresso ao revés. Introduzir numa sociedade nova a distinção entre o trabalho simples e o trabalho profissional, já dissemos que conduziria a fazer sancionar pela revolução e erigir em princípio um fato brutal que sofremos hoje, mas encontrando-o, não obstante, injusto. Seria imitar àqueles que em 4 de agosto de 1789 proclamavam com frases efectistas a abolição dos direitos feudais, mas o dia 3 de agosto sancionavam esses mesmos direitos impondo aos lavradores foros para abonar-se aos senhores, a quem punham sob a salvaguardia da revolução. Seria

também imitar ao governo russo, ao reclamar, quando a emancipação dos servos, que a terra pertenceria na sucessivo aos senhores, ao passo que antes era um abuso o dispor de terras pertencentes aos servos.
Ou bem, para tomar um exemplo mais conhecido, quando a Comuna de 1871 decidiu pagar aos membros de seu conselho quinze pesetas diárias, enquanto os federados nas muralhas não cobravam mais do que peseta e meia, esta decisão foi aclamada como um ato de alta democracia igualitária. Em realidade, a Comuna não fazia mais do que ratificar a velha desigualdade entre o servidor público e o soldado, o governo e o governado. Por parte de uma câmara oportunista, semelhante decisão tivesse podido parecer admirável; mas a Comuna faltava assim a seu princípio revolucionário, e por isso mesmo se condenava. Na sociedade atual, quando vemos pagar-se a um ministro cem mil pesetas ao ano, enquanto o trabalhador tem que se contentar com mil ou menos; quando vemos ao contramaestre pago dois ou três vezes mais do que o obreiro, e que entre os mesmos obreiros há todas as gradações, desde dez pesetas diárias até os trinta cêntimos da camponesa, desaprovamos o alto salário do ministro, mas também a diferença entre as dez pesetas do obreiro e os trinta cêntimos da pobre mulher, e dizemos: « ¡Abaixo os privilégios da educação, igual que os do nascimento!» Somos anarquistas, precisamente porque tais

privilégios nos sublevam. Tenho aqui por que, compreendendo certos colectivistas a impossibilidade de manter a escala dos salários numa sociedade inspirada pelo sopro da revolução, apressam-se a proclamar que os salários serão iguais. Mas se despedaçam contra novas dificuldades, e sua igualdade dos salários é uma utopia tão irrealizável como a escala dos outros colectivistas. Uma sociedade que se tenha apoderado de toda a riqueza social e proclamado que todos têm direito a ela –qualquer que fosse a participação que em criá-la tivessem tomado antes-, se verá obrigada a abandonar toda idéia de asalariamiento, seja em moeda, seja em bônus de trabalho, sob qualquer forma que se apresente.

4

« A cada um segundo suas obras» , dizem os colectivistas, ou seja, segundo sua parte de serviços prestados à sociedade. ¡E tal princípio se recomenda para pôr-se em prática quando a revolução tenha posto em comum os instrumentos de trabalho e tudo o necessário para a produção! Pois bem; se a revolução social tivesse a desgraça de proclamar este princípio, seria impedir o desenvolvimento da humanidade; séria abandonar, sem resolvê-lo, o imenso problema social que nos legaram os séculos anteriores. Efetivamente, numa sociedade como a nossa, onde vemos que quanto mais trabalha o homem menos se lhe retribui, este princípio pode parecer ao cedo como uma aspiração para a justiça. Mas no fundo, nada mais é do

que a consagração das injustiças do passado. Por esse princípio começou o asalariamiento, para vir parar às odiosas desigualdades e abominações da sociedade atual.

Porque desde o dia em que começaram a valorizar em moeda ou em qualquer outra espécie de salário os serviços prestados; desde o dia em que se disse que cada um só teria aquilo que conseguisse fazer-se pagar por suas obras, estava escrita de antemão, encerrada em germe neste princípio, toda a história da sociedade capitalista com ajuda do Estado. Os serviços prestados à sociedade, sejam trabalhos nos campos ou nas fábricas, sejam serviços morais, não podem valorizar-se em unidades monetárias, não pode ter medida exata do valor do que impropriamente se chamou valor de mudança, nem do valor da utilidade, com respeito à produção. Se vemos dois indivíduos que trabalham um e outro durante anos cinco horas diárias, em benefício da comunidade e em diferentes trabalhos que lhes agradem o mesmo, podemos dizer em resumo que seus trabalhos são quase equivalentes. Mas não pode fraccionarse seu trabalho e dizer que o produto de cada jornada, hora ou minuto de trabalho do um vale pelo produto de cada minuto e hora do outro. Se pode dizer grosso modo que o homem que durante sua vida se privou de descanso durante dez horas diárias, deu à sociedade bem mais do que quem só se privou de descanso cinco horas diárias ou não se privou nunca. Mas não se pode tomar o que fez durante duas

horas e dizer que esse produto vale duas vezes mais do que o produto de uma hora de trabalho de outro indivíduo e remunerá-lo em proporção. Entrai numa mina de carvão e vede aquele homem apostado junto à imensa máquina que faz subir e baixar a jaula. Tem na mão a alavanca que detém e investe a marcha da máquina, a baixa, e a jaula retrocede em seu caminho num abrir e fechar de olhos, lançando-a aporta ou abaixo com uma velocidade vertiginosa. Muito atencioso, segue com a vista na parede um indicador que lhe mostra numa escalita em que lugar do poço se encontra a jaula a cada instante de sua marcha; e quanto o indicador chega a certo nível, detém de repente o impulso da jaula, nem um metro mais acima ou mais abaixo da linha requerida. E mal descarregaram os recipientes cheios de carvão e colocado os esvaziamentos, investe a alavanca e envia de novo a jaula ao espaço. Durante oito ou dez horas seguidas mantém esse prodigioso atendimento. Que se distraia um momento, e a jaula irá despedaçar-se e romper as rodas, destroçar o cabo, achatar aos homens suspender todo o trabalho da mina. Que perca três segundos por cada golpe de alavanca, e a extração –nas minas aperfeiçoadas modernas– se reduzirá de vinte a cinquenta toneladas diárias. É ele quem presta o maior serviço na mina? É talvez o moço que lhe dá desde abaixo o sinal de que suba o elevador? É o mineiro que a cada instante arrisca a vida no fundo do poço e que um dia ficará morto pelo grisú?

Ou o engenheiro que por um simples erro de soma em seus cálculos pode perder a capa de carvão ou fazer arrancar pedra? Ou o proprietário que comprometeu todo seu patrimônio e que talvez disse, contra todas as previsões: « Cavai aqui; encontrareis excelente carvão» . Todos os trabalhadores interessados na mina contribuem na medida de suas forças, de sua energia, de seu saber, de sua inteligência e de sua habilidade, a extrair o carvão. E podemos dizer que todos têm direito a viver, a satisfazer suas necessidades e até seus caprichos depois de que esteja seguro para tudo o necessário Mas, como valorizar suas obras? E ademais, o carvão que extraem é obra sua? Não é também obra desses homens que construíram o transporte ferroviário que conduz à mina e os caminhos que irradiam de todas suas estações? Não é também obra dos que lavraram e semeado o campos, extraído o ferro, cortado a madeira no bosque, fabricado as máquinas onde se queimasse o carvão, e assim sucessivamente?

Não pode fazer-se nenhuma distinção entre as obras de um. Medí-las pelo resultado nos leva ao absurdo. Fraccionarlas e medí-las pelas horas de trabalho nos conduz ao absurdo. Só fica uma coisa: poder as necessidades acima das obras e reconhecer o direito à vida em primeiro termo, ao bem-estar depois, para todos os que tomem qualquer parte na produção. Mas examinemos qualquer outro ramo da atividade humana, tomai o conjunto das manifestações da

existência. Quem de nós pode reclamar uma retribuição mais quantiosa por suas obras? O médico que adivinhou a doença, ou a enfermeira que assegura a cura com seus cuidados higiénicos? É o inventor da primeira máquina de vapor, ou o moço, que, cansado um dia de atirar da corda que então se usava para fazer entrar o vapor sob o pistão, atou essa corda à alavanca da máquina e foi jogar com seus camaradas, sem imaginar-se que tinha inventado o mecanismo essencial de toda máquina moderna, a válvula automática?

É o inventor da locomotiva, ou aquele obreiro de Newcastle que sugeriu a idéia de substituir por travessas de madeira as pedras que antanho se punham embaixo dos carriis e que faziam descarrilar aos trens por falta de elasticidade? É o maquinista da locomotiva? O homem que com seus sinais detém os trens? O guardagujas que lhes dá passo às vias? A quem devemos o cabo trasatlántico? Será o engenheiro que se obstinava em afirmar que o cabo transmitia os despachos, ao passo que os sábios eletricistas o declaravam impossível? Ao sábio Maury, que aconselhou abandonar os cabos gordos por outros tão delgados como uma cana? Ou a esses voluntários vindos não se sabe de onde, que passavam noite e dia sobre coberta examinando minuciosamente cada metro de cabo para tirar os claves que os acionistas das companhias marítimas faziam fincar neciamente na capa aisladora do cabo, para deixá-lo fora de

serviço?

« ¡As obras de cada um!» As sociedades humanas não viveriam duas gerações seguidas, desapareceriam dentro de cinquenta anos, se cada qual não desse infinitamente mais do que se lhe retribua em moeda, em bônus ou em recompensas cívicas. Se extinguiria a raça se a mãe não gastasse sua vida por conservar a de seus filhos, se o homem não desse algo sem interesse, sobretudo onde não espera nenhuma recompensa. E se a sociedade burguesa decai, se estamos hoje num beco sem saída do qual não podemos passar sem acometer a fogo e ferro as instituições do passado, é precisamente por um excesso de cálculos, por culpa de ter-nos deixado conduzir a não dar senão para receber; é por ter querido fazer da sociedade uma companhia comercial baseada no deve e ter. Os colectivistas o sabem. Compreendem vagamente que não poderia existir sociedade nenhuma se levasse ao extremo o princípio de « a cada um segundo suas obras» . Compreendem que as necessidades –não falamos dos caprichos-, as necessidades do indivíduo não sempre respondem a suas obras.

Por isso nos diz De Paepe: « Este princípio –eminentemente individualista- se atemperaría pela intervenção social para a educação dos meninos e jovens (incluindo nela a manutenção) e pela organização social da existência dos achacosos e enfermos, do retiro para os trabalhadores, anciãos, etcétera» Compreendem que o

homem de quarenta anos e com três filhos tem outras necessidades que o jovem de vinte anos. Compreendem que a mulher que amamenta a sua criatura e passa noites em alvo a sua cabeceira, não pode fazer tantas obras como o homem que dormiu placidamente. Parecem compreender que o homem e a mulher, consumidos talvez a força de ter trabalhado pela sociedade, podem sentir-se incapazes de fazer tantas obras como os que passaram suas horas à bartola e embolsado seus bônus em situações privilegiadas de estatísticos do Estado.

E se apressam a atemperas seu princípio, dizendo: « ¡Si; a sociedade criará e educará a seus filhos! ¡Si; assistirá aos velhos e inválidos! ¡Se; as necessidades serão a medida dos gastos que a sociedade se imporá para atemperar o princípio das obras!» De maneira que, depois de ter negado o comunismo e ter-se burlado a suas largas da fórmula: « A cada um segundo suas necessidades» , saímos também com que aos grandes economistas se lhes esqueceram –pouca coisa– as necessidades dos produtores. E se apressam a reconhecê-las. Só que ao Estado lhe incumbirá apreciá-las, comprovar se as necessidades são desproporcionadas com as obras. O Estado dará esmola. Daí à lei de pobres e ao work-house inglês não há mais do que um passo. Não há mais do que um só passo, porque até essa sociedade madrasta contra a qual nos sublevamos, viu-se obrigada atemperar seu princípio do individualismo, teve que fazer concessões em

sentido comunista e sob a mesma forma de caridade.
Também ela distribui comidas da cachorra garota para evitar o saque de suas lojas. Também constrói hospitais, com freqüência muito maus, mas as vezes esplêndidos, para evitar os estragos das doenças contagiosas. Também, depois de não ter pago as horas de trabalho, recolhe os filhos daqueles a quem reduziu à última das misérias. Também tem em conta as necessidades pela caridade. Já dissemos que a miséria foi a causa primeira das riquezas, quem criou, ao primeiro capitalista; porque antes de acumular o « excesso de valor» de que tanto agrada falar, era preciso que tivesse miseráveis que se avinieran a vender sua força de trabalho para não se morrer de fome. A miséria é quem fez aos ricos. E se os progressos foram rápidos no curso da Idade Média, é porque as invasões e as guerras que seguiram à criação dos Estados e o enronquecimiento pela exploração em Oriente, romperam os laços que em outros tempos uniam às comunidades agrícolas e urbanas e as conduziram a proclamar, ea vez da solidariedade que antes praticavam, esse princípio do asalariamiento, tão grato aos exploradores. E tinha de sair esse princípio da revolução, e atrever-se a chamá-la com o nome de « revolução social» , esse nome tão grato aos famintos, aos que sofrem, aos oprimidos? Não sucederá assim, porque o dia em que, as velhas instituições se desaprumem sob o machado dos proletarios, se ouvirão vozes que gritem: « ¡Pão, casa e bem-estar

para todos!» E essas vozes serão escutadas, O povo dirá: « Comecemos por satisfazer a sede de vida, de alegria, de liberdade, que nunca apagamos. E quando todos tenhamos provado essa dita, poremos mãos à obra: demolição dos últimos vestígios do regime burguês, de seu moral tomada nos livros de contabilidade, de sua filosofia do « deve e ter» , de suas instituições do teu e do mio. « Demolindo, edificaremos» , como dizia Proudhon; edificaremos em nome do comunismo e da anarquía.

Consumo e Produção

1

Considerando a sociedade e sua organização política desde um ponto de vista muito diferente ao das escolas autoritárias, já que partimos do indivíduo livre para chegar a uma sociedade livre, em vez de começar pelo Estado para descer até o indivíduo, seguimos o mesmo método com respeito às questões econômicas. Estudaremos as necessidades do indivíduo e os meios a que recorre para satisfazê-las, antes de discutir a produção, a mudança, o imposto, o governo, etcétera. Talvez se diga que isto é lógico: que antes de satisfazer necessidades é preciso criar o que possa satisfazê-las, que é preciso produzir para consumir. Mas antes de produzir, seja o que for, não precisa sentir sua necessidade? Não é a necessidade quem desde o princípio impulsionou ao homem a caçar, a criar gado, a cultivar o

solo, a fazer utensílios e mais tarde ainda a inventar e fazer máquinas? Não é assim mesmo o estudo das necessidades o que devesse reger à produção?
Pelo menos, tão lógico seria começar por aí para ver depois como é preciso arrumar-se para atender a essas necessidades por meio da produção. Mas quanto a considerar-nos desde este ponto de vista, a economia política muda totalmente de aspecto. Deixa de ser uma simples descrição de fatos e se converte em ciência; com o mesmo título que a fisiologia. Se a pode definir: o estudo das necessidades com a menor perda possível de forças humanas. Seu verdadeiro nome seria fisiologia da sociedade. Constitui uma ciência paralela à fisiologia das plantas ou dos animais, a qual é também o estudo das necessidades da planta ou do animal e dos meios mais vantajosos de satisfazê-las. Na série das ciências sociológicas, a economia das sociedades humanas vem tomar o posto ocupado na série das ciências biológicas pela fisiologia dos seres organizados.
Nós dizemos « Tenho aqui seres humanos reunidos em sociedade. Todos sentem a necessidade de habitar em casas higiénicas; já não lhes satisfaz a choça de um selvagem, senão que exigem um casaco sólido e mais ou menos cômodo. Trata-se de saber se, dada a produtividade do trabalho humano, poderá ter cada um sua casa, e daí é o que lhes impede tê-la» . E em seguida vemos que cada família em Europa poderia perfeitamente ter uma casa com comodidades,

como as que se edificam em Inglaterra ou em Bélgica ou na cidade de Pullman, ou bem um andar correspondente. Mas os nove décimos dos europeus não possuíram nunca uma casa higiénica, porque em todo tempo o homem do povo a tido que trabalhar ao dia, quase de contínuo, para satisfazer as necessidades dos governantes, e jamais teve a necessária folga de tempo e de dinheiro para edificar ou fazer edificar a casa de seus sonhos.

E não terá casa, e viverá num tugurio, enquanto não mudem as atuais condições. Já se vê que procedemos ao invés dos economistas que eternizam as pretendidas leis da produção, e sacando a conta das casas que se edificam cada ano, demonstram que não bastando as casas novamente edificadas para satisfazer toda a demanda, os nove décimos dos europeus devem habitar em tabucos. Passemos ao alimento. Depois de ter enumerado os benefícios da divisão do trabalho, pretendem os economistas que esta divisão exige que uns se dediquem à agricultura e outros à indústria manufatureira. Os agricultores produzem tanto, as manufaturas quanto, a mudança se faz de tal modo; analisam a venda, o benefício, o produto liquido ou super valorização, o salário, o imposto, a banca, e assim sucessivamente. Mas depois de tê-los seguido até ali, não –estamos mais adiantados; e se lhes perguntamos: « Como é que a tantos milhões de seres humanos lhes falta o pão, quando cada família poderia produzir trigo para alimentar a dez, vinte e até cem pessoas

ao ânus?» , respondem-nos com o mesmo estribilho: « Divisão do trabalho, salário, super valorização, capital» , etcétera, chegando a sacar por conseqüência que a produção é insuficiente para satisfazer todas as necessidades, conseqüência que, ainda que fosse verdadeira, não responde em modo algum à pergunta: « Pode ou não pode, trabalhando, produzir o pão que precisa? E se não pode, que se o impede?» A trezentos cinquenta milhões de europeus lhes faz falta cada ano tanto de pão, tanto de carne, vinho, leite, ovos e banha; precisam tantas casas, tantas roupas; é o mínimum de suas necessidades. Podem produzir tudo isso? Se o podem, lhes ficará folga para proporcionar-se luxo, objetos de arte, de ciência e de recreio; numa palavra, tudo o que não entra na categoria do estritamente necessário? Se a resposta é afirmativa, que lhes impede ir adiante? Que deve fazer-se para aplanar os obstáculos? Se precisa tempo? ¡que se o tomem!

Mas não percamos de vista o objetivo de toda produção, que é a satisfação das necessidades. Se as necessidades mais imperiosas do homem ficam sem satisfazer, que deverá fazer-se para aumentar a produtividade do trabalho? Não há outras causas? Não será alguma delas o que tendo perdido de vista a produção, as necessidades do homem, tomou uma direção absolutamente falsa e sua organização é defeituosa? E já que assim o comprovamos, efetivamente, procuremos o meio de reorganizar a produção de maneira que

responda em realidade a todas as necessidades. É evidente que quando a ciência da fisiologia social trate da produção. atual nas nações civilizadas, no município indostánico ou entre os selvagens, se poderão expor os fatos de outro modo que os economistas de hoje, como um simples capítulo descritivo, análogo aos capítulos descritivos da zoologia ou da botânica.

Mas advirtamos que se esse capítulo se fizesse desde o ponto de vista da economia das forças na satisfação das necessidades, ganharia em clareza tanto como em valor científico. Provaria até a evidência o terrível esbanje das forças humanas pelo sistema atual, e admití-la conosco que enquanto dure não ficarão satisfeitas nunca as necessidades da humanidade. Vê-se que o ponto de vista ficaria mudado por completo. Por trás do tear que tece tantos metros de lenço, por trás da máquina que fura tantas placas de aço e por trás do arca de volumes onde se sepultam os dividendos, se veria ao homem, ao autor da produção, excluído quase sempre do banquete que preparou para os outros. Compreenderíase também que as pretendidas leis do valor, da mudança, etcétera, só são a expressão com freqüência falsa –por ser falso seu ponto de partida– de fatos tais como ocorrem agora, mas que poderiam suceder e sucederão de um modo muito diferente, quando a produção se organize de maneira que cubra todas as necessidades da sociedade.

A sobreproducción é uma palavra que estamos ouvindo de contínuo. Não há um só economista, acadêmico ou candidato, que não tenha sustentado tese provando que as crises econômicas resultam do excesso de produção; que num momento dado se produzem mais telas de algodão, panos, relógios, dos que fazem falta. Não se acusou de rapacidad aos capitalistas que se empenham em produzir mais do consumo possível? Pois bem; tal raciocínio manifesta sua falsidade quanto se afunda na questão. Efetivamente, nomeai uma mercadoria, entre as de uso universal, da qual se produza mais do necessário. Examinai um por um todos os artigos expedidos pelos países de grande exportação, e vereis que quase todos se produzem em quantidades insuficientes até para os habitantes do país que os exporta.

Não é um excedente de trigo o que envia a Europa o camponês russo. As maiores colheitas de trigo e de centeio na Rússia européia dão o preciso para a população. E, pelo geral, o camponês se priva ele mesmo do necessário quando vende seu trigo ou seu centeio para pagar o imposto e a renda. Não é um excedente de carvão o que em Inglaterra se envia a todos os âmbitos do balão, já que não lhe ficam mais do que setecentos cinquenta quilos por ano e habitante para o consumo doméstico interior, tendo em conta que milhões de ingleses se privam de fogo em inverno ou não o sustentam mais do que o preciso para ferver um pouco de hortaliça.

De fato (não falemos dos artigos de luxo) não há no país de maior exportação, Inglaterra, mais do que uma só mercadoria de uso geral, os tecidos de algodão, cuja produção talvez seja bastante quantiosa para superar às necessidades. E quando se pensa nos harapos que substituem à roupa branca e de vestir em mais da terceira parte dos habitantes do Reino Unido, está um tentado a perguntar-se se as telas de algodão exportadas não representarão pouco mais ou menos as necessidades reais da população. Pelo geral, não é um excedente o que se exporta, ainda que as primeiras exportações tivessem tido esta origem. A fábula do sapateiro que andava descalço é verdadeira tanto para as nações como para aquele artesão. O que se exporta é o necessário, e sucede assim porque os trabalhadores não podem comprar com só seu salário o que produziram pagando rendas, benefícios, interesses ao capitalista e ao banqueiro. Todos os economistas nos dizem que se há uma lei econômica bem estabelecida é esta: « O homem produz mais do que consome» . Depois de ter vivido dos produtos do trabalho, sempre lhe fica um remanente. Uma família de cultivadores produz com que alimentar a muitas famílias, e assim pelo estilo.

Para nós, essa frase tão repetida carece de sentido. Talvez fora exata se devesse significar que cada geração deixa algo às futuras. Um cultivador planta uma árvore que viverá trinta, quarenta anos, um século, e cujos netos ainda pegarão o fruto. Se tem roturado um

hectare de solo virgem, outro tanto cresceu a herança das gerações por vir. O caminho, a ponte, o canal, a casa e seus móveis, são outras tantas riquezas legadas às gerações seguintes. Mas não se trata disso. Dizem-nos que o lavrador produz mais trigo do que consome. Pudesse dizer-se mais bem do que, tendo-lhe tirado uma boa parte de seus produtos o Estado sob a forma de imposto, o sacerdote em forma de renda, criou-se toda uma classe de homens que em outros tempos consumiam o que produziam –salvo a parte deixada para imprevistos ou os gastos feitos em árvores, caminhos, etcétera-, mas que hoje se vêem obrigados a alimentar-se de castanhas ou de milho, a beber aguapié, tendo-lhes tirado o resto o Estado, o proprietário, o sacerdote e o usurero.

Preferimos dizer: O cultivador consome menos do que produz, porque se lhe obriga a acostarse sobre palha e vender a pluma; a contentar-se com aguapié e vender o vinho; a comer centeio e vender o trigo. Advirtamos também que tomando por ponto de partida as necessidades do indivíduo, chega-se fatalmente ao comunismo como organização, que permite satisfazer todas essas necessidades da maneira mais completa e econômica. Ao passo que partindo da produção atual e propondo-se nada mais que o benefício ou a super valorização, mas sem perguntar-se se a produção responde à satisfação das necessidades, chega-se fatalmente ao capitalismo, ou no máximo ao colectivismo (já que

um e outro não são mais do que formas diferentes do asalariamiento). Efetivamente, quando se consideram as necessidades do indivíduo e da sociedade e os meios a que o homem recorreu para satisfazê-las durante suas diversas fases de desenvolvimento, convence-se um do necessário de solidarizar os esforços, em vez de abandoná-los às casualidades da produção atual. Se compreende que a apropriação por alguns de todas as riquezas não consumidas, transmitindo-as de uma geração a outra, vai contra o interesse geral. Comprova-se que desta maneira as necessidades das três quartas partes da sociedade correm o risco de não ficar satisfeitas, e que o excessivo gasto de força humana não é senão mais inútil e mais criminosa. Por último, compreende-se que o emprego mais vantajoso de todos os produtos é o que satisfaz as necessidades mais apremiantes, e que o valor de utilidade não depende de um simples capricho, como se afirmou com freqüência, senão da satisfação que dá a necessidades reais.

Divisão do trabalho

A economia política se limitou sempre a comprovar os fatos que via produzir-se na sociedade e a justificá-los em interesse da classe dominante. O mesmo faz com respeito à divisão do trabalho criada pela indústria: tendo-a encontrado vantajosa para os capitalistas, converteu-a em princípio.

« Vede esse ferreiro de povo –dizia Adam Smith, o pai da economia política moderna-. Se nunca se habituou a fazer claves, a duras penas fabricará duzentos ou trezentos diários. Mas se esse mesmo ferreiro não faz mais do que pregos, produzirá facilmente até dois mil trezentos no curso de uma só jornada.» E Smith se apressava a sacar esta conseqüência: « Dividamos o trabalho, especializemos cada vez mais; tenhamos ferreiros que só saibam fazer cabeças ou pontas de claves, e dessa maneira produziremos mais e nos enriqueceremos.» Quanto a saber se o ferreiro condenado por toda a vida a não fazer mais do que cabeças de prego perderá o interesse pelo trabalho; se não estará inteiramente a graça do patrono com esse ofício limitado; se não terá quatro meses de desemprego forçado ao ano; se não baixará seu salário quando facilmente se lhe possa substituir com um aprendiz, Adam Smith não pensava em nada disso ao exclamar:
« ¡Viva a divisão do trabalho!
E ainda que um Sismondi ou um J. B. Say advertiam mais tarde do que a divisão do trabalho, em lugar de enriquecer à nação, só enriquecia aos ricos, e que reduzido o trabalhador a fazer toda sua vida a dieciochava parte de um alfinete, embrutecia-se e caía na miséria, que propuseram os economistas oficiais? ¡Nada! Não se disseram que se aplicando assim toda a vida a um só trabalho maquinal, o obreiro perderia a inteligência e o espírito inventivo, e que, pelo contrário, a variedade nas ocupações produziria aumentar

muito a produtividade da nação. Se não tivesse mais do que os economistas para pregar a divisão do trabalho permanente e com freqüência hereditária, se lhes deixaria perorar a suas largas. Mas as idéias professadas pelos doutores da ciência se infiltram nos espíritos pervertendo-os, e a força de ouvir falar da divisão do trabalho, do interesse, da renda, do crédito, etcétera, como de problemas tem muito tempo resolvidos, todo mundo (e o trabalhador mesmo) conclui por raciocinar como os economistas, por venerar idênticos fetiches.

Assim vemos a grande número de socialistas, até os que não temem atacar os erros da ciência, respeitar o princípio da divisão do trabalho. Falai-lhes da organização da sociedade durante a revolução, e respondem que deve sustentar-se a divisão do trabalho; que se fazíeis pontas de alfinetes antes da revolução, as fareis também depois dela. Bueno; trabalhareis nada mais que cinco horas fazendo pontas de alfinetes. Mas não fareis mais do que pontas de alfinetes toda a vida, enquanto outros fazem máquinas e projetos de máquinas que permitem afiar durante toda vossa vida milhares de milhões de alfinetes, e outros se especializarão nas altas funções do trabalho literário, cientista, artístico, etcétera. Nasceste amolador de pontas de alfinetes, Pasteur nasceu vacunador da raiva, e a revolução vos deixará a um e a outro com vossos respectivos empregos.

Conhecidas são as conseqüências da divisão do trabalho.

Evidentemente, estamos divididos em duas classes: por uma parte, os produtores que consomem muito pouco e estão dispensados de pensar, porque precisam trabalhar, e trabalham mal porque seu cérebro permanece inativo; e por outra parte, os consumidores que produzem pouco têm o privilégio de pensar pelos outros, e pensam mal porque desconhecem todo um mundo, o dos trabalhadores manuais. Os obreiros da terra não sabem nada da máquina: os que servem as máquinas ignoram todo o trabalho dos campos. O ideal da indústria moderna é o menino servindo uma máquina que não pode nem deve compreender, e vigilantes que lhe multem se distrai um momento seu atendimento. Até se trata de suprimir por completo o trabalhador agrícola. O ideal da agricultura industrial é Um homem alugado por três meses e que conduza um arado de vapor ou uma trilladora. A divisão do trabalho é o homem com rótulo e selo para toda sua vida como anudador numa manufatura, vigilante numa indústria, impeledor de um carretón em tal lugar de uma mina, mas sem idéia nenhuma de conjunto de máquinas, nem de indústria, nem de mina.

O que se fez com os homens, quis fazer-se também com as nações. A humanidade se dividirá em fábricas nacionais, cada uma com sua especialidade. Rússia está destinada pela natureza a cultivar trigo, Inglaterra a fazer tecidos de algodão, Bélgica a fabricar panos, ao passo que Suíça forma niñeras e institutrices. Em cada nação se

especializaria também: Lyon a fabricar sederías, a Auvernia encaixes e Paris artigos de capricho. Isto era, segundo os economistas; oferecer um campo ilimitado à produção, ao mesmo tempo que ao consumo uma era de trabalho e de imensa fortuna que se abria para o mundo. Mas essas vastas esperanças se desvanecem à medida que o saber técnico se difunde no universo. Tudo ia bem enquanto Inglaterra era a única que fabricava telas de algodão e trabalhava os metais, enquanto só Paris fazia brinquedos artísticos podia pregar-se o que se chamava a divisão do trabalho, sem temor algum de ver-se desmentido.

Pois bem; uma nova corrente induz às nações civilizadas a ensaiar em seu interior todas as indústrias, achando vantagens em fabricar o que antes recebiam dos demais países, e as mesmas colônias tendem a passar sem sua metrópole. Como as descobertas da ciência universalizan os procedimentos técnicos, é inútil em adiante pagar ao exterior por um preço excessivo o que é tão fácil produzir em casa. Mas esta revolução na indústria, não dá uma estocada a fundo asa teoria da divisão do trabalho, que se cria tão solidamente estabelecida?

A descentralização das indústrias

1

Ao concluir as guerras napoleônicas, Inglaterra quase tinha

conseguido arruinar a grande indústria que nascia em França a fins do século passado. Ficava dona dos mares e sem sérios competidores. Aproveitou-se disso para constituir um monopólio industrial, e impondo às nações vizinhas seus preços para as mercadorias que ela só podia fabricar, amontoou riquezas sobre riquezas e soube sacar partido dessa situação privilegiada e de todas suas vantagens. Assim, França já não é tributária de Inglaterra. A sua vez tratou de monopolizar certos ramos do comércio exterior, tais como as sederías e a confecção; disso obteve imensos benefícios, mas está a ponto de perder para sempre esse monopólio, como Inglaterra está a ponto de perder para sempre o monopólio dos tecidos e até das fiações de algodão. Marchando para Oriente, a indústria se deteve em Alemanha. Faz trinta anos, Alemanha era tributária de Inglaterra e de França na maior parte dos produtos da grande indústria: Já não sucede isso em nossos dias. No curso dos últimos vinte e cinco. anos, e sobretudo depois da guerra, Alemanha reformou totalmente sua indústria. As novas fábricas possuem as melhores máquinas; as mais recentes modas da arte industrial em Manchester para as telas de algodão, ou em Lyon para os tecidos de seda, etcétera, realizaram-se nas novas fábricas alemãs. Se foi precisas duas ou três gerações de trabalhadores para encontrar a maquinaria moderna em Lyon ou em Manchester, Alemanha a tomada aperfeiçoada do tudo. As escolas técnicas, adequadas às

necessidades da indústria, fornecem aos manufatureiros um exército de funcionários inteligentes, de engenheiros práticos, que sabem trabalhar com as mãos e com a cabeça. A indústria alemã começa no ponto preciso onde chegaram Manchester e Lyon, depois de cinquenta anos de esforços, de ensaios e de sondagens. Daí resulta que Alemanha, fazendo-o tudo tão bem em sua casa, diminui de ano em ano suas importações de França e de Inglaterra. Já é seu rival para a exportação em Ásia e em África, e ainda mais nos mesmos mercados de Londres e de Paris. As gentes curtas de vista podem vociferar contra o tratado de Francfort, podem explicar a concorrência alemã por pequenas diferenças de tarifas de transportes ferroviários. Podem dizer que o alemão trabalha por nada, detendo-se nas pequeñeces de cada questão e esquecendo os grandes fatos históricos. Mas não é menos verdadeiro do que a grande indústria –antes privilégio de Inglaterra e França– deu um passo para Oriente. Encontrou em Alemanha um país jovem, cheios de força, e uma burguesia inteligente, ávida de enriquecer-se a sua vez com o comércio exterior. Enquanto Alemanha se emancipava da tutela inglesa e francesa e fabricava ela mesma seus tecidos de algodão, suas telas, suas máquinas, numa palavra, todos os produtos manufaturados; a grande indústria se implantava a sua vez em Rússia, onde o desenvolvimento das manufaturas é tanto mais assombroso quanto que nasceram ontem. Na época da abolição da

servidão, em 1861, Rússia não tinha quase indústria. Todas as máquinas, os trilhos, as locomotivas, as telas de luxo que precisava, vinham-lhe de Occidente. Vinte anos mais tarde, possuía já mais de oitenta e cinco mil manufaturas, e as mercadorias produzidas por ela tinham cuadruplicado de valor. As antigas ferramentas foram substituídas por completo. Quase todo o aço empregado hoje, os três quartos do ferro, os dois terços do carvão, todas as locomotivas, todos os vagões, todos os carriis, quase todos os navios de vapor se fizeram em Rússia. De país condenado –segundo diziam os economistas– a continuar sendo agrícola, Rússia se converteu num país industrial. Não pede quase nada a Inglaterra, muito pouco A Alemanha.

Os economistas fazem responsáveis destes fatos às alfândegas, mas os produtos manufaturados em Rússia se vendem ao mesmo preço que os ingleses em Londres. Como o capital não conhece pátria, os capitalistas alemães e ingleses, seguidos de engenheiros e contramaestres de suas nações, implantaram em Rússia e em Polônia manufaturas que rivalizam com as melhores manufaturas inglesas, pela excelência dos produtos. Abolidas amanhã as alfândegas, as manufaturas só ganharão com isso. Neste mesmo momento os engenheiros britânicos estão em via de dar o golpe de graça às importações de panos e lãs de Occidente: montam no meio dia de Rússia imensas manufaturas de lã, com as máquinas mais perfeitas

de Brahford, e dentro de dez anos Rússia já não importará mais do que algumas peças de panos ingleses e lãs francesas, como mostras. A grande indústria não só marcha para Oriente; também se estende pelas penínsulas do Sul. A exposição de Turín mostrou já em 1884 os progressos da indústria italiana, e não nos deixemos enganar: o ódio entre as duas burguesias, francesa e italiana, não tem mais origem do que sua rivalidade industrial. Itália se emancipa da tutela francesa e compete com os comerciantes franceses na cuenca mediterrânea e em Oriente. Por isso, e não por outra coisa, correrá um dia o sangue na fronteira italiana, a não ser que a revolução não poupe esse sangue precioso. Também pudéssemos mencionar os rápidos progressos de Espanha na senda da grande indústria. Mas fixemo-nos mais bem no Brasil. Não lhe tinham condenado os economistas a cultivar para sempre o algodão, exportá-lo em bruto e receber a mudança tecidos de algodão importados? Efetivamente, faz vinte anos o Brasil não tinha senão nove míseras manufaturas de algodão, com trezentos oitenta e cinco husillos. Hoje tem quarenta e seis; cinco delas possuem quarenta mil husillos e jogam ao mercado trinta milhões de metros de tela de algodão cada ano. Até Méjico se põe a fabricar essas telas, em vez de importá-las de Europa. E quanto aos Estados Unidos, libertaram-se da tutela européia.
A grande indústria se desenvolveu ali triunfalmente. Mas a Índia é quem tinha que dar o mais brilhante mentis aos apoiantes da

especialização das indústrias nacionais. Conhecida é a seguinte teoria: fazem defeituosa colônias às grandes nações européias. Estas colônias enviarão à metrópole produtos em bruto, fibras de algodão, lã em bruto, especiarias, etcétera. E a metrópole lhes enviará esses produtos manufaturados, telas passadas, ferro velho em forma de máquinas caídas em desuso, numa palavra, toda aquilo que não precisa, que lhe custa pouco ou nada e que não por isso deixará de vender a um preço exorbitante. Tal era a teoria: tal foi durante longo tempo a prática. Ganhavam-se fortunas em Londres e em Manchester, enquanto se arruinavam as Índias. Ide ao Museu Indico em Londres e vereis riquezas inacreditáveis, insensatas, amontoadas em Calcutá e em Bombay pelos negociantes ingleses.

Mas outros negociantes e outros capitalistas ingleses igualmente, conceberam a idéia muito natural de que seria mais singelo explodir aos habitantes da Índia diretamente e fazer essas telas de algodão nas mesmas Índias, em lugar de importá-las de Inglaterra anualmente por quinhentos ou seiscentos milhões de pesetas. Ao princípio não foi mais do que uma serié de fracassos. Os tecelões índios –artistas em seu ofício– não podiam habituar-se ao regime da fábrica. As maquinas remetidas de Liverpool eram más; também tinha que ter em conta o clima e adaptar-se a novas condições, hoje satisfeitas todas, e a Índia inglesa truécase numa rival cada vez mais ameaçadora das manufaturas da metrópole. Hoje possui oitenta

manufaturas de algodão, que empregam já cerca de sessenta mil trabalhadores, e que em 1885 tinham fabricado já mais de 1.450.000 toneladas métricas de tecidos. Exporta anualmente a China, às Índias holandesas e ao África por valor de cerca de cem milhões de pesetas desses mesmos algodões brancos que se dizia ser a especialidade de Inglaterra.

E enquanto os trabalhadores ingleses têm desemprego forçado e caem na miséria, as mulheres índias, pagas a razão de sessenta cêntimos ao dia, são quem fazem a máquina as telas de algodão que se vendem nos portos do extremo Oriente. Em resumo, não está longe o dia –e os manufatureiros inteligentes não o dissimulam– em que não se saberá que fazer dos braços que se ocupam em Inglaterra em fabricar tecidos de algodão para exportá-los. E isso não é tudo; de relatórios muito séries resulta que dentro de dez anos a Índia não comprará nem uma só tonelada de ferro a Inglaterra. Venceram-se as primeiras dificuldades para empregar a hulla e o ferro das Índias, e fábricas rivais das inglesas levántanse já nas costas do Oceano índico. A colônia fazendo concorrência à metrópole por seus produtos manufaturados: tenho aqui o fenômeno determinante da economia do século XIX.

E por que não tinha de fazê-lo? Que lhe falta? O capital? O capital vai a todas partes onde se encontram miseráveis a quem explodir. O saber? O saber não conhece as barreiras nacionais. Os

conhecimentos técnicos do obreiro? Mas, talvez é inferior o obreiro índio a esses noventa e dois mil meninos e meninas menores de quinze anos que trabalham neste momento nas manufaturas têxteis de Inglaterra?

2

Depois de ter jogado uma olhadela às indústrias nacionais, seria interesantísimo fazer o mesmo com as indústrias especializadas. Temos, por exemplo, a seda, produto eminentemente francês na primeira metade deste século. Sabido é como Lyon se fez o centro da indústria da seda, coletada ao princípio no Meio dia, mas que pouco a pouco se pediu a Itália, a Espanha, ao Áustria, ao Cáucaso, ao Japão, para fazer sederías. De cinco milhões de quilos de seda crua transformada em tecidos na região lionesa em 1875, só quatrocentos mil quilos eram de seda francesa.

Mas já que Lyon trabalhava com sedas importadas, por que não tinham de fazer o mesmo Suíça, Alemanha e Rússia? A arte da seda se desenvolveu pouco a pouco nos povos do cantón de Zurich. Basliea se fez um grande centro sedero. A administração do Cáucaso convidou a mulheres de Marselha e obreiros de Lyon a ir ensinar aos georgianos o cultivo aperfeiçoado do verme de seda e aos camponeses do Cáucaso a arte de transformar a seda em telas. Áustria lhes imitou. Alemanha, com ajuda de obreiros lioneses, montou imensos ateliês de sederías. Os Estados Unidos fizeram

outro tanto em Paterson... E hoje a indústria da seda já não é indústria francesa. Fazem-se sederías em Alemanha, em Áustria, nos Estados Unidos, em Inglaterra. Os camponeses do Cáucaso tecem em inverno lenços de seda a um preço que deixaria sem pão aos obreiros de Lyon. Itália envia sederías a França; e Lyon, que exportava em 1870-74 por valor de quatrocentos sessenta milhões de pesetas, já não exporta mais do que duzentos trinta e três. Muito cedo não enviará ao estrangeiro mais do que os tecidos superiores ou algumas novidades, para servir de modelos aos alemães, russos e japoneses. O mesmo sucede com todas as indústrias. Bélgica já não tem o monopólio dos panos: fazem-se em Alemanha, Rússia, Áustria, os Estados Unidos. Suíça e o Jura francês já não têm o monopólio da relojoaria; fabricam-se relógios em todas partes. Escócia não refina já os açúcares para Rússia; importa-se açúcar russo em Inglaterra. Ainda que Itália não tem ferro nem hulla, forja ela mesma seus coraçados e constrói as máquinas de navios de vapor. A indústria química já não é monopólio de Inglaterra; faz-se ácido sulfúrico e Zonza em todas partes. As máquinas de todas classes, fabricadas nos arredores de Zurich, hacíanse notar na última Exposição universal. Suiça, que não tem hulla nem ferro –nada mais que excelentes escolas técnicas– faz máquinas melhores e mais baratas que Inglaterra. Tenho aqui o que fica da teoria das mudanças.

Cada nação acha vantagem em combinar dentro de seu território a agricultura com a maior variedade possível de fábricas e manufaturas. A especialização de que os economistas nos falaram era boa para enriquecer a alguns capitalistas; mas não tem razão de ser, e pelo contrário, é muito vantajoso que cada país possa cultivar seu trigo e seus legumes e fabricar todos os produtos manufaturados que consome. Esta diversidade é a melhor prova do completo desenvolvimento da produção pelo concurso mútuo e de cada um dos elementos do progresso, enquanto a especialização é a contenção do progresso.

3

Efetivamente, é insensato exportar o trigo e importar as farinhas, exportar a lã e importar pano, exportar o ferro e importar as máquinas, não só porque esses transportes ocasionam gastos inúteis, senão sobretudo porque um país que não tem desenvolvida laa indústria fica por força atrasado em agricultura; porque um país que não tem grandes fábricas para trabalhar o aço, vai também atrasado em todas as demais indústrias; em fim, porque grande número de capacidades industriais e técnicas ficam sem emprego.

Tudo se enlaça hoje no mundo da produção. Já não é possível cultivar a terra sem máquinas; sem potentes riegos, sem transportes ferroviários, sem fábricas de adubos. E para ter essas máquinas adequadas às condições locais, esses transportes ferroviários, esses

artefatos de ferro, etcétera, é preciso que se desenvolva certo espírito de invenção, certa habilidade técnica que não podem manifestar-se enquanto a enxada e a grade do arado sejam os únicos instrumentos de cultivo. Para que o campo esteja bem cultivado, para que dê as prodigiosas colheitas que o homem tem direito a pedir-lhe, é preciso que a seu alcance humeen muitas fábricas e manufaturas. A variedade das ocupações e das capacidades que dela surgem, integradas com a mira de um fim comum: eis a verdadeira força do progresso. E agora imaginemos uma cidade, um território, vasto ou exíguo, pouco importa qual; que dão os primeiros passos na senda da revolução social.

« Nada mudará –se nos disse algumas vezes-, Se desapropriarão os ateliês e fábricas, se proclamarão propriedade nacional ou municipal, e cada um voltará a seu trabalho de costume. A revolução ficará feita.» Pois bem, não; a revolução social não se fará com essa singeleza. Já o dissemos. Que amanhã estoure a revolução em Paris, em Lyon ou em qualquer outra cidade; que amanhã se ponha mão, em Paris ou não importa onde, nas fábricas, as casas ou a banca, e toda a produção atual deverá mudar de aspecto por esse só fato. Diminuída a entrada de víveres e aumentado o consumo; sem trabalho três milhões de franceses que se ocupavam na exportação; não chegando mil coisas que, hoje se recebem de países longínquos ou próximos; reprovadas temporariamente as indústrias de luxo, que

farão os habitantes para ter que comer ao cabo de seis meses? Os cidadãos deverão fazer-se agricultores. Não à moda do camponês que se derrenga com o arado para recolher mal seu alimento anual, senão seguindo os princípios da agricultura intensiva, hortelana, aplicados em vastas proporções por meio das melhores máquinas que o homem inventou e possa inventar. Se cultivará, mas não como a besta de ônus do Canal; se reorganizará o cultivo, não dentro de dez anos, senão imediatamente, no meio das lutas revolucionárias, so pena de sucumbir ante o inimigo. Se cultivará; mas também terá que produzir mil coisas que temos costume de pedir ao estrangeiro. E não esqueçamos que para os habitantes do território insurrecto, será estrangeiro todo aquele que não lhe tenha seguido em sua revolução. Terá que saber passar sem esse estrangeiro, e passará. França inventou o açúcar de beterraba quando chega a faltar-lhe o açúcar de cana em consequência do bloqueio continental. Paris encontrou o salitre em suas grutas, quando não lhe chegava de nenhuma parte. Seríamos inferiores a nossos avôs, que mal silabeaban as primeiras palavras da ciência?

A Agricultura

1

Cada vez que se fala da agricultura imaginasse sempre o camponês encurvado sobre a esteva, jogando a esmo um trigo mau cernido e

esperando com ânsia o que lhe traga a boa ou má estação. Ao passo que uma família antes precisava ter pelo menos sete ou oito hectares para viver com os produtos do solo –e já se sabe como vivem os camponeses-, já não se pode agora nem ainda dizer qual é a mínima extensão de terreno necessária para dar a uma família tudo o que se pode extrair da terra, o necessário e o de luxo, cultivando-a com arranjo aos procedimentos do cultivo intensivo. Se se nos perguntasse qual é o número de pessoas que podem viver muito bem numa légua quadrada, sem importar nenhum produto agrícola nos seria difícil contestar.

Faz dez anos podia já afirmar-se que uma população de cem milhões conseguiria viver muito bem dos produtos do solo francês sem importar nada. Mas hoje, ao ver os progressos realizados recentemente o mesmo em França que em Inglaterra, e ao contemplar os novos horizontes que se abrem ante nós, diremos que cultivando a terra como a cultivam já em muitos lugares, ainda em terrenos pobres cem milhões de habitantes nos cinquenta milhões de hectares do solo francês seriam ainda uma cortísima proporção do que esse solo pudesse alimentar. Pode considerar-se como absolutamente demonstrado que se Paris e os dois departamentos do Sena e do Sena e Oise se organizassem amanhã em comunidade anarquista onde todos trabalhassem com seus braços, e se o universo inteiro se negasse a enviar-lhes um só

celemín de trigo, uma só cabeça de gado, uma só banasta de fruta, e não lhes deixasse mais do que o território de ambos departamentos, poderiam produzir eles mesmos não só o trigo, a carne e as hortaliças necessárias, senão também todas as frutas de luxo, em quantidades suficientes para a população urbana e rural.

E ademais afirmamos do que o gasto total de trabalho humano seria muito menor do que o empregado atualmente para alimentar a essa população com trigo coletado em Auvernia ou em Rússia, com os legumes produzidos pelo cultivo em grande em todas partes e com as frutas maduradas no Meio dia. Nunca se teve em conta o trabalho investido pelos viticultores do Meio dia para cultivar a vinha, nem pelos lavradores russos ou húngaros para cultivar o trigo, por férteis que sejam suas pradarias e seus campos. Com seus atuais procedimentos de cultivo extensivo, tomam-se infinitamente mais trabalho do necessário para obter os mesmos produtos pelo cultivo intensivo, ainda em climas muitíssimo menos benignos e num solo naturalmente menos rico.

2

Nos seria impossível citar aqui a massa dos dates nos quais fundamos nossas afirmações. Para maiores relatórios, remetemos aos leitores aos artigos que publicamos em inglês, mas sobretudo a quem lhes interesse o assunto lhes recomendamos que leiam algumas excelentes obras publicadas em França. Quanto aos

habitantes das grandes cidades, que ainda não têm nenhuma idéia real do que pode ser a agricultura, aconselhamos-lhes que percorram a pé as campiñas imediatas e estudem seu cultivo. Que observem, que falem com os hortelões, e um mundo novo se abrirá ante eles. Assim poderão entrever o que será o cultivo europeu no século XX e daí força terá a revolução social quando se conheça o segredo de obter da terra tudo quando se lhe pede. Sabido é em que miseráveis condições se encontra a agricultura em Europa. Se o Cultivador do solo não é desvalijado pelo proprietário territorial, é-o pelo Estado. O proprietário, o Estado e o usurero, roubam ao cultivador com a renda, a contribuição e o rédito. A soma roubada varia em cada país: nunca é menor do que a quarta parte, e muito com freqüência é a metade do produto bruto Em França, a agricultura paga ao Estado 44 por 100 do produto bruto. Há mais. A parte do proprietário e a do Estado vão sempre em amento. Tão cedo como por prodígios de trabalho, de invenção ou de iniciativa, obteve maiores colheitas o cultivador, aumenta em proporção o tributo que deverá ao Estado, ao proprietário ou ao usurero. Se dobra o número de hectolitros recolhidos por hectare, duplicará a renda, e portanto os impostos, que o Estado se apressará a elevar ainda mais se sobem os preços. Em todas partes o cultivador do solo trabalha de doze a dezesseis horas diárias; em todas partes lhe arrebatam essas três aves de rapiña tudo o que pudesse poupar; em todas partes lhe roubam o que

poderia servir-lhe para melhorar o cultivo. Por isso permanece estacionária a agricultura.

Só conseguirá dar um passo adiante em condições excepcionais por uma disputa entre seus três vampiros, por um esforço de inteligência ou por um aumento de trabalho. E ainda não dissemos nada do tributo que cada cultivador paga ao industrial, quem lhe vende por triplo ou cuádruple do que custam cada máquina, cada azadón, cada tonel de adubo químico. Não esqueçamos também não os intermediários, que se levam a parte do leão nos produtos do solo. Nas pradarias de América (que só dão mesquinhas colheitas de sete a doze hectolitros por hectare, quando periódicas e frequentes secas não as prejudicam), quinhentos homens que trabalham oito meses do ano produzem o alimento anual de cinquenta mil pessoas. Os resultados se obtêm ali por uma grande economia. Naquelas vastas planícies, que não pode abarcar a vista, estão organizadas quase militarmente a labranza, øceifa-a e a trilha: nada de idas e vindas inúteis, nada de perder o tempo. Tudo se faz com a exatidão de um desfile. Leste é o cultivo em grande, extensivo.

Mas há também o cultivo intensivo, em ajuda: do qual vêm e virão mais cada vez as máquinas. Propõe-se sobretudo cultivar bem um espaço limitado, aboná-lo e corrigí-lo, concentrar o trabalho e obter o maior rendimento possível. Este gênero de cultivo se estende cada ano, e ao passo que se contentam com uma colheita média de dez a

doze hectolitros no cultivo em grande no Meio dia de França e nas terras férteis do Oeste americano, coletam-se pelo regular trinta e seis e até cinquenta, ou as vezes cinquenta e seis hectolitros, no Norte de França. O consumo anual de um homem se obtém assim da superfície de uma doceava parte do hectare. E quanto mas intensidade se dá ao cultivo, menos trabalho se gasta para obter o hectolitro de trigo. A máquina substitui ao homem nos trabalhos preparatórios e faz de uma vez para sempre melhoras, tais como o desagúe e o despedregamiento, que permitem duplicar as colheitas futuras. Algumas vezes, nada mais que um labor profundo permite obter de um solo médio excelentes colheitas de ano em ano, sem estercolar nunca. Assim se fez durante vinte anos em Rothamstead, cerca de Londres. Não façamos novelas agrícolas. Detenhamo-nos naquela colheita de quarenta hectolitros, que não requer um solo excepcional, senão singelamente racional cultivo, e vejamos o que isto significa. Os três milhões seiscentos mil indivíduos que habitam nos departamentos do Sena e do Sena e Oise consomem ao ano para alimentar-se um pouco menos de oito milhões de hectolitros de cereais, principalmente de trigo. Em nossa hipótese, para obter esta colheita, precisariam cultivar duzentas mil hectares, das seiscentas dez mil que possuem. É evidente que não as cultivarão com azadón. Isso exigiria demasiado tempo: duzentas quarenta jornadas de cinco horas por hectare. Melhorariam mais bem de uma vez para sempre o

solo desaguando o que devesse desaguar-se, aplanando o que se precise aplanar, despedregando o terreno, ainda que nesse trabalho preparatório tivesse que empregar cinco milhões de jornadas de cinco horas, ou seja, meio-termo, vinte e cinco jornadas por hectare. Em seguida lavrariam com arado de vapor de vertedera profunda, e depois com arado duplo, investindo em cada labor quatro jornadas. Não pegarão a semente a esmo, senão escolhendo-a com harnero de vapor. Não semearão a voleo, senão a golpe, em linha. E com tudo isso, não se terão empregado nem vinte e cinco jornadas de cinco horas por hectare, se o trabalho se faz em boas condições. Se durante três ou quatro anos se dedicam dez milhões de jornadas a um bom cultivo, se poderiam conseguir mais tarde colheitas de quarenta e de cinquenta hectolitros não empregando mais do que a olhai do tempo. Assim, pois, não se terão investido mais do que quinze milhões de jornadas para dar pão a essa população de três milhões seiscentos mil habitantes. E todos os trabalhos seriam tais, que cada qual poderia desempenhá-los, sem ter para isso músculos de aço nem ter trabalhado nunca na terra antes. A iniciativa e a distribuição geral dos trabalhos seriam dos que sabem o que requer a terra.

Pois bem; quando se pensa que no caos atual, sem contar os desocupados da holgazanería elevada, há cerca de cem mil homens parados em seus respectivos ofícios, vê-se que a força perdida em

nossa organização atual bastaria por si só para dar, por um cultivo racional, o pão necessário para os três ou quatro milhões de habitantes de ambos departamentos. Repetimos que isto não é novela, e nem sequer falamos do cultivo verdadeiramente intensivo, que dá resultados bem mais pasmosos. Não calculamos com arranjo ao trigo obtido por Mr. Hallet em três anos, e em que um só grão despontado produziu uma mata com mais de dez mil grãos, o que permití-la em caso necessário recolher todo o trigo para uma família de cinco pessoas no espaço de uma centena de metros quadrados. Pelo contrário, só citamos o que fazem já numerosos granjeiros em França, Inglaterra, Bélgica, Flandes, etcétera, e o que poderia fazer-se desde manhã, com a experiência e saber já adquiridos pela prática em grande.

3

Os ingleses, que comem muita carne, consomem por meio-termo um pouco menos de cem quilos por adulto e ano: supondo que todas as carnes consumidas fossem de boi cebón, somaria um pouco menos de um terço de boi. Um boi por ano para cinco pessoas (incluindo os meninos) é já uma ração suficiente. Para três milhões e meio de habitantes daria um consumo anual de setecentas mil cabeças de gado. Hoje, com o sistema de pastoreio, precisam-se pelo menos dois milhões de hectares para alimentar seiscentas sessenta mil cabeças de gado. No entanto, com pradarias modestísimamente

regadas por meio de água manancial (como se criaram recentemente em milhares de hectares no sudoeste de França), são suficientes quinhentas mil hectares. Mas se se pratica o cultivo intensivo, plantando beterraba como alimento, só se precisa a quarta parte desse espaço, isto é, cento vinte e cinco mil hectares. E quando se recorre ao milho, ensilándolo como os árabes, obtém-se todo o forragem necessário –n uma superfície de oitenta e oito mil hectares. Nos arredores de Milão, onde utilizam as águas dos esgotos para regar as pradarias, em nove mil hectares de irrigação se obtém alimento para quatro a seis cabeças de ganhado bovino, e em algumas parcelas favorecidas se coletaram até quarenta e cinco toneladas de heno seco por hectare, o qual dá alimento anual para nove vacas leiteiras. Três hectares por cabeça de gado em pastoreio e nove bois ou vacas por hectare: tenho aqui os extremos da agricultura moderna. Na ilha de Guernesey, num total de quatro mil hectares utilizados, cerca da metade (mil novecentos hectares) estão cobertas de cereais e de hortas, e só ficam duas mil cem para prados; nessas duas mil cem hectares se alimentam mil quatrocentos oitenta cavalos, sete mil duzentas sessenta cabeças de gado bovino, novecentos carneiros e quatro mil duzentos porcos, o qual faz três cabeças de ganhado bovino por hectare, sem contar os cavalos, os carneiros e os porcos. É inútil adicionar que a fertilidade do solo se faz corrigindo-o com algas e adubos químicos.

Voltando a nossos três milhões e meio de habitantes da cidade de Paris, vê-se que a superfície necessária para criar esse gado desce desde dois milhões de hectares até oitenta e oito mil. Pois bem; não tomemos as cifras mais baixas, senão as do cultivo intensivo ordinário; adicionemos o terreno necessário para o gado menor e ponhamos cento sessenta mil hectares ou duzentas mil, das quatrocentas dez mil hectares que nos ficam, depois de ter provisto o pão necessário para a população. Ponhamos por longo cinco milhões de jornadas para pôr esse espaço em condições de produção. Assim, pois, empregando vinte milhões de jornadas de trabalho por ano, a metade para melhoras permanentes, teremos seguros o pão e a carne, sem contar ademais com as aves de pátio, porcos cebados, coelhos, etcétera, e sem contar com que, tendo excelentes legumes e frutos, a população consumirá menos carne do que os ingleses, que suprem com a alimentação animal sua pobreza em alimentos vegetais. Vinte milhões de jornadas de cinco horas, quantas fazem por habitante? Muito pouca coisa.
Numa população de três milhões e meio deve ter pelo menos um milhão duzentos mil varões adultos e outras tantas fêmeas. Pois bem; para assegurar pão e carne para todos bastariam dezessete jornadas de trabalho por ano, para os homens nada mais. Adicionai três milhões de jornadas para obter o leite. Adicionai outro tanto, e tudo isso não chega a vinte e cinco jornadas de cinco horas –questão

de divertir-se um pouco no campo– para ter estes três produtos principais: pão, carne e leite. Saiamos de Paris e visitemos um desses estabelecimentos de cultivo hortícola que a poucos quilômetros das academias fazem prodígios ignorados pelos sábios economistas; por exemplo, o de M. Ponce, autor de uma obra a respeito do assunto, quem não faz mistério do que lhe produz a terra e o revelou com detalhes. M. Ponce, e sobretudo seus obreiros, trabalham como negros. São oito para cultivar pouco mais de um hectare. Trabalham de doze a quinze horas diárias, isto é, triplo do que se deve.

Ainda que fossem vinte e quatro os obreiros, não teria a mais. Provavelmente responderá a isso M. Ponce que já que paga a tremenda quantidade de duas mil quinhentas pesetas anuais de renda e de imposto por seus onze mil metros quadrados, e dois mil quinhentas pesetas pelo adubo comprado nos quartéis, está obrigado a explodir. « Explodido eu, explodo a minha vez» , seria provavelmente sua resposta. A instalação lhe custou trinta mil pesetas, das quais mais da metade são seguramente: tributo aos varões holgazanes da indústria. Em resumo, sua instalação não representa mais de três mil jornadas de trabalho, provavelmente muito menos. Vejamos suas colheitas: dez mil quilos de cenouras, dez mil quilos de cebolas, rabanetes, e outras menudencias, seis mil couves, três mil couves-flores, cinco mil canastras de tomates, cinco mil dúzias de frutas escolhidas, cento cinquenta e quatro mil saladas;

um total de cento vinte e cinco mil quilos de hortaliças e frutas numa superfície de cento dez metros de longitude por cem metros de largura, o qual dá mais de cento dez toneladas de verdura por hectare.
Um homem não come mais de trezentos quilos de legumes e frutas por ano, e o hectare de um hortelão dá as suficientes para sentir bem a mesa de trezentos cinquenta adultos. De modo que vinte e quatro pessoas ocupadas todo o ano em cultivar um hectare de terra, trabalhando cinco horas diárias, produziriam hortaliças e frutas suficientes para trezentos cinquenta adultos, o qual equivale a quinhentos indivíduos de todas idades. Cultivando como M. Ponce –e há quem lhe excedeu em resultados– trezentos cinquenta indivíduos que dedicassem cada um pouco mais de cem horas por ano, teriam verduras e frutas para quinhentas pessoas. Essa produção não é excepcional. Sob os muros de Paris a conseguem cinco mil hortelões numa superfície de novecentos hectares; só que se vêem reduzidos ao estado de bestas de ônus para pagar uma renda média de duas mil pesetas por hectare. Mas estes dados, não provam que sete mil hectares (das duzentas dez que nos ficam disponíveis) bastariam para dar todas as hortaliças necessárias e uma boa provisão de fruta aos três milhões e meio de habitantes de ambos departamentos?
A quantidade de trabalho para produzí-las seria de cinquenta

milhões de jornadas de cinco horas (ou seja cinquenta dias ao ano para os adultos varões sós), tomando por tipo o trabalho dos hortelões. Cedo veremos reduzir-se esta quantidade, se se recorre aos procedimentos usuais em Malha e em Guernesey.

4

Os hortelões se vêem obrigados a reduzir-se ao estado de máquinas e a renunciar a todos os gozes da vida, para obter suas Colheitas fabulosas. Mas prestaram um imenso serviço à humanidade, ensinando-nos que o solo se faz. Fazem-no eles, com as capas de esterco que serviram já para dar o calor necessário; às plantas jovens e a primícias ou temporãs. Fazem o solo em tão grandes quantidades, que cada ano se vêem obrigados a revendê-lo em parte. Sem isso subiria o nível de suas hortas duas a três centímetros ao ano. Fazem-no tão bem, que nos contratos recentes (Varra nos o diz no artigo Hortelões, do Dicionário de Agricultura) o hortelão estipula que se levará consigo seu solo quando abandone a parcela que cultiva. O solo levado em carroças, com os móveis e os bastidores: tenho aqui a resposta que os cultivadores práticos deram aos desvairos de um Ricardo, que representava a renda como um meio de compensar as vantagens naturais do solo. « O solo vale o que valha o homem» , tal é a divisa dos jardineiros e hortelões. E no entanto, os huertanos parisienses e ruaneses se fatigam tríplice que seus colegas de Guernesey e de Inglaterra para obter idênticos

resultados. Aplicando a indústria à agricultura, fazem o clima além do solo. Efetivamente, todo o cultivo hortícola se funda nestes dois princípios: Primeiro. Semear embaixo de bastidores, criar as plantas jovens num solo rico, num espaço limitado, onde se as possa cuidar bem e replantarlas mais tarde quando tenham desenvolvido bem os queixos de suas raízes. Numa palavra, fazer como com os animais: cuidá-las desde seu mais terna idade.

E segundo. Para madurar cedo as colheitas, esquentar o solo e o ar, cobrindo as plantas com bastidores ou com sinos de vidro, e produzindo no solo grande calor com a fermentação do esterco. Replantamiento e temperatura mais alta do que a do ar: tenho aqui a essência do cultivo hortícola, uma vez que se tenha feito artificialmente o solo. Já temos visto que a primeira destas duas condições se pôs em prática e só requer alguns aperfeiçoamentos de detalhe. E para realizar a segunda se trata de esquentar o ar e a terra, substituindo o esterco por água quente que circule em tubagens de fundição, já no solo embaixo dos bastidores, já no interior dos invernadouros. E isto é o que se fez. O hortelão parisiense pede ao termosifón o calor que antes pedia ao esterco. E o jardineiro inglês edifica estufas.

Em outros tempos, a estufa era um luxo de rico. Reservava-se para as plantas exóticas e de enfeite. Mas hoje se vulgariza. Hectares inteiros estão cobertas de vidro nas ilhas de Malha e de Guernesey,

sem contar os milhares de estufas pequenas que se vêem em Guernesey em cada granja, em cada jardim. Nos arredores de Londres começam a envidraçar-se campos inteiros, e nos suburbanos se instalam cada ano milhares de estufas pequenas. Fazem-se de todas classes, desde o invernáculo de paredes de granito até o modesto casaco de tabelas de pinheiro e teto de vidro, que, apesar de todas as sanguijuelas capitalistas, só custa de quatro a cinco pesetas o metro quadrado. Esquenta-se ou não (basta o casaco, se não se trata de produzir tempraneces), e ali se crían, não uvas nem flores tropicais, senão batatas, cenouras, ervilhas ou judias ternas.

Assim se emancipa do clima, dispensando-se do laborioso trabalho de fazer camas; já não se compram montões de esterco, cujo preço sobe em proporção da crescente demanda. E se suprime em parte o trabalho humano: sete ou oito homens bastam para cultivar o hectare envidraçado, e obter os mesmos resultados que em casa de M. Ponce, em Malha, sete homens que trabalham menos de sessenta horas por semana, obtêm, em espaços infinitesimais, colheitas que em outros tempos exigiam hectares de terreno. Por exemplo: trinta e quatro peões e um jardineiro, cultivando quatro hectares sob vidro (ponhamos em seu lugar setenta homens que trabalhem cinco horas diárias), obtém cada um vinte e cinco mil quilos de uvas vendimiadas desde 1 de maio, oitenta mil quilos de tomates, trinta

mil quilos de batatas em abril, seis mil quilos de ervilhas e duas mil quilos de judias verdes em maio, ou seja cento quarenta e três mil quilos de frutas e hortaliças, sem contar uma colheita muito grande em certas estufas, nem um imenso invernadouro de enfeite, nem as colheitas de toda classe de pequenos cultivos ao ar livre entre as estufas.

¡Cento quarenta e três toneladas de frutas e hortaliças temporãs com que alimentar bem todo o ano a mil quinhentas pessoas! E isso não requer mais do que veintiuna mil jornadas de trabalho, ou seja duzentas dez horas de trabalho por ano para meio milhar de adultos. Adicione-se a extração de umas mil toneladas de carvão que se queimam anualmente nessas estufas para esquentar quatro hectares, e sendo a extração média em Inglaterra de três toneladas por jornada de dez horas e por obreiro, o que soma um trabalho suplementar de sete a oito horas anuais para cada um dos antedichos quinhentos adultos. Já dissemos a tendência de fazer do invernadouro estufa uma simples horta sob vidro. E quando se aplica a este uso com casacos de vidro sencillísimos e esquentados ligeiramente durante três meses, obtêm-se colheitas fabulosas de hortaliças; por exemplo, quatrocentos cinquenta hectolitros de batatas por hectare, como primeira colheita a fim de abril. Depois do qual, corrigido o solo, obtêm-se novas colheitas desde maio a fim de outubro, com uma temperatura quase tropical, devida nada mais que ao casaco do

vidro. Hoje, para obter quatrocentos cinquenta hectolitros de batatas, requer-se lavrar cada ano uma superfície de vinte hectares ou mais, plantar e mais tarde recalzar as plantas, arrancar a má erva com azadón, e assim sucessivamente. Com o casaco vidriado, empregasse, talvez ao princípio, média jornada de trabalho por metro quadrado, e fato isto, economiza-se a metade ou três quartas partes do trabalho no futuro.

5

Segundo o tinha previsto L. de Lavergne faz trinta anos, a tendência da agricultura moderna é reduzir tudo o possível o espaço cultivado, criar o solo e o clima, concentrar o trabalho e reunir todas as condições necessárias para a vida das plantas, tudo o qual permite obter mas produtos com menos trabalho e maior segurança. Depois de ter estudado os casacos mais singelos de vidro em Guernesey, afirmamos que se gasta muito menos trabalho para obter sob cristalerías batatas em abril do que o necessário para colher ao ar livre, três meses mais tarde, cavando, uma superfície Cinco vezes maior, regando-a e escardando a má erva, etcétera. É como com as ferramentas ou as máquinas, que economizam bem mais o custo prévio delas. No norte de Inglaterra, na fronteira de Escócia, onde o carvão tão só custa quatro pesetas a tonelada na mesma boca da mina, faz mais de trinta anos que se dedicam ao cultivo da videira em invernadouro. Ao princípio essas uvas, maduras em janeiro,

vendiam-se pelo cultivador a razão de vinte e cinco pesetas a libra, e se revendiam a cinquenta para a mesa de Napoleão III. Hoje, o mesmo produtor não as vende mais do que a três pesetas a libra; nos o diz ele mesmo num artigo recente de um jornal de horticultura. E é que, competidores seus, enviam toneladas e toneladas de uvas a Londres e A Paris. Graças à baratura do carvão e a um cultivo inteligente, a uva cresce em inverno no Norte e viaja para o Meio dia, em sentido oposto aos produtos ordinários.

Em maio, as uvas inglesas e de Malha se vendem pelos jardineiros a duas pesetas a libra, e ainda este preço se sustenta, como o de cinquenta pesetas faz trinta anos, pelo escasso da concorrência. Em outubro, as uvas cultivadas nas cercanias de Londres –sempre sob vidro, mas com um pouco de caldeo artificial– se vendem ao mesmo preço que as uvas compradas por libras nos vinhedos de Suíça ou do Rin, isto é, por umas quantas peças de cinco cêntimos. E ainda há nestes dois terços de carestia, em consequência do excessivo da renda do solo, dos gastos de instalação e de calefação, sobre os quais o jardineiro paga um tributo formidável ao industrial e ao intermediário. Explicado isto, pode afirmar-se que não custa quase nada o ter em outono uvas deliciosas na latitude e no clima brumoso de Londres. Num de seus arrabaldes, por exemplo, um mau casaco de vidro e de gesso, apoiado contra nossa casita, e de três metros de longitude por duas de largura, dá-nos em outubro, desde faz três

anos, cerca de cinquenta libras de uvas de um sabor extraordinário. A colheita prove de uma cepa plantada faz seis anos. E o casaco é tão mau que o cala a chuva. Pela noite, a temperatura é a mesma dentro que fora. É evidente que não se esquenta, pois equivaleria a querer esquentar a rua. Os cuidados que requer são: podar a videira meia hora ao ano e jogar um capazo de esterco ao pé da cepa, plantada em argila vermelha fora do casaco. Por outra parte, se se valorizam os cuidados que se dão ao vinhedo nas orlas do Rin ou do Leman, as planicies construídas pedra por pedra nas brincos dos ribazos, o transporte do esterco e as vezes até da terra a alturas de: duzentos a trezentos pés, chega-se à conclusão de que o trabalho necessário para cultivar a videira é mais considerável em Suíça ou nas margens do Rin que sob vidro nas afueras de Londres.

Isto parece paradóxico por enquanto, pois pelo geral se crê que a visa cresce por si só no meio dia de Europa e que o trabalho do viñador não custa nada. Mas os jardineiros e os horticultores, longe de desmentir-nos, confirmam nossos asertos. « O cultivo mais vantajoso em Inglaterra é o cultivo das vinhas» , diz um jornalista prático, o redator do Journal d'Horticulture, inglês. E já se sabe que os preços têm sua eloquência. Traduzindo estes dados à linguagem comunista, podemos afirmar que o homem ou a mulher que dediquem de seu tempo de sobra uma vintena de horas por ano para cuidar dois ou três cepas sob vidro em qualquer clima de Europa,

colherão tanta uva como possam comer sua família e amigos. E isto se aplica não só à videira, senão a todas os frutíferos. Bastaria que um grupo de trabalhadores suspendesse durante alguns meses a produção de certo número de objetos de luxo, para transformar cem hectares de planície de Gennevilliers numa série de hortos, cada um com sua dependência de estufas de vidro para os semilleros e plantas jovens, e que cobrisse outros cinquenta hectares de invernáculos econômicos para obter frutas, deixando os detalhes de organização a jardineiros e hortelões experientes. Essas cento cinquenta hectares reclamariam cada ano uns três milhões seiscentas mil horas de trabalho. Cem jardineiros competentes poderiam dedicar cinco horas diárias a este trabalho, e o resto o pode fazer qualquer que saiba manejar uma enxada, o ancinho, a bomba de regar ou vigiar um forno. Esse trabalho daria tudo o necessário e o de luxo em matéria de frutas e hortaliças para setenta e cinco mil ou gene mil pessoas. Admiti que entre elas há trinta e seis mil adultos desejosos de: trabalhar na horta. Cada um só teria que se dedicar cem horas ao ano, e não seguidas. Estas horas de trabalho seriam mais bem de recreio, entre amigos com os filhos, em soberbos jardins, mais formosos provavelmente do que os pensiles da lendária Semíramis.

6

Cada vez que falamos da revolução, o trabalhador grave, que viu

meninos defeituosos de alimento, franze as sobrancelhas e nos repete obstinado: « E o pão? Não faltará se todo mundo come até fartar-se? E daí faremos se os terratenientes, ignorantes e empurrados pela reação, produzem a fome na cidade, como o fizeram as bandas negras em 1793?» ¡Que o tentem os proprietários rurais! Então, as grandes cidades passarão sem os campos. Em que se empregarão essas centenas de milhares de trabalhadores que se asfixiam hoje nos pequenos ateliês e nas manufaturas o dia em que recobrem a liberdade? Continuarão depois da revolução encerrados nas fábricas igual que antes? Seguirão fazendo guloseimas de luxo para a exportação, quando quiçá vejam esgotar-se o trigo, escassear a carne, desaparecer as hortaliças sem substituir-se? ¡Claro que não! ¡Sairão da cidade e irão aos campos! Com ajuda da máquina, que permitirá aos mas débeis de nós tomar parte no trabalho, levarão a revolução ao cultivo de um passado escravo, como a levarão às instituições e às idéias. Aqui se cobrirão de vidro centenas de hectares, e a mulher e o homem de mãos delicadas cuidarão das plantas jovens. Ali se lavrarão outras centenas de hectares com o arado de vapor de vertedera funda, se melhorarão com adubos, ou se enriquecerão com um solo artificial obtido pulverizando rochas. Alegres legiões de lavradores de ocasião cobrirão de mieses esses hectares, guiados em seu trabalho pelos que conhecem a agricultura e pelo talento grande e prático de um povo que se acorda de longo

sonho e ao que alumia e guia esse farol luminoso que se chama a felicidade de todos. E em dois ou três meses, as colheitas temporãs virão aliviar as necessidades mais apremiantes e prover à alimentação de um povo que, ao cabo de tantos séculos de espera, poderá por fim saciar a fome. Enquanto, o gênio popular, que se subleva e conhece suas necessidades, trabalhará em experimentar os novos meios de cultivo que se pressentem já no horizonte. Se experimentará com a luz -esse agente desconhecido do motivo que faz madurar a cevada em quarenta e cinco dias sob a latitude de Yakustk– concentrada ou artificial, e a luz rivalizará com o calor para acelerar o crescimento das plantas. Um Monchot do porvir inventará a máquina que tem de guiar aos raios do sol e fazê-los trabalhar, sem que seja preciso descer às profundidades da terra em procura do calor solar armazenado na hulla. Se experimentará regar a terra com cultivos de microorganismos –cria tão racional e nascida ontem-, e que permitirá dar ao solo as pequenas células vivas tão necessárias para as plantas, já para alimentar às raicillas, já para descompor e fazer assimiláveis as partes constitutivas do solo.

Se experimentará... Mas não; não vamos mais longe, porque entraríamos no domínio da novela. Fiquemos-nos dentro da realidade dos dates comprovados. Com os procedimentos de cultivo já em uso, aplicados em grande e vitoriosos na luta contra a concorrência mercantil, podemos obter a comodidade e o luxo a

mudança de um trabalho agradável. O próximo porvir mostrará o que há de prático nas futuras conquistas que fazem entrever as recentes descobertas científicos. Limitemo-nos agora a inaugurar a nova senda, que consiste no estudo das necessidades e dos meios para satisfazê-las. O único que à revolução pode faltar-lhe é o atrevimento da iniciativa. Embrutecidos por nossas instituições em nossas escolas; escravizados ao passado na idade madura, e até a tumba, não nos atrevemos a pensar. Se trata de uma idéia? Antes de formar opinião, iremos conferir libracos de faz cem anos para saber que pensavam os antigos maestros. Se à revolução não lhe faltam audácia no pensar e iniciativa para atuar não serão os víveres os que lhe faltem. De todas as grandes jornadas da grande revolução, a mais formosa e grande, que ficará gravada para sempre nos espíritos, foi a dos federados que desde todas partes foram e trabalharam no terreno do Campo de Marte para preparar a festa. Aquele dia França foi uma; animada pelo novo espírito, entreviu o porvir que se abria ante ela com o trabalho em comum da terra. E com o trabalho em comum da terra recobrarão sua unidade as sociedades isentadas e se apagarão os ódios, as opressões que as tinham dividido. Podendo em adiante conceber a solidariedade, esse imenso poder que centuplica a energia e as forças criadoras do homem, a nova sociedade marchará à conquista do porvir com todo o vigor da juventude. Cessando de produzir para compradores desconhecidos,

e procurando em seu mesmo seio necessidades e gostos que satisfazer, a sociedade assegurará amplamente a vida e o bem-estar a cada um de seus membros, ao mesmo tempo que a satisfação moral que dá o trabalho livremente eleito e livremente realizado e o goze de poder viver em fazê-lo a expensas da vida de outros. Inspirados em nova audácia, sustentada pelo sentimento da solidariedade, caminharão todos juntos à conquista dos elevados prazeres da sabedoria e da criação artística. Uma sociedade assim inspirada, não terá que temer disensiones interiores nem inimigos exteriores. ÀS coligações do passado contraporá seu amor ao novo ordem, iniciativa audaz de cada um e de todos, chegando a ser hercúlea sua força com o acordar de seu gênio. Ante essa força irresistível, os « reis conjurados» nada poderão. Terão que se inclinar ante ela, unir-se à carroça da humanidade, rodando para os novos horizontes que tem entreaberto a REVOLUÇÃO SOCIAL.